



ESCOLA SUPERIOR  
DE TECNOLOGIA  
E GESTÃO

Dissertação

Mestrado em Administração Pública

**A evolução do Populismo Nacionalista no seio das  
Democracias Liberais**

**José Manuel Silva Ribeiro**

Leiria, novembro de 2021



Dissertação

Mestrado em Administração Pública

**A evolução do Populismo Nacionalista no seio das  
Democracias Liberais**

**José Manuel Silva Ribeiro**

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação do Doutor Eugénio Pereira Lucas,  
Professor da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Leiria.

Leiria, novembro de 2021

*Esta página foi intencionalmente deixada em branco*

# Agradecimentos

---

Qualquer empreendimento, por mais bisonho, tem o si o criador e as suas “circunstâncias” (com a licença de José Ortega y Gasset) e estas merecem a dignificação própria a atribuir às substâncias ontogénicas. São elas, em primeiro, a Isabel, a Joana e o Miguel, companheira e filhos que urdem o espaço de reflexão, crescimento, partilha e afetos permitindo-me ser e existir em versão aprimorada.

É igualmente curial agradecer ao Instituto Politécnico de Leiria, em particular ao corpo docente que compõe o Mestrado em Administração Pública (MAP), pela exigência científica e pela qualidade do trabalho pedagógico desenvolvido. Conseguir lecionar e motivar em tempos de pandemia foi árdua tarefa que executaram com brio. Claro que a turma ajudou! Fomos poucos, mas reunimos vários saberes e experiências, o que nos enriqueceu mutuamente na partilha sempre generosa. Obrigado colegas.

No aforismo de Churchill, “nunca tantos deveram tanto a tão poucos”, temos o início desta viagem, pois é nos ombros dos gigantes do passado, nos seus percursos, ideias e *práxis* que se apoiam os pilares do presente. Pesem embora as ruturas epistemológicas, o saber para avançar deve conhecer este passado. E por isto, é mais do que curial agradecer ao coordenador do MAP e orientador da presente dissertação, o Prof. Doutor Eugénio Lucas, cujas primeiras aulas foram na verdade o início deste trabalho. A sua presença e disponibilidade constantes foram assinaláveis, dando-nos as ferramentas necessárias para delapidar ideias por vezes pouco mais que incipientes. Foi nessas primeiras aulas de Ciência Política que se iluminou um caminho ainda desconhecido de intersecções de vários saberes, de Sun Tzu a Aristóteles, de Maquiavel a Stuart Mill, passando por tantos outros, da filosofia à literatura. Daqui nasceu a curiosidade (condição primeira para a ciência avançar) que, partindo desse passado remoto, se haveria de reificar no presente trabalho.

Eis o nosso propósito: compreender as circunstâncias atuais, tentando fugir dos lugares comuns e procurando a construção paulatina e nunca terminada do mapa, de parte do mapa, que possa orientar na procura pela verdade.

*Esta página foi intencionalmente deixada em branco*

# Resumo

---

O Populismo e o Nacionalismo tornaram-se termos omnipresentes, apelativos e fonte de intensas análises e discussões, preenchendo um espaço crescente no discurso e na análise política. Os resultados eleitorais em diversos países europeus e para o Parlamento Europeu não apontam para uma vitória da democracia, mas antes para a normalização do Populismo da direita mais radical, deixando preocupações para o que possa acontecer em próximas eleições. Parece-nos assim de grande relevância estudar e compreender esta reemergência e recrudescimento das ideias populistas e nacionalistas, entender ainda a sua génese e evolução tendo em conta a ameaça que representam para as democracias liberais em geral e para o futuro da União Europeia em particular.

*Palavras-chave: Populismo; Nacionalismo; Democracia Liberal; União Europeia*

*Esta página foi intencionalmente deixada em branco*

# Abstract

---

Populism and Nationalism have become ubiquitous, appealing terms and a source of intense analysis and discussions, filling a growing space in political discourse and analysis. Electoral results in several European countries and for the European Parliament do not point to a victory for democracy, but rather to the normalization of the most radical right-wing populism, leaving concerns for what might happen in the next elections. Thus, it seems to us of great relevance to study and understand this re-emergence and resurgence of populist and nationalist ideas and to understand its genesis and evolution, taking into account the threat they pose to liberal democracies in general and to the future of the European Union in particular.

Keywords: Populism; Nationalism; Liberal Democracy; European Union

*Esta página foi intencionalmente deixada em branco*

# Lista de siglas

---

- AfD – Alternativa para a Alemanha
- BCE - Banco Central Europeu
- DFP – Partido Popular Dinamarquês
- ECR – Reformistas e Conservadores Europeus
- ENL – Europa das Nações e das Liberdades
- EUA – Estados Unidos da América
- FMI - Fundo Monetário Internacional
- GUE/NGL – Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde
- ID – Identidade e Democracia
- FN – Front national
- FPO – Partido da Liberdade
- LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgénero
- NATO – Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)
- ONG – Organização Não Governamental
- ONU – Organização das Nações Unidas
- PE – Parlamento Europeu
- PPE – Partido Popular Europeu
- PS – Partido dos Verdadeiros Finlandeses
- PSD - Partido Social Democrata
- RN - Rassemblement national
- RU – Reino Unido
- SD – Partido dos Democratas Suecos
- S&D – Socialistas e Democratas
- SPD – Liberdade e Democracia Direta
- UE – União Europeia
- UKIP – United Kingdom Independence Party

*Esta página foi intencionalmente deixada em branco*

# Índice

---

<b>AGRADECIMENTOS</b>	<b>III</b>
<b>RESUMO</b>	<b>V</b>
<b>ABSTRACT</b>	<b>VII</b>
<b>LISTA DE SIGLAS</b>	<b>IX</b>
<b>ÍNDICE</b>	<b>XI</b>
<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>1</b>
<b>2. O POPULISMO NACIONALISTA: PONTO DE SITUAÇÃO</b>	<b>4</b>
2.1. Estereótipos e equívocos relativos à ideologia nacionalista	7
2.2. O Populismo enquanto conceito e significante	12
2.2.1. Estratégias do líder populista	14
2.2.2. Conteúdos do Populismo	15
2.3. Para além da análise superficial	20
2.3.1. O Populismo Nacionalista	22
<b>3. O POPULISMO NACIONALISTA EUROPEU</b>	<b>27</b>
3.1. Estratégias vencedoras	30
3.2. Programas e propostas de alguns partidos Europeus Populistas e Nacionalistas	32
3.2.1. Rassemblement national (RN) – França	34
3.2.2. Alternativa para a Alemanha (AfD) – Alemanha	36
3.2.3. VOX - Espanha	39
3.2.4. Partido da Liberdade (FPO) – Áustria	41
3.2.5. Partido dos Democratas Suecos (SD) – Suécia	42
3.2.6. Partido Popular Dinamarquês (DFP) - Dinamarca	44
3.2.7. Partido dos Finlandeses (PS) – Finlândia	45
	xi

3.2.8. Liga Norte – Itália	46
3.2.9. Liberdade e Democracia Direta (SPD) – República Checa	48
3.2.10. União Cívica Húngara (Fidesz) - Hungria	50
3.2.11. Interesse Flamengo (Vlaams Belang) -Bélgica	51
3.2.12. CHEGA - Portugal	52
3.3. Principais linhas orientadoras do Nacionalismo Populista Europeu	54
<b>4. DEMOCRACIA LIBERAL: ESBOÇO DE UM CAMINHO</b>	<b>57</b>
4.1. Democracia e liberalismo	61
4.2. Desafios atuais e próximos	63
4.2.1. Possibilidades de ação	69
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>73</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	<b>77</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>81</b>
1. PE 2019: distribuição dos Eurodeputados por grupos políticos	81
2. Resultados comparativos das eleições para o PE em 2019 e 2014	82
3. Evolução da representação dos vários grupos políticos no PE	83
a. Grupos políticos eurocéticos	84
b. Grupos políticos pró-UE	84
c. Grupos políticos populistas-nacionalistas	85

# 1. Introdução

---

O fenómeno de partidos associados ao Nacionalismo e o Populismo não é novo, porém, nos últimos anos o seu crescimento tem sido significativo, milhares de livros, artigos e editoriais foram escritos, a maioria dos quais de teor alarmista (Mudde, 2004). Apoiados em discursos anti-imigração, islamofóbicos e antielites e respaldados na crise económica de 2008 e pela crise dos refugiados, estes partidos têm conseguido aumentar o apoio eleitoral e ser integrados em soluções governativas em diversos países europeus, no mesmo sentido temos assistido ao aumento da representação destes partidos no PE (Halikiopoulou, 2018). A vitória de Trump e do Brexit, a ascensão generalizada da direita populista europeia e a vitória do Bolsonaro no Brasil, faz crer que de facto as pessoas votam cada vez mais em partidos que advogam o nativismo, a xenofobia e o isolacionismo em geral, o que vai em sentido contrário ao que foi construído nas democracias ocidentais, em particular na Europa do pós-guerra, com ênfase no projeto Europeu da cooperação e dos valores liberais. O Populismo cresce um pouco por todo o mundo e os investigadores concordam que não estamos perante um fenómeno passageiro (J. Pinto, 2019).

Assistimos pois a uma verdadeira mudança de paradigma e de mentalidades que tem desafiado não só os meios de comunicação assim como os investigadores da área (Kattago, 2019).

É neste contexto que nos propusemos estudar e contribuir para compreensão deste fenómeno que é global e está em crescendo. Assim, e de uma forma geral, esta dissertação inicia-se com uma análise da situação no seu primeiro ponto que se intitula precisamente “O Populismo Nacionalista: Ponto de situação”. A partir daqui debruçamo-nos sobre a definição e delimitação dos conceitos de Nacionalismo e Populismo. Aprofundamos de seguida o panorama Europeu no qual estes partidos têm proliferado, terminando esta dissertação com uma sucinta análise à democracia liberal e ao que poderemos esperar face ao contexto previamente analisado.

O início da nossa reflexão prende-se assim com duas constatações, primeiro, a variedade de denominações utilizadas quando nos referimos aos partidos nacionalistas e populistas: “extrema-direita”; “direita radical”; “Ultradireita”; “Neonazi” ou “Nativistas”(Kattago, 2019), mas que têm progressivamente sido abrangidos nas

designações de “populismo de direita”, “Nacional Populismo” ou “populismo da direita radical” (Halikiopoulou, 2018). A variedade de denominações assevera a dificuldade em delimitar e definir o Populismo Nacionalista, a polifonia de nomes encontra paralelo na segunda constatação: a diversidade de estratégias e discursos utilizados.

A partir destas constatações, o crescimento dos partidos Populistas e Nacionalistas na maioria dos países ocidentais e o seu carácter eminentemente multifacetado (a começar pelas várias denominações), tentamos avaliar a dimensão deste crescimento, em particular nos países da UE e nas mais recentes eleições para o PE, o que no parece um bom indicador da evolução destes partidos. Enquadramos ainda este crescimento nos acontecimentos de 2016: o Brexit e a vitória de Donald Trump nas eleições presidenciais dos EUA, que são consequência e causa do crescimento do Populismo Nacionalista europeu, esta duplicidade é igualmente explanada enquanto acontecimentos intimamente relacionados, o que destacamos nesta dissertação, pretendendo demonstrar que estamos perante um fenómeno global. Na abordagem que fazemos aos conceitos de “Nacionalismo” e “Populismo”, e tendo em conta as numerosas fontes bibliográficas ao dispor, tentamos cingir o nosso estudo a uma síntese do que será mais unânime entre as fontes recentes. O Populismo merece-nos uma maior atenção pois revela ser multitudinário e quase ubíquo nos estudos recentes da ciência política, assim tentamos delimitar este conceito e compreendê-lo, não tanto enquanto ideologia, mas antes enquanto estratégia adaptável a diferentes atores e pensamentos políticos, o que na verdade corresponde à forma quase indiscriminada ou sem critério (J. F. Pinto, 2017) com a qual é utilizado. No final, juntamos os dois conceitos no Populismo Nacionalista na expectativa de contribuir para a compreensão do fenómeno e do seu inegável crescimento e sucesso, debruçando-nos sobre algumas possibilidades que possam auxiliar para uma mais ampla e correta perceção das razões que estarão na sua origem. Na nossa análise mais pormenorizada ao Populismo Nacionalista Europeu, nos seus pontos comuns e nas suas diferenças, nas estratégias utilizadas e nas razões para o seu crescimento, procuramos uma amostra dos partidos mais representativos e das suas propostas de governação. Na síntese destas propostas podemos encontrar as características comuns do que se entende ser as linhas orientadoras e princípios fundamentais do Populismo Nacionalista. No último ponto deste trabalho, na sùmula histórica acerca da democracia liberal e de como o progresso das soluções populistas pode constituir uma ameaça aos seus valores mais fundamentais e à coesão da própria UE, elencamos ainda algumas possibilidades que possam contrariar este crescimento.

Em suma, é nosso intuito contribuir para a compreensão do fenómeno do Populismo Nacionalista, em particular na Europa, o que o define, caracteriza e diferencia, perceber porque têm crescido tanto os partidos deste quadrante político, o que os move e promove e o que esperar no futuro próximo tendo em conta que estes partidos defendem princípios contrários aos das democracias liberais e aos da UE. Tentamos assim responder às questões:

- Porque é que é no seio das democracias liberais que estes partidos se têm afirmado?
- O que contribui para o seu crescimento e afirmação?
- O que poderá ser feito para contrariar este crescimento?

Parece-nos, pois, importante contextualizar a afirmação de soluções políticas cujos programas, propostas e práticas constituem uma ameaça para as democracias liberais e para o que têm sido os alicerces da UE. Este constitui o principal objetivo da presente dissertação.

## 2. O Populismo Nacionalista: Ponto de situação

---

*Aqueles que têm conhecimento não predizem, aqueles que predizem não têm conhecimento*

*Lao-Tsé*

Na atualidade, a maioria dos países europeus tem um partido nacional populista que já está no governo ou com ambições para tal e um em cada quatro europeus vota em partidos populistas da direita mais radical (Kattago, 2019). Sendo certo que a interpretação dos resultados das eleições é tão importante quanto o resultado em si, a evolução dos resultados das eleições na Europa tem causado preocupação, preocupação que se acentuou com os resultados da eleição de 2019 para o PE, na qual os partidos que apresentaram propostas populistas, eurocéticos e de extrema-direita foram reforçados. Não obstante, subscrevemos a ideia de que nem o anunciado “tsunami populista” de Farage estará em marcha, nem as vitórias de Emmanuel Macron, em 2017, nas eleições presidenciais e legislativas na França, significará o que muitos analistas e políticos anunciaram como início da era “pós-populista” (Müller, 2017).

Veamos o que aconteceu, em particular nas eleições para o PE. Em termos numéricos, os partidos populistas e de extrema-direita aumentaram a sua representação relativamente à eleição de 2014<sup>1</sup> (ver anexos 1 e 2): 19% dos assentos parlamentares pertencem-lhes, por outro lado, o número de eleitos socialistas, sociais-democratas e pertencentes a outros partidos moderados, é o mais baixo de sempre, o que representa um revés para a democracia, uma normalização da extrema-direita e do Populismo. Esta interpretação dos resultados não merece contestação: dos 751 eurodeputados eleitos em 2019 (705 após a saída do Reino Unido), 73 pertencem ao grupo parlamentar ID (Identidade e Democracia, quinto maior grupo do parlamento). A maioria dos eurodeputados deste grupo provém dos partidos de extrema-direita de Itália (Liga Norte com 25 eleitos), da Alemanha (AfD com 11 eleitos) e dos franceses do RN (com 23 eurodeputados). Os restantes

---

<sup>1</sup> Conforme observado no sítio oficial do PE: [www.europarl.europa.eu/election-results-2019/pt/resultados-eleitorais/2019-2024/](http://www.europarl.europa.eu/election-results-2019/pt/resultados-eleitorais/2019-2024/).

eurodeputados deste grupo parlamentar pertencem a partidos no espectro do Populismo Nacionalista e conservadores de direita, como o Vlaams Belang da Bélgica, o partido da Liberdade da Áustria, o partido da Liberdade e Democracia Direta da República Checa ou o partido dos Verdadeiros Finlandeses da Finlândia. Se a estes juntarmos os 62 eurodeputados pertencentes ao grupo político ECR, igualmente eurocéticos, compostos por elementos oriundos de partidos conservadores e nacionalistas como o VOX de Espanha (com 4 eleitos), o Partido Democrático Cívico da República Checa (igualmente com 4 eurodeputados) ou o Partido Lei e Justiça da Polónia (o maior contribuidor para este grupo, com 24 eurodeputados) e ainda os 41 eurodeputados da esquerda mais radical, temos no PE 176 eurodeputados declaradamente eurocéticos, o que representa aproximadamente 25%. Há ainda os 38 eurodeputados “Não Inscritos” (57 antes do Brexit), a maioria dos quais pertencem ao partido “Movimento 5 estrelas” de Itália e ao “Fidesz” da Hungria, partidos igualmente defensores de ideias nacionalistas e eurocéticos, e ainda outros partidos como o “Jobbik”, igualmente da Hungria ou a “Aurora Dourada”<sup>2</sup> da Grécia, que para além do radicalismo de direita ainda assumem posições neonazis (ver anexo 3).

Pese embora a narrativa de que a “vaga populista” estaria contida, o que, olhando para os resultados, poderá corresponder a uma forma de olhar para os resultados, a interpretação destes resultados pode não ser tão otimista, a começar pela abstenção média a rondar os 50%: o número de deputados europeus dos três grupos da direita eurocética (Renew Europe, ID e ECR) é quase tanto quantos os eurodeputados liberais pró-UE e os “verdes” em conjunto (Wondreys & Mudde, 2020). Por outro lado, nas eleições de 2019 a esquerda mais radical e igualmente eurocética (GUE/NGL) sofreu perdas acentuadas, o que permite de certa forma referir a contenção do discurso populistas, no entanto, a direita radical e populista viu o seu número de eurodeputados subir significativamente<sup>3</sup>. O grupo político

---

<sup>2</sup> Estes são partidos ultranacionalistas da extrema direita. O partido “Aurora dourada” ficou particularmente conhecido pelas suas ações violentas durante a crise financeira que afetou a Grécia e pelo discurso extremista racista, xenófobo e autoritário, de apologia à ideologia Nazi. O contexto da crise financeira de 2007-8, com a exacerbação de sentimentos anticlasse política, aliada à aperceção generalizada de corrupção e à oposição à intervenção da Troika (FMI, Comissão Europeia e BCE) fomentou o rápido crescimento deste partido, chegaram a eleger 21 deputados para as eleições legislativas em 2012, foi a terceira força política nessas eleições. No entanto, perderam força nos últimos anos, devido a ações repetidas de extrema violência (contra deputados comunistas, refugiados ou homossexuais) e ao homicídio de um *rapper* que impactou a sociedade grega e espoletou investigações ao partido, sendo mesmo classificado como “grupo criminoso organizado” (Zapsi, 2020).

<sup>3</sup> No sítio <http://www.popu-list.org>, que oferece uma visão geral sobre os partidos populistas, de extrema-direita, de extrema-esquerda e eurocéticos na Europa desde 1989, é possível verificar o crescimento dos votos nestes partidos.

ID, sucessor do ENL, mais do que duplicou o número de eurodeputados nas eleições de 2019, com Matteo Salvini da Itália e Marine Le Pen da França como os dois grandes contribuidores. Ainda relevante é a representatividade de partidos da direita radical e populista como o Partido Lei e Justiça da Polónia que é o maior partido do grupo político ECR, com quase metade dos eurodeputados deste grupo. Para além do Fidesz da Hungria que foi o único partido a vencer a maioria dos assentos parlamentares para o PE no seu país. Finalmente, os dois grandes grupos políticos tradicionais do centro (PPE e S&D) sofreram perdas significativas (ver anexos 1, 2 e 3).

Remontemos a 2016. As mudanças foram dramáticas e inesperadas contra todas as previsões e sondagens (Öniş, 2017), Donald Trump foi nomeado e o Brexit venceu o referendo no RU. Mas não só. Após as vitórias do Brexit e de Donald Trump, houve escrutínios muito relevantes que decorreram na Europa cujos resultados foram igualmente positivos para muitos dos partidos da extrema-direita. A título ilustrativo, em países como a França, a Alemanha, a República Checa, a Áustria ou a Holanda, nos quais houve sufrágios em 2017, os partidos de extrema-direita aumentaram a sua votação. O RN de Marine Le Pen foi à segunda volta das eleições presidenciais (o que sucedeu pela primeira vez desde 2002), o partido da Liberdade da Áustria (partido nacionalista de direita, FPÖ) chegou ao governo ao coligar-se com o partido mais votado do centro direita e o Partido AfD da Alemanha estreou-se no parlamento depois de aumentar significativamente os seus votos relativamente às eleições de 2013 e o Movimento 5 estrelas em Itália teve uma ascensão meteórica (Halikiopoulou, 2018). A aproximação da direita moderada holandesa e austríaca à extrema-direita para assegurarem a vitória nas legislativas de 2017 (o que poderá marcar uma preocupante tendência em futuras eleições), a rotunda vitória dos populistas do ANO na República Checa e a radicalização do Fidesz pela voz do seu líder Viktor Órban, que parece servir de modelo ao que fará de seguida o partido Lei e Justiça na Polónia (Galston, 2018), tudo isto na Europa pós-Brexit e pós-vitória de Trump.

Parece assim que a tendência anti-imigrantes alimentou a tendência nacionalista, o que terá levado à saída do RU da UE e à ascensão da extrema-direita na França. Os Britânicos “irritados” exigiram saída do mercado europeu fosse de que forma fosse, focados no objetivo de manter os migrantes da Europa Oriental e do Sul longe. Aparentemente pelo mesmo motivo, o partido de Marine Le Pen tornou-se no mais votado nas eleições para o PE na França em 2019 (Portes, 2020). Algumas semanas antes das eleições americanas, o New York Times referia que Hillary Clinton teria 93% de hipóteses de vencer. No RU, 90% dos

investigadores, jornalistas e políticos previam que os britânicos iriam escolher ficar na UE (Eatwell & Goodwin, 2018). Os oráculos da política e os crentes na inviolabilidade do sistema democrático liberal ficaram aturdidos.

Apesar da evolução da ciência de tratamento de dados e da disponibilidade, sem paralelo, de uma quantidade *quasi* infinita de informação, o fator humano, e os fatores que o condicionam, ainda é de difícil previsão. Estes dois acontecimentos, aparentemente imprevisíveis, tiveram um efeito dominó que se fez sentir com particular virulência na Europa: houve um referendo em Itália que obrigou o então primeiro-ministro, Matteo Renzi, a resignar, dando novo impulso aos populistas italianos (a “lega” e o Movimento 5 estrelas); em França Marine Le Pen focou o seu discurso no mesmo público-alvo de Trump: a classe trabalhadora e os desempregados, sublinhando as suas posições antipolíticas da UE e anti-imigração; na Áustria, o FPÖ aligeirou o seu discurso para entrar na solução de governo, mas sem deixar de defender acirradamente as suas ideias antieuropeísmo e nas propostas anti-imigração; os governos da Polónia e Hungria viram o seu poder de influência aumentar; a AfD na Alemanha cresceu demonstrando que nem a Alemanha, com o peso da sua história, está imune ao crescimento do Populismo nacionalista de direita e no RU deu-se o Brexit. Na Europa em geral os partidos de cariz nacionalista, populista de direita crescem e prosperam (Di Giuro, 2019).

## 2.1. Estereótipos e equívocos relativos à ideologia nacionalista

---

O ano de 2016 ficará assim como o *Annus horribilis* para o mundo ocidental nos seus valores democratas liberais, ensombrados pelo recrudescer dos nacionalismos.

Este cenário não se iniciou apenas a partir da vitória de Trump. Para entender amplamente a força do Nacionalismo é necessário perceber as tendências anteriores que se foram desenvolvendo e modelando ao longo de décadas e analisar o fenómeno como um todo. O estereótipo do nacionalista “homem branco, velho e zangado” não representa a diversidade dos apoiantes do Nacionalismo e não nasceu com a crise de 2008, nem com a

recessão que lhe sucedeu (Eatwell & Goodwin, 2018). As ações dos principais líderes e estratégias do nacional-populismo sublinham precisamente esta característica global do fenómeno, por exemplo, as iniciativas de Steve Bannon, que num *tour* pela Europa em 2018, pretendeu exportar o seu modelo populista, anunciando a intenção de criar uma fundação ao serviço dos partidos da extrema-direita e encontrando-se com vários líderes nacionalistas<sup>4</sup> (Bar On, 2019), entre os quais o antigo líder do UKIP, Nigel Farage<sup>5</sup>, Marine Le Pen do RN e Viktor Órban do Fidesz, que por sua vez foram estreitando os laços com os restantes populistas europeus, como o partido em crescimento da direita conservadora alemã (AfD), ou, conforme pudemos testemunhar nas últimas eleições presidenciais portuguesas, o apoio de Marine Le Pen a André Ventura. São numerosas as notícias respeitantes a encontros entre vários representantes de partidos nacionalistas e populistas da direita mais radical, o mesmo também se tem difundido a partir da Europa, com o exemplo do líder do Partido pela Liberdade da Holanda, Geert Wilders (envolto em inúmeras polémicas relacionadas com comentários racistas e xenófobos, profusamente noticiadas pelos vários órgãos de comunicação), que afirmou no Congresso Americano que a Europa estava a ser “islamificada”, o que lhe angariou apoio de vários congressistas (Eatwell & Goodwin, 2018). Entre países europeus também se têm criado laços mais formais, como é exemplo o “Nordic Freedom”<sup>6</sup> que reúne os partidos da extrema-direita sueca, dinamarquesa e finlandesa ou o Grupo de Visegrado<sup>7</sup>. Estamos perante uma ideologia antiga e que foi ganhando força nas últimas décadas.

Será um erro tentar compreender o fenómeno numa análise de curto prazo, apenas como reação, mais ou menos natural, a crises (crise económica ou dos refugiados), o que será uma explicação do agrado dos pensadores liberais<sup>8</sup>, mas complacente, estereotipada e de quem espera que a “normalidade” regresse entretanto, assim que a crise esteja superada ou os refugiados controlados. Parece aliás, haver uma correlação positiva entre o

---

<sup>4</sup> Conforme noticiado, a pretensão foi transformar o mosteiro de Trisulti na Itália, numa escola para os líderes da direita populista: <https://expresso.pt/internacional/2018-07-21-Steve-Bannon-quer-criar-fundacao-na-Europa-para-ajudar-e-financiar-partidos-de-extrema-direita>

<sup>5</sup> O UKIP foi liderado por Nigel Farage ao longo de 25 anos. Um partido populista de direita, marcadamente antieuropeísta, nacionalista, patriótico e tradicionalista. Economicamente liberal. Realizaram uma acirrada campanha pelo “leave” (visto em: [https://www.europarl.europa.eu/meps/pt/4525/NIGEL\\_FARAGE/home](https://www.europarl.europa.eu/meps/pt/4525/NIGEL_FARAGE/home)).

<sup>6</sup> <https://www.norden.org/en/organisation/nordic-freedom>

<sup>7</sup> O Grupo de Visegrado, ou V4, é composto pelo Polónia, República Checa, Hungria e Eslováquia. Em 2015 durante a crise migratória recusaram-se a aceitar as quotas obrigatórias de refugiados impostas pelas UE. Constituiu assim uma aliança diplomática (Duarte, 2019).

<sup>8</sup> “Liberais” nos EUA são muitas vezes sinónimo de esquerda, mais do que associados ao sentido histórico da luta pela liberdade (Eatwell & Goodwin, 2018).

crescimento do Nacionalismo e a crescente crítica ao mesmo por parte dos intelectuais (Mudde, 2004; Taguieff, 1997). Realizar diagnósticos psicopatológicos apressados aos líderes destes partidos, e aos seus apoiantes, tampouco contribui para entender as raízes populares da revolta que tem levado à sua ascensão. É sabida a tendência de vários investigadores catalogarem a direita populista mais radical enquanto mera patologia das democracias ocidentais, que em circunstâncias normais terá pouca adesão ou seguidores, mas esta perspectiva não resiste ao escrutínio empírico (Mudde, 2010).

Etiquetados como racistas, extremistas, autoritários, ou como fascistas, os líderes e apoiantes destes partidos são descartados por representarem as antípodas dos valores das democracias liberais, meros revivalismos ditatoriais, que os eleitores saberão anular. Traçar o perfil dos apoiantes de Trump, de Bolsonaro, do Brexit ou dos partidos do Nacionalismo populista não pode constituir a única análise para a compreensão dos resultados que têm alcançado. Nos vários meios de comunicação este “perfil” tem sido claramente padronizado, identificando estes eleitores com os estereótipos dos “hillbillies” e “rednecks” nos EUA, ou dos trabalhadores da “Rust belt”, no RU são os “little-englishers” ou os trabalhadores das cidades costeiras. Estes estereótipos, com os quais se foram limitando os apoiantes de Trump ou do Brexit, diminuem o fenómeno de forma enganadora, conforme se veio a comprovar nos resultados eleitorais. Reduzir os apoiantes a “classe trabalhadora branca”, por exemplo, não é suficiente para explicar o fenómeno e a categorização é desmentida pela análise sociodemográfica aos eleitores: líderes como Bolsonaro são apoiados sobretudo pelo eleitorado mais rico e mais educado, estando a classe trabalhadora mais comprometida com outros partidos; um em cada três eleitores latino-hispânicos votou Trump; no RU, um em cada três eleitores de minorias étnicas votou a favor do Brexit; na França, Marine Le Pen obteve um voto em cada três, nas últimas eleições presidenciais (em 2017), muitos destes votos de eleitores abaixo dos 40 anos (Eatwell & Goodwin, 2018). Hilary Clinton chegou a caracterizar os apoiantes de Trump como deploráveis, racistas, xenófobos, sexistas, homofóbicos, islamofóbicos, etc. Esta desconsideração dos apoiantes do seu adversário veio a revelar-se igualmente um erro crasso. Se ao invés desta postura algo arrogante e de desconsideração, Hilary tivesse investido no diálogo mais construtivo, em particular com os votantes brancos não licenciados dos estados-chave da “Rust belt” ou se tivesse inspirado os *millennials* (nascidos entre os anos 80 do século passado e o ano 2000) ou os afro-americanos a votarem em maior número, talvez o resultado das eleições fosse diferente. De forma muito idêntica, caso os defensores do “remain” no RU não tivessem ignorado as

questões dos imigrantes, talvez tivessem vencido o referendo. No entanto, estas suposições, não passarão igualmente de especulações irrelevantes e até prejudiciais para uma compreensão mais sofisticada.

Muitos dos apoiantes de Trump não eram ignorantes, nem os apoiantes dos nacionalistas são necessariamente racistas, ou “homens-brancos-velhos e revoltados”. Aliás, é sabido do apelo, quer de Trump, quer dos defensores do Brexit, a uma aliança tácita entre classe média conservadora e os trabalhadores “blue-collar” (trabalhadores manuais, operários ou agricultores) que em conjunto não se reveem e se opõem às elites intelectuais representativas de Oxford ou da “Ivy League”, é igualmente possível ser-se pró-LGBT e sentir igualmente uma grande desconfiança em relação ao islão (Eatwell & Goodwin, 2018). Nos resultados do referendo ao Brexit<sup>9</sup> os mais jovens e as áreas com percentagem mais elevada de jovens (até aos 44 anos) votaram tendencialmente a favor da permanência, o exato oposto se passou em regiões com população mais envelhecida. De igual forma, as regiões com níveis de escolaridade mais elevados votaram na permanência. Em sentido oposto, as regiões nas quais se sente maior fervor nacionalista votaram naturalmente a favor da saída. A Escócia, a Irlanda do Norte e a área metropolitana de Londres votaram a favor da permanência (com 72%, 56% e 60% respetivamente). O Brexit venceu em 140 distritos operários que historicamente eram apoiantes do “Labour”, mas também foi apoiado por 1 em cada 3 emigrantes integrantes de alguma minoria étnica. Ou seja, o desejo de retirar o RU da UE foi uma posição maioritária dos “counties” brancos e prósperos, mas também foi o desejo de regiões etnicamente variadas que sentem os emigrantes de outros países da UE como ameaças e como tendo tratamento preferencial (Eatwell & Goodwin, 2018). Apoiando a campanha nos princípios nacionalistas, amplificando os sentimentos eurofóbicos e capitalizando a ideia da recuperação da independência e da soberania, tudo plasmado no *slogan*: “To take powers back from Brussels”<sup>10</sup>. Desta forma, às parangonas como “angry white working class” faltam estas *nuances*. No final, o “Leave” venceu com 51,9% dos votos, demonstrando a divisão inegável e que ainda se mantém, afinal, 48,1% dos britânicos quiseram permanecer na UE. Depois deste dia 23 de junho de 2016, o RU acionou o artigo 50º do Tratado de Lisboa e iniciou o seu processo de negociação para abandonar a UE.

---

<sup>9</sup> Observamos os dados noticiados e analisados pelo jornal New York Times na sua página na internet: <https://www.nytimes.com/interactive/2016/06/24/world/europe/how-britain-voted-brexit-referendum.htm>.

<sup>10</sup> Ver: <https://www.statista.com/statistics/664121/reasons-for-voting-leave-in-eu-referendum/>.

O Nacionalismo prioriza na sociedade a unidade, a autonomia e a identidade de determinada nação, sublinhando as diferenças inter e intragrupoais, valorizando a homogeneidade e a soberania nacionais assim como a prioridade para os nativos no acesso aos bens comuns do Estado (Bonikowski *et al.*, 2019) e como vimos, consegue seduzir uma variedade alargada de apoiantes. Aliando estes princípios ao Populismo temos o cenário político anteriormente descrito. Em suma, a tendência de cada vez mais eleitores saírem do centro, dos tradicionais partidos do arco do poder, para partidos com discurso mais nacionalista, é global e tem-se expandido, afirmando-se enquanto alternativa de política democrática e não se explica em análises superficiais ou emotivas. Delinear as origens e motivações dos votos nacionalistas permite compreender o fenómeno para além dos resultados eleitorais pontuais, enquanto tendências de longo termo que têm remodelado a política dos países ocidentais nas últimas décadas (Eatwell & Goodwin, 2018). Seguimos, para sintetizar e melhor entendimento do que destacamos na nossa análise, a definição de De Cleen (2017):

O nacionalismo é um discurso estruturado em torno da “nação”, concebida enquanto comunidade limitada e soberana que existe através do tempo e está ligada a um determinado espaço, e que se constrói através de uma oposição dentro / fora (membro / não membro) entre a nação e seus grupos externos

Assim, continuando com as reflexões do mesmo autor, o nacionalismo, à semelhança do sexismo ou racismo, divide a espécie humana em categorias, em grupos exclusivos.

## 2.2. O Populismo enquanto conceito e significante

---

As abordagens ao Populismo são similares, em boa medida, ao que referimos em relação ao Nacionalismo: definições e entendimentos superficiais que não têm ajudado a compreender amplamente o conceito, nem a sua evolução. Mas aqui estamos perante um termo bem mais esquivo e vago, referido nos contextos mais diversos e relativamente a um número exorbitante de fenómenos. É oportuno frisar que, quer nas ciências sociais, quer nas ciências exatas, a definição dos conceitos e o seu papel são essenciais para os avanços e que os conceitos são precisamente o que sabemos e o que é utilizado na análise à realidade (Portes, 2020). A este propósito referimos Brubaker (2020) que sintetiza da seguinte forma as dificuldades apontadas relativamente ao que se entende por “Populismo”: “Scholars thus disagree radically about what populism means, about who or what should count as populist, about whether populism is dangerous or desirable, and even about whether populism is a useful category of analysis.”

A definição do conceito é, pois, um problema recorrente. Têm cabido no “Populismo” um pouco de tudo, consequência do facto de se ter tornado popular, já referimos a quantidade desconcertante, nas mais diversas plataformas, de publicações sobre o tema (Mudde, 2004). O mínimo que se pode dizer do termo é que é ambíguo, o que se ilustra com o exemplo das eleições americanas de 2016, nas quais tanto Trump como Sanders foram acusados de serem populistas (Kattago, 2019). Para além de ambíguo trata-se de um fenómeno que remonta à Grécia antiga, berço da democracia e aparentemente berço do Populismo (Pinto, 2018). Enquanto adjetivo, a sua profusa utilização, concorre para a dificuldade de limitá-lo, defini-lo e compreendê-lo. Num nível básico de análise, o Populismo significa a “voz do povo”, o que em si parece refletir a própria essência da democracia, pois é claro que a democracia deve ser precisamente a “voz do povo” (Kattago, 2019)<sup>11</sup>. O que é facto é que assistimos à sua proliferação, primeiro enquanto adjetivo usado

---

<sup>11</sup> Conforme também estabelece a Constituição da República Portuguesa (<https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>) no seu art.º 1º: “Portugal é uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e *na vontade popular* e empenhada na construção de uma sociedade livre, justa e solidária” (o itálico é nosso). Ainda relativamente ao “povo” é curioso assinalarmos os primórdios da democracia na Grécia antiga, nos quais “o governo do povo”, *demos* e *kratos*, era considerado uma perversão pelas elites, quer Platão quer Aristóteles viam a democracia

de forma mais ou menos indiscriminada, tornando-se num termo *mainstream* quer no discurso popular, dos *mass media* ou nos artigos científicos (Latsch, 2020). As causas deste incremento prender-se-ão com as condições voláteis da economia, as questões da imigração, os níveis de confiança na política e o enfraquecimento da relação entre os partidos tradicionais mais antigos e os eleitores (Eatwell & Goodwin, 2018). Não poderá com certeza ser reduzido a um regime político particular, pois estende-se desde os populistas russos do século XIX, cuja essência residia nos camponeses ou na elegia dos intelectuais à vida campesina, se falarmos dos EUA é o movimento dos pequenos agricultores e exploradores agrícolas, por oposição à vida citadina e às grandes empresas, na América Latina consideraremos a mobilização de massas urbanas conotadas e ainda os telepopulistas atuais (Taguieff, 1997), para além de considerar os populistas de direita e de esquerda<sup>12</sup>. O Populismo existe há mais de 100 anos, de formas variadas e aparecendo quase sempre inesperadamente (Latsch, 2020).

O Populismo é geralmente associado a uma degeneração da democracia, considerado pseudo e pós-democrático, uma autêntica corrupção dos ideais democráticos (Mudde, 2004), considerado como uma patologia da democracia tanto pelo público em geral como nas instituições (Barata, 2021). Visto igualmente como a antítese do pluralismo, ou pluralismo liberal, que enfatiza o multiculturalismo e a diversidade social, o respeito pelas minorias, o papel central das instituições democráticas liberais, dos “checks and balances” e do poder executivo (Norris, 2020). O Populismo é um termo que também é um enublado e dúbio representante do “povo” e que não pode claramente ser reduzido a um regime ou ideologia (Taguieff, 1997). Identificado ora a um “movimento” (de protesto de determinada classe desfavorecida, insatisfeita e que apresenta reivindicações), a uma síndrome, a um “regime” (regime populista associado ao autoritarismo, ou pelo menos, semiplebiscitarismo, cujo líder carismático manipula as massas), a um estilo ou a uma ideologia (enquanto tradição cultural associado a determinado país ou região). Podendo expandir-se ainda enquanto atitude ou retórica ou como legitimação política última (Mudde, 2004; Taguieff, 1997), sinónimo, na

---

como um caos e uma forma disfuncional de governo, para eles seriam as elites intelectuais, os filósofos, que se deveriam encarregar do dever da governação (Gebhardt, 2019), ou, conforme esclarece Adriano Moreira (in Pinto, 2017) o *populus* romano no qual estaria a legitimidade do governo pela democracia.

<sup>12</sup> As ideias populistas mais conotadas com a esquerda serão mais apelativas ou toleráveis, pois remetem, em geral, para uma distribuição mais equitativa dos recursos, sem que tal pareça ameaçado pelos emigrantes, ideia que transparece de forma evidente no discurso da direita populista, quando a mesma não é central (Bar On, 2019).

cultura popular, de *anti-establishment*, antielites e cujos apoiantes são pessoas ressentidas e zangadas (Kattago, 2019).

### **2.2.1. Estratégias do líder populista**

---

O Populismo é frequentemente enquadrado no estilo popular, caracterizado pelo discurso emocional e simplista, dirigido diretamente aos sentimentos mais arraigados da população (Mudde, 2004). Mas há linhas a traçar. Aqui, a estratégia ultrapassa a essência em vários aspectos. O oportunismo do político fora do sistema, que dá respostas rápidas para satisfazer o eleitor, é outra das definições tacitamente aceites, assim como a colagem à direita mais extremista ou ao autoritarismo. O “carisma” é outro dos atributos associados ao líder populista, para alguns autores a liderança carismática (por oposição a tradicional liderança legal/burocrática) é mesmo central nos partidos populistas, que defendendo o povo, assentam a sua prática no poder de sedução do seu líder e seria a falta de carisma que explicaria igualmente o menor sucesso de alguns partidos populistas, i.e., o carisma político seria um fator determinante no sucesso ou não de qualquer partido da direita mais radical (Pappas, 2016).

Estas características, comumente associadas ao Populismo contemporâneo e que até podem parecer evidentes, merecem alguns reparos e o respetivo contraditório, a começar pela dificuldade de as operacionalizar em estudos empíricos, pois referem-se a situações e contextos tidos como mais reativos ou emocionais. Ou ainda a dificuldade em avaliar respostas enquanto simplistas e oportunistas que visam a manipulação do eleitorado por contraponto a políticas “honestas” (Mudde, 2004). De igual forma, afigura-se difícil conceptualizar o que referimos por “carisma”, mas aparenta que a suposta conexão entre liderança carismática e Populismo é frágil, na melhor das hipóteses esta ideia deverá ser igualmente sujeita a um tratamento mais cuidadoso de dados empíricos (Pappas, 2016). Ao contrário da perceção generalizada, os dados empíricos apontam para que apenas uma minoria de líderes de partidos populistas fossem avaliados como “carismáticos”: apenas 5 em 45 estudados, a grande maioria foi considerada líderes comuns, com dificuldades em controlar o partido e com pouca vontade ou capacidade para implementar mudanças radicais

(Pappas, 2016). Por outro lado, nem todos os populistas são populares, agindo, falando ou vestindo-se como o povo, os populistas não têm de agir de forma popular para apelar ao povo ou ao voto; nem todos os populistas são oportunistas ou demagogos, e o inverso é igualmente verdade. O “outsider” político é frequentemente associado ao Populismo, mas nem todos os projetos que se apresentam contra o sistema são populistas, i.e., nem todos quantos criticam as elites são automaticamente populistas (Müller, 2017). É claro que alguns partidos da direita mais radical são populistas, mas nem todos, e é mais central nos seus projetos políticos o Nacionalismo ou o autoritarismo. Quanto ao autoritarismo ou a uma postura vulgarmente entendida como antidemocrática, seguimos a mesma lógica, nem todos os populistas são autoritários, assim como nem todos os movimentos autoritários são populistas.

### **2.2.2. Conteúdos do Populismo**

---

É possível avaliar de uma forma mais abrangente um movimento ou um partido populista em função do conteúdo normativo do seu projeto político, seja nacionalista, seja socialista, mas é igualmente essencial perceber a forma como materializa o seu projeto, i.e., pode ser compatível com uma visão pluralista da política, ou seja, os partidos populistas podem ser inclusivos na sua visão normativa e pluralistas na forma como pretendem concretizar essa visão (De Cleen, Glynos, & Mondon, 2018). Temos igualmente associado ao Populismo (da direita radical), em maior ou menor grau, o anticomunismo, anti-intelectualismo ou antielitismo, o autoritarismo e a defesa de valores conservadores, e, claro, o Nacionalismo. Nestas dicotomias, um populista só pode ser fascista, oportunista ou demagogo (Mudde, 2004; Taguieff, 1997). Relativamente ao fascismo, pesem embora as semelhanças (como o autoritarismo e a rejeição do socialismo) e a frequência com a qual vemos os termos associados, há que reconhecer que o populista tem na sua essência o objetivo principal de vencer eleições e até agora, a maioria dos populistas que as perderam aceitaram os resultados. A questão é saber se assim vai continuar, se a democracia será resiliente o suficiente, e até quando, para contrariar as deformações provocadas pelos populistas, ou se pelo contrário, iremos assistir a uma agudização do que testemunhamos, por exemplo, após

a derrota de Trump e a ameaça de recusar aceitar os resultados, caso perdesse e preventivamente lançar suspeitas de fraude sobre os resultados (Bar On, 2019).

Para um entendimento mais claro do Populismo e que possa sair das dicotomias mencionadas e das compreensões mais ou menos consensuais, podemos entendê-lo enquanto conceito, pois capta um aspeto relevante da realidade social, não obstante, a forma como o termo é utilizado, por quem e com que intenção, faz do Populismo também um significante (De Cleen et al., 2018). Esta noção parece-nos relevante na medida em que vem ao encontro das variantes que o Populismo pode assumir em função dos contextos no qual é utilizado. Conforme já assinalamos, partidos identificados como “populistas” assumem posições e discursos adaptados às suas circunstâncias. Assim, o Populismo, enquanto conceito político, cujo *status* é intrinsecamente político, expressa-se com características discursivas distintas, seguindo uma lógica própria. Por exemplo, a ênfase no “povo” e, em particular, no antagonismo entre “nós”, o povo, e “eles”, é central no discurso populista (Halikiopoulou, 2018). Este antagonismo pode expressar-se de formas variadas, para além do mais habitual “povo” contra as “elites”, pode variar para os “fracos” contra os “poderosos” ou o “homem comum” contra um grupo poderoso, que pode ser o “regime”, os “políticos” ou o “sistema” (Mudde, 2004). É fundamental estarem destacados os pontos comuns do grupo desfavorecido ou em perigo, sejam interesses ou identificações nacionalistas, mas o que mais se realça, em última análise, é precisamente a ideia de ameaça ao grupo em questão (De Cleen et al., 2018).

O que é aqui interessante é a forma como o populista decide quem é o “povo”, defendem a união de pessoas com determinadas características, falam em nome de pessoas particulares, que são os “verdadeiros representantes do povo”<sup>13</sup>, como dizia Farage que anunciava que o Brexit fora a vitória das pessoas reais, ignorando os 48% que votaram a favor do “remain”, ou Trump que nas suas ações de campanha falava da “maioria silenciosa”, falava de um tipo de americano bem delimitado e quem não se quisesse unir seria excluído (Müller, 2017), ou, na mesma senda e para utilizarmos uma expressão mais próxima: “os portugueses de bem”.

Neste seguimento, referimos Cas Mudde (2004) que define o Populismo da seguinte forma:

---

<sup>13</sup> Os populistas são igualmente hábeis na manipulação do “povo”, categoria ambígua, invoca tanto uma nação, a *demos* ou uma comunidade (Brubaker, 2020).

I define populism as an ideology that considers society to be ultimately separated into two homogeneous and antagonistic groups, ‘the pure people’ versus ‘the corrupt elite’, and which argues that politics should be an expression of the *volonté générale* (general will) of the people (Mudde, 2004, p. 543)

Em suma, o autor entende o Populismo como uma ideologia que divide a sociedade em dois grupos antagónicos: o povo e as elites, o primeiro puro, o segundo, corrupto. Cabe à política ser a expressão da *volonté générale* do povo (i.e., da vontade do povo), no sentido rousseauiano do termo (Wodak & Krzyzanowski, 2017).

Façamos, no entanto, uma ressalva relativamente à consideração do Populismo enquanto ideologia apresentada por Mudde, que, como já vimos, pode ser limitativa e até incorreta. O próprio autor da definição considerada salvaguarda que o Populismo carece de nível intelectual para poder ser considerado uma ideologia, não possui a consistência do socialismo, por exemplo, podendo antes ser associado ou utilizado por diferentes ideologias. Os conteúdos normativos podem ser então diversos. Bobbio, N., Matteucci, N., & Pasquino, G. (1998) referem a tradição russa do Populismo utopista, do início do século XX, que se haveria de materializar no bolchevismo e ainda o Populismo norte-americano da segunda metade do século XIX, crítico do capitalismo e com um projeto reformador, ou ainda, os populista de esquerda da América do Sul, que apesar de demagógicos no estilo, defendiam os trabalhadores e lutaram contra caudilhos e ditadoras militares (Taguieff, 1997). Em muitos destes casos, o Populismo não está associado a uma ideologia particular, aparecendo antes como traço regular de várias práticas políticas, não sendo antidemocrático ou sequer contra as instituições democráticas.

Desta forma, e seguindo o trabalho de Pippa Norris (2020), condensamos esta variabilidade de entendimento do conceito “Populismo” em três vertentes:

- Uma ideologia. À semelhança do “Socialismo”, “Comunismo” ou “Liberalismo”. No entanto, segundo a autora, uma ideologia política deverá integrar três componentes: um sistema formal de pensamentos políticos, textos canónicos desenvolvidos por pensadores/fundadores com as suas interpretações do mundo e propostas de intervenção; um conjunto de valores normativos e coerentes e de princípios políticos que forneçam uma visão moral da vida; um enquadramento doutrinal e um conjunto sistematizado de crenças para

entender o mundo. Em síntese, as ideologias oferecem líderes e pensadores que visam executar um determinado plano de ações coletivas para atingir objetivos comuns;

- Um conjunto de ideias. Esta é uma visão alternativa, mas relacionada com a anterior, o Populismo seria um conjunto singular de ideias que entende a política enquanto luta maniqueísta entre a vontade do povo e uma elite. Aqui podemos identificar elementos já mencionados do Populismo: a dualidade moral bem vs mal; o povo contra a elite e a invariável representação desta como corrupta. Os dualismos são comuns em várias ideologias políticas (trabalhadores vs burguesia ou patriarcado vs igualdade) assim como as referências a grupos/elites corruptas, a junção das duas aparenta ser próprio do Populismo;

- Populismo enquanto retórica. Aqui o Populismo seria antes de tudo uma forma de retórica, um discurso. Um discurso que se pretende persuasivo e eloquente, seguindo a tradição aristotélica do que é a retórica. Os discursos e os escritos obedecem a determinados temas, utilizando imagens, metáforas com o propósito de vencer argumentações, transmitir significados e convencer apoiantes. Partindo da *ethos* (caráter) do discursante e legitimando-se na *logos* (lógica) e *pathos* (emoção/sentimento). À retórica não importa as convicções ou a verdade, ou sequer a sinceridade das emoções e da coerência das ideias, importa sim a construção do argumento, por vezes teatral ou como uma espécie de *performance* (algo que conseguimos facilmente identificar nalguns discursos de Trump, por exemplo). Nesta perspetiva, a retórica populista assume uma linguagem simbólica forte e persuasiva, mas não necessariamente substancial.

Todas estas opções não respondem de forma cabal a uma definição, compreensão ou delimitação do que é o Populismo. Para ser considerado ideologia, falta-lhe a base de textos teóricos centrais e a indicação de políticas e práticas a defender e a seguir. Para ser entendido enquanto conjunto único de ideias, implica que essas ideias fossem visivelmente expressas no discurso político, que seria então um guia para crenças e práticas. No entanto, teriam de ser ideias autênticas, significantes e expressas de forma sincera, estruturantes do pensamento e ações, quer dos líderes, quer dos seguidores. E é aqui que se levanta a questão: as ideias antielites e a favor do povo, são genuínas ou são apenas linguagem útil? Esta questão vai desaguar na última opção: o Populismo enquanto retórica. Adotando uma linguagem fluída, movediça e até contraditória, não deixando claro que ações se poderão suceder ao discurso.

Esta particularidade permite ao Populismo adaptar-se a diferentes partidos e líderes, a visões opostas e até antagônicas das políticas públicas, sejam econômicas ou sociais. Esta abordagem talvez se aproxime mais da essência do Populismo, com pontos em comum relativamente ao supracitado: o Populismo enquanto significante, cujas três principais características, o apelo ao “povo”; o ataque às “elites” e por fim, a construção de uma “crise”, são sobretudo discursivas, o “povo” oprimido e as “elites” opressoras associadas num ambiente de antagonismo permanente ou “crise”(Latsch, 2020). Seja enquanto ideologia, estilo de política, estratégia discursiva ou política, é consensual entre os investigadores que o Populismo representa uma deterioração da democracia representativa (Pinto, 2018).

Conforme refere Paul Taggart (in Cas Mudde, 2004, p. 560): “o populismo requer os indivíduos mais extraordinários para liderar as pessoas mais vulgares” (entendamos aqui “vulgares” como “comuns”) e que, apesar do que referimos acerca do fator “carisma”, a verdade é que uma liderança carismática é um importante fator causal para o sucesso de partidos ou movimentos populistas (Pappas, 2016). Percebemos no entanto que a verdadeira particularidade do Populismo contemporâneo está no seu antipluralismo. A exclusão está sempre presente, adotam uma postura monista quer ao nível da política partidária, pois são os únicos representantes legítimos do povo e todos os outros são excluídos, quer ao nível do próprio povo, conforme abordado acima, pois aqueles que não se encaixam na construção simbólica definida também serão excluídos (Müller, 2017).

## 2.3. Para além da análise superficial

---

A visão e a análise de curto prazo não elucidam sobre o fenómeno do crescimento de partidos da direita mais nacionalista e populista, nem respondem cabalmente às questões:

- Porque ganhou Trump?
- Porque venceu o Brexit?
- Porque estão a crescer os partidos nacionalistas/populistas europeus?

As explicações referentes à vitória de Trump são, não escassas vezes, de uma condescendência altiva, pela forma como foi avaliado (tanto ele como os seus apoiantes, conforme já vimos), ou centradas na influência de Steve Bannon, cujo apelo populista e patriarcal acolheu simpatia ou ainda nas alegações do envolvimento Russo no resultado das eleições (em particular através da manipulação de redes sociais, sobretudo o Facebook e o Twitter), para além da ideia disseminada de que estes novos populismos são uma ameaça para as democracias liberais, ideia comum no discurso antipopulista (Mudde, 2004). As respostas mais comuns para explicar o fenómeno não consideram as correntes mais enraizadas que circulam nos interstícios da democracia. Analisar o Populismo enquanto mero sintoma de mudanças sociais e/ou económicas (sejam o aumento de diversidade cultural ou étnica, ou os efeitos da globalização) ou enquanto uma ideologia, constitui uma abordagem corrente, conforme argumentado no ponto anterior, mas que pode igualmente levar a interpretações limitadas (De Cleen et al., 2018). É notória a capacidade destes partidos, e dos seus líderes, para explorar politicamente e capitalizar o descontentamento geral relativo a questões políticas, económicas e sociais, e fazem-no de forma muito idêntica nos vários países, tendendo, no entanto, a frisar as peculiaridades nacionais (Di Giuro, 2019).

Independentemente destas explicações e interpretações corresponderem a alguma factualidade, não passam de explicações imediatistas que são insuficientes para explicarem a circunstância de tantos americanos se sentirem afastados da discussão política ou para explicarem porque é que a maioria dos americanos não licenciados apoia maioritariamente os Republicanos, muito antes de surgir Trump (Eatwell & Goodwin, 2018). De igual forma no RU, após a vitória do Brexit, as interpretações do resultado focaram-se no curto prazo, distraindo de uma avaliação mais abrangente e aprofundada das tendências que tornaram

possíveis estas vitórias. Os “remainers”<sup>14</sup> concluíram que os trabalhadores velhos e brancos<sup>15</sup>, que viviam longe da cosmopolita Londres, eram demasiados estúpidos para reconhecerem as vantagens da integração europeia (o que não corresponde à realidade, conforme analisado anteriormente), e que também a Rússia teve a sua cota parte de responsabilidade no resultado do referendo pelos supostos “bots” a enxamearem as redes sociais para manipularem as mentes dos britânicos, espalhando as mentiras dos “brexiters”<sup>16</sup> <sup>17</sup> (Eatwell & Goodwin, 2018). Estas explicações circunstanciais não explicam como conseguiu o UKIP, que obteve pouco mais de 7% dos votos em 2015, modelar a abordagem política do RU relativamente à UE e conseguiu ainda impor o seu discurso xenófobo (De Cleen et al., 2018). É evidente que a tónica no Nacionalismo económico, social e cultural, contra influências e intervenções externas e em defesa do Estado tiveram audiência atenta para lá dos estereotipados apoiantes do Nacionalismo Populista.

É claramente um erro presumir que todos os eleitores de partidos populistas são necessariamente populistas, que compartilham as visões antipluralistas dos líderes populistas. Os “deploráveis” de Hilary Clinton durante a campanha revela bem esta presunção. De igual forma os partidos sociais-democratas Europeus generalizam os apoiantes dos populistas às classes trabalhadoras (Müller, 2017). Compreender este fenómeno exige ir para além de mera “moda” estereotipada e encará-lo mais enquanto lógica política, de forma a auxiliar mais efetivamente o entendimento da sua extensão e influência: a política populista incorpora um padrão cujos elementos, sejam reivindicações, questões identitárias ou queixas e receios, podem surgir de diversas ideologias. Podemos então entender que qualquer partido pode estrategicamente tornar-se populista, como meio para atingir o poder, o que não significa que permaneça populista. Sublinhamos ainda que Populismo e democracia podem conviver e coexistir: voltamos aqui ao seu berço grego no qual a retórica e o seu domínio era mais importante do que a verdade, demagogia e assembleia democrática conviviam em harmonia (Pinto, 2018). A este respeito é elucidativo a resposta de Roger Scruton em 2017 acerca do populismo dado ao jornal *Figaro* (in Nogueira Pinto, 2019, p. 229):

---

<sup>14</sup> Os britânicos que defendiam a permanência do RU na UE.

<sup>15</sup> Nos quais se podem incluir os estereotipados “little-englander” e os “middle-englander”, trabalhadores da classe média ou média-baixa, identificados com valores conservadores de direita, com ideias xenófobas e antieuropeias.

<sup>16</sup> Os britânicos que defendiam a saída do RU da UE.

<sup>17</sup> Uma destas mentiras que foi bastante relevada na comunicação social na altura dizia respeito ao dinheiro que o RU pouparia ao sair da UE.

Populismo é a palavra usada pela esquerda para se referir ao povo quando o povo não a escuta. (...) Quando o povo toma uma direção diferente da que lhe estava destinada pelos intelectuais de esquerda, a esquerda conclui que o povo está a ser manipulado por demagogos.

### 2.3.1. O Populismo Nacionalista

---

Após as breves perspetivas acerca do Nacionalismo e do Populismo e concedendo que facilmente se podem confundir os termos, alguns autores entendem que o Populismo e o Nacionalismo estão intimamente ligados, quer de forma empírica, quer conceitualmente, grande parte dos políticos populistas são nacionalistas, i.e., o Populismo seria uma forma de Nacionalismo, inerente ao próprio Nacionalismo, outros veem-nos como fenómenos independentes (Brubaker, 2020). No entanto, e no seguimento da nossa reflexão, sendo fenómenos que se podem expressar de forma independente, entendemos que ambos confluem, em particular nos casos dos partidos e movimentos que analisamos.

Não obstante as indefinições e imprecisões (abordadas nos pontos anteriores) quer em relação ao Populismo, quer ao Nacionalismo, não se percebendo consensualmente se o Populismo Nacionalista se trata de uma ideologia, de um fenómeno mediático apoiado na retórica ou de um estilo político que faz da performance comunicacional o seu grande trunfo, podemos destacar para além das ideias centrais, alguns princípios orientadores que sublinham o que já mencionamos: a oposição entre o “povo” e a “elite corrupta”; a assunção de que representam a “vontade do povo”, apresentando-se como arautos da verdade e da justiça e a ausência de uma ideologia clara ou substancial, numa espécie de resenha eclética de várias fontes, por vezes contraditórias entre si. Em suma: descrença nas elites; diminuição da lealdade entre o eleitor e os partidos e a divisão educacional entre os eleitores (Eatwell & Goodwin, 2018).

Donald Trump e o Brexit foram os sucessores e, simultaneamente, impulsionadores do crescimento do Populismo Nacionalista na Europa, em particular, Marine Le Pen em França, Matteo Salvini em Itália, já o fizera antes Viktor Orbán na Hungria, que são personificações da revolta crescente contra a política *mainstream* e os valores liberais (Eatwell & Goodwin, 2018). Os europeus puderam inspirar-se no discurso temerário contra as organizações supranacionais, de oposição à globalização, em particular aos seus dois

grandes efeitos perniciosos: a imigração e o comércio/finanças internacionais, como foram exemplo as propostas protecionistas relativamente à economia e a construção do “muro” na fronteira com o México, ou as arremetidas frequentes contra os muçulmanos (Di Giuro, 2019). Priorizam os interesses e cultura de determinada nação e prometem dar voz às pessoas que sentem terem sido negligenciadas pelas elites dos partidos do poder e são ainda avaliados como antidemocratas. Ao oporem-se aos valores liberais, opõem-se a certos aspetos da democracia liberal, mas na maioria dos casos, não pretendem derrubar as instituições políticas. Sublinham de forma enfática o sentimento de que as instituições se afastam cada vez mais do “cidadão comum”<sup>18</sup>, aliando estes sentimentos aos escândalos políticos, aos abusos à democracia, ao *lobbying*, aos desvios e a má gestão de dinheiros públicos, à corrupção em geral e à perceção generalizada de corrupção, não admira pois que um elevado número de pessoas questionem a confiança dos seus representantes (Eatwell & Goodwin, 2018).

Viktor Orbán defendeu a criação de uma “democracia iliberal”<sup>19</sup> e desde que usou o termo, em 2014, o mesmo entrou no discurso político do dia-a-dia, normalizou-se, tornou-se aceitável enquanto alternativa e até enquanto modelo positivo a seguir, pese a rejeição clara das minorias e a limitação de várias liberdades, como sejam a de expressão ou de religiosa (Wodak & Krzyzanowski, 2017). Esta democracia iliberal apoia-se portanto no questionamento de alguns direitos democráticos, por um lado, e na demonização dos emigrantes, por outro (Eatwell & Goodwin, 2018), assume que as políticas devem sempre refletir a vontade geral do povo, o que reforça o caráter populista destes líderes e o Populismo enquanto defensor das tais “democracias liberais” (Mudde, 2004). Portanto, “democracia iliberal” significa mudanças qualitativas e quantitativas que resultam no enfraquecimento geral da democracia, inspirando-se em vários modelos e enfatizando os valores do patriotismo, da religião e da família tradicional Este modelo é utilizado em vários países verificando-se o seu crescimento no contexto Europeu, banalizando e normalizando práticas consideradas antidemocráticas (Surowiec & Štětka, 2020). No seguimento destas ideias,

---

<sup>18</sup> Nos EUA, pouco antes da vitória de Trump, mais de metade dos americanos brancos sem estudos superiores não se sentiam representados pela política dominante. De igual forma, quase metade dos trabalhadores britânicos sentiam que “pessoas como eles” não tinham voz na política nacional (Eatwell & Goodwin, 2018).

<sup>19</sup> O termo terá sido cunhado em 1997 por Fareed Zakaria para descrever um regime híbrido, pensado enquanto democracia, pois assentaria em atos eleitorais para eleger presidentes, primeiros-ministros e legisladores, mas iliberal porquanto negava aos cidadãos liberdades fundamentais, dando o exemplo do regime de Putin (Bar On, 2019), extrapola-se daqui que o Populismo tenderia, quando no poder, para esta democracia iliberal.

Trump dizia-se a voz da “maioria silenciosa” e limparia o “Washington swamp” (o pântano de Washington), Farage dizia-se representante do “exército do povo” e Le Pen assume-se como a voz da “França esquecida” (Eatwell & Goodwin, 2018). A democracia iliberal mistura-se facilmente com o autoritarismo, pois são instrumentais entre si, as restrições às liberdades democráticas, civis e políticas, exigem obediência.

Os líderes dos populistas da direita mais radical têm utilizado o descontentamento, a percepção generalizada de corrupção, a desconfiança e o medo para capitalizarem votos, dizendo evidentemente “aquilo que as pessoas querem ouvir”, particularidade profusamente sublinhada dos populistas (J. Pinto, 2019). Paradoxalmente, o facto dos eleitores em geral, nas democracias ocidentais, terem atualmente um nível de educação superior, podê-los-á ter tornado mais recetivos aos discursos populistas, pois já não aceitam de tão bom grado o que elite política tem para oferecer, sentem-se mais capazes de exigir e julgar as suas ações, ou seja, já não aceitam passivamente que pensem por eles. Estes partidos tomam como suas prioridades comuns à população em geral, dando-lhes uma interpretação mais radical (Mudde, 2010). Será por aqui que se explica o sucesso dos populistas atuais que se apresentam contra o discurso “politicamente correto”, disruptivos nos seus apelos sem tabus. Esta postura colhe frutos, sob a forma do crescimento nas intenções de voto, nas democracias ocidentais, pois estas têm-se esforçado para despolitizar as suas práticas e discursos, e esta postura neutra, não-ideológica, privilegiando a governança ao governo (administração em vez de política), centrada em seguir a linha reta do tal “politicamente correto”, tem permitido aos populistas ocuparem o espaço político e capitalizarem votos graças a uma audiência mais recetiva e aos governos despolitizados (Mudde, 2004).

Na verdade, a maioria dos apoiantes dos partidos nacionalistas quer melhor democracia, políticos mais atentos e empáticos, que confirmam mais poderes às pessoas e à economia. Ou seja, uma democracia mais direta, diferente da democracia liberal que após a segunda guerra mundial se foi tornando mais elitista (Eatwell & Goodwin, 2018).

O Populismo Nacionalista levanta as tais questões comuns a muitas pessoas, como por exemplo, porque é que as elites se foram distanciando cada vez mais das pessoas, das suas vidas e preocupações. Questionam a degradação do Estado-nação. Questionam a capacidade dos países ocidentais absorverem as vagas de imigração e a transformação étnica radical (*hyper ethnic change*), praticamente sem precedentes na história moderna das civilizações. Questionam ainda o crescimento das desigualdades económicas, o aprofundar do fosso entre

ricos e pobres<sup>20</sup>, ficando muitas pessoas esquecidas. Segundo vários economistas, nos EUA, por exemplo, o nível de desigualdades será idêntico ao verificado em países do terceiro mundo (Portes, 2020). Questionam se o estado-social não deveria priorizar em termos de apoios e emprego, aqueles que de facto para ele contribuíram. Questionam a globalização, as agendas dominantes, duvidando e desconfiando do tipo de sociedade que possam criar. É claro que muitos líderes destes partidos defendem ideias racistas e xenófobas<sup>21</sup>, mas a verdade é que tocam em dúvidas e anseios legítimos e generalizados. Os eleitores e defensores dos partidos nacional-populistas, ao contrário do que por vezes se entende, não pretendem ser governados por uma pessoa comum ou sequer semelhante a eles, equívoco frequente que se relaciona com a tendência de reduzir o Populismo a uma espécie de luta de classes, conforme abordado no ponto anterior. Pretendem antes que os seus problemas sejam resolvidos (Mudde, 2004).

O nacional-populismo é um movimento distintivo, sendo muitas vezes comparado ao fascismo e referido até como uma reminiscência do mesmo, é diferente do fascismo de várias formas, em conformidade com o referido relativamente ao Populismo. Ressalvamos aqui semelhanças centrais, como sejam as já apontadas rejeições ao socialismo e ao liberalismo, mas notemos que o fascismo com o qual se compara o Populismo Nacionalista é o do início do século XX e esse teve diferenças inegáveis entre si, basta pensarmos nas diferenças entre o fascismo italiano e no alemão, ou no português, e a base de comparação leva muitas vezes a pensarmos no pior exemplo possível, o totalitarismo alemão, o que por si pode de certa forma descredibilizar os detratores do Populismo Nacionalista, pela desproporção

---

<sup>20</sup> São diversas as fontes com dados estatísticos acerca do crescimento do fosso entre ricos e pobres, a título ilustrativo referimos algumas conclusões que se encontram no “A Guide to Statistics on Historical Trends in Income Inequality” (Stone, Trisi, Sherman, & Beltrán, 2018): o rendimento das famílias nas zonas intermédias e inferiores da distribuição diminuiu substancialmente (sobretudo após o crescimento global no pós segunda guerra mundial até aos anos 70), enquanto o rendimento na zona mais alta da distribuição continuou a crescer e a concentração de rendimentos na zona superior da distribuição subiu para níveis idênticos aos dos anos 20 do século XX. Na página da *Oxfam International* (<https://www.oxfam.org/en>), é igualmente referido que 1% da população mais rica do mundo detêm o dobro da riqueza da restante população, sublinhando o crescimento do fosso entre mais ricos e mais pobres.

<sup>21</sup> Acerca do racismo e xenofobia, dois termos que têm sido usados de forma mais ou menos indissociada, no artigo debruçado sobre o racismo e a xenofobia experienciados por emigrantes polacos no RU antes e depois do referendo do Brexit (Rzepnikowska, 2019), a autora sublinha que o discurso racista mudou o seu foco da cultura e etnicidade enquanto categorias fixas, para novas formas de racismo bem mais alargadas, i.e., pese embora continuar a assentar na ideia das determinantes biológicas, qualquer grupo, socialmente construído, identificado como tendo origens diferentes (culturais, biológicas ou históricas) é alvo do discurso racista, cabendo aqui desde judeus, negros, estrangeiros, minorias ou migrantes. As novas formas de racismo conseguem assim aliar patriotismo e Nacionalismo, militarismo, xenofobia e até diferenças de género. A xenofobia provém do grego *xénos* (o estranho/estrangeiro) e *phóbos* (medo) aludindo claramente ao “medo do estranho”, categoria na qual podem caber igualmente um elevado número de pessoas.

comparativa. Poder-se-á dizer que o fascismo é uma forma de Nacionalismo, e estes também variam muito entre si (Bar On, 2019). Contudo, esta linha de argumentação não é despicienda de todo, lembrando Hannah Arendt (in Bar On, 2020), que alertou, no final da 2ª Guerra Mundial, que as raízes do fascismo não teriam sido extintas com o fim da guerra e que a vitória dos aliados fora sobre um inimigo comum e não sobre o fascismo.

Analisar o Nacionalismo populista requer esta dupla perspectiva: primeiro, sobre as forças históricas que conduziram à situação atual e depois perceber de que forma as suas consequências são interpretadas a partir do ponto de vista pessoal dos atores sociais, i.e., o significado que tais consequências têm para cada um destes atores (Portes, 2020).

Os partidos do Populismo Nacionalista têm sido capazes de articular os medos do cidadão comum através de uma identificação direta do inimigo. Estes partidos apontam para o "outro" ou "o estrangeiro" como a causa dos problemas quotidianos. Assim, o inimigo está perto e é visível, aqui reside a grande eficácia da sua mensagem. Trump identificou as importações da China e os emigrantes mexicanos como fonte dos problemas dos trabalhadores americanos, juntando-lhes depois a islamofobia, oferecendo soluções simples e imediatas (Öniş, 2017).

Os movimentos nacional-populistas partilham o desejo de dar prioridade aos interesses e à cultura de um grupo nacional, contra uma elite que consideram que se serve a si própria, que é corrupta e negligente para com as pessoas simples (Eatwell & Goodwin, 2018) e beneficiam dos sentimentos de desconfiança e medo relativamente aos emigrantes (o sentir-se “estrangeiro na sua terra”), sendo estes um alvo fácil para canalizar a ira/medo dos conterrâneos através de exultações nacionalistas de várias ordens, sendo portanto indissociável o teor racista destes movimentos e partidos (Portes, 2020).

### 3. O Populismo Nacionalista Europeu

---

Acerca do Populismo Nacionalista e da direita radical na Europa, a ideia expressa por Daniel Bell, em 1964, referente à sua avaliação da direita radical americana dos anos 50 do século XX, reflete muito do que ainda hoje se acredita ser a direita populista (in Cas Mudde, 2010): “Today the politics of the radical right is the politics of frustration - the sour impotence of those who find themselves unable to understand, let alone command, the complex mass society that is the polity today”. Numa tradução livre, o que aquele autor, dos anos 60, refere aproxima-se bastante do que temos dito relativamente ao Populismo Nacionalista atual, ou seja, a política da direita radical é a política da frustração, da impotência amargurada daqueles incapazes de entender, quanto mais liderar, a complexa sociedade de massas que é a política hoje. Uma espécie de patologia/doença das democracias ocidentais explicada por condições singulares (neste caso seria o pós-guerra e a subsequente guerra fria ou as atuais crises económicas ou dos migrantes, que já mencionamos). Mas esta perspetiva, muito do lado da “procura”, para utilizar os termos do autor (Mudde, 2010), é limitada, i.e., para este autor o lado da “oferta” ajuda a explicar mais cabalmente o sucesso destes partidos, principalmente se pensarmos nas diferenças entre países. Resumimos as características comuns do Populismo Nacionalista da direita europeia enquanto movimentos políticos populistas, que se apresentam em nome do “povo”, nativistas, nacionalismo étnico, e autoritários, com um líder forte e onnipresente, representando uma visão estrita e hierárquica do poder (Rosenberg, 2019).

Os partidos populistas da extrema-direita europeia, que na sua essência se englobam no que temos designado de Populismo Nacionalista, partilham várias características, como foram sublinhadas nos pontos anteriores, em particular a retórica anti-imigração e antielites, alicerçam os seus programas e propostas na ênfase dada à soberania popular e nacional, i.e., expressam de forma clara aquilo que se entende como características próprias do Populismo e do Nacionalismo (Bonikowski et al., 2019), conforme também já foi explanado. Assim, as ideias centrais destes partidos são o Nacionalismo, o Populismo de direita, o euroceticismo, o conservadorismo social, o liberalismo económico, as propostas anti-islâmicas e anti-imigração e, em vários dos casos analisados, a defesa de uma democracia mais direta (Di Giuro, 2019).

Advogam certamente a mudança, mudança necessária para fugir do caminho da iminente catástrofe que anunciam (Wodak & Krzyzanowski, 2017). É assim possível especificar algumas diretrizes comuns encontradas no discurso e programas dos partidos do Nacionalismo populista de direita, quatro dimensões que são centrais entre estes partidos, em particular na UE (Wodak & Krzyzanowski, 2017), a saber:

- 1) Nacionalismo/nativismo/antipluralismo: estipulam uma etnicidade homogénea, definida de forma pouco clara (por vezes como nativismo, valorizando aqui o “sangue”). A ênfase dada à “Terra Natal” carente de proteção contra vários tipos de ameaças: invasores, “outros” (internos e externos”), organizações estrangeiras, etc.;
- 2) Antielitismo: esta particularidade já foi referida diversas vezes e de facto estes partidos partilham uma postura antielitista e anti-intelectual, muito ligada às posturas antieuropeístas;
- 3) Autoritarismo: o líder carismático e salvador é comum entre estes partidos, sendo adorado e intransigentemente defendido enquanto defensor do “povo” e do Estado de direito. Este líder carismático exige um partido hierarquicamente bem estruturado e conseqüentemente um governo forte que possa garantir a ordem e a segurança;
- 4) Conservadorismo/revisionismo histórico: estes partidos representam, em regra, valores conservadores, enfatizam os valores da família e o regresso a tempos áureos. A narrativa da proteção da “Terra Natal” veicula a ideia de um passado no qual ou foram heróis ou vítimas (de conspirações ou de variados inimigos da terra mãe). Assim, o povo teve no seu passado apenas histórias de sucesso, as derrotas deveram-se a traições de outros. Conseqüentemente, o Estado social só deveria ajudar aos verdadeiros membros da comunidade (conforme apoda a autora: “welfare chauvinismo”).

A despeito dos aspetos comuns e princípios partilhados, importa salientar que na categorização “Populismo Nacionalista” convivem realidades distintas, a começar pelo grau variável de extremismo<sup>22</sup> (cabem nesta categoria os já mencionados Jobbik e Aurora Dourada, partidos neonazis representados no PE), mas também se encontram diferenças na base de apoio, na proximidade aos ideais fascistas ou naquilo que entendem que deva ser a intervenção do Estado na economia. Destarte, encontram-se diferenças ideológicas significativas, e não só, entre os partidos inseridos na direita populista (Bonikowski et al., 2019). Podemos ainda sublinhar a diversidade de líderes etiquetados de populistas de direita, que já fomos mencionando ao longo deste trabalho: Trump, Geert Wilders, Bolsonaro, Erdogan ou mesmo Rodrigo Duterte, entre outros, cujas diferenças são tão assinaláveis quanto as semelhanças.

Conforme abordaremos no ponto 4.2 “Preocupações para o futuro” a UE tem enfrentado desafios sem precedentes, depois do Brexit, estes sucedem-se. Os partidos moderados do centro que têm governado a grande maioria dos países ocidentais, não têm conseguido articular políticas distintas que possam responder às preocupações dos cidadãos. Os partidos populistas de direita aproveitam esta indiferença ou incapacidade e argumentam de forma convincente que são quem melhor representa os interesses do cidadão comum (Grzymala-Busse, 2017). O surgimento e a ascensão destes partidos tornaram-se numa rotina para a qual as democracias liberais ainda não encontraram resposta.

---

<sup>22</sup> Importa precisar as diferenças entre “extremismo” e “radicalismo”, sendo que adotamos a perspetiva de Mudde (2010) para quem existe uma diferença de grau entre os termos, mas também de forma, pois o “extremismo” representará o exato oposto da democracia e dos seus valores. Pelo seu lado, o radicalismo, próprio do Populismo Nacionalista de direita, que temos abordado ao longo deste trabalho, representa a oposição à democracia liberal (ou constitucional), i.e., a democracia iliberal defendida por Órban (ponto 2.3.1: “O Populismo Nacionalista”). O radicalismo poderá questionar o valor e benefícios do pluralismo, assim como as limitações constitucionais à soberania popular, mas aceita a democracia, ao contrário do extremismo.

## 3.1. Estratégias vencedoras

---

A variedade de abordagens que encontramos é reificada nas estratégias e discurso político. Seria possível tecer caracterizações para cada país e em cada país coexistem partidos, com assinaláveis diferenças, conotados com o Populismo Nacionalista. Estas diferenças materializam-se, por exemplo, nos diferentes grupos políticos que estes partidos integram no PE (conforme analisamos no ponto 2 desta dissertação: “O Populismo Nacionalista: Ponto de situação”), a Lega Nord de Itália integra o grupo ID, enquanto o partido “Fratelli d’Italia” (Irmãos de Itália) integra o grupo ECR, o VOX de Espanha integra o grupo ECR, assim como o partido Lei e Justiça da Polónia, pelo seu lado a RN de França ou a AfD da Alemanha integram o ID, o Fidesz da Hungria saiu do grupo PPE<sup>23</sup>, por ordem de Viktor Orbán e após dois anos suspenso, integrando agora o grupo dos eurodeputados “Não Inscritos”.

Para além das diferenças nas narrativas e agendas políticas, é ainda interessante verificar a suavização do discurso e da *práxis* nalguns destes partidos, que na sua génese adotam um discurso mais radical e agressivo, com iniciativas igualmente mais impactantes e geralmente com polémicas mediáticas à mistura. Esta mudança estratégica teve reflexo nos resultados eleitorais, sendo Marine Le Pen um exemplo paradigmático deste ponto de vista. Em paralelo com o exemplo do RN em França, também o percurso da AfD na Alemanha é ilustrativo desta ideia. São os partidos da direita populista e nacionalista europeia dos dois países mais centrais na dinâmica da UE e têm conseguido resultados crescentes em vários atos eleitorais. Ao contrário do Partido Nacional Democrático da Alemanha, herdeiro do partido nazi, cujo discurso bem mais radical não tem atraído o eleitorado. A narrativa eurocética suavizada do AfD, assim como as posições mais moderadas relativamente aos emigrantes, têm conseguido cativar o voto de protesto e do descontentamento.

No caso do RN, em França, é possível fazer uma análise mais longitudinal, verificando-se o crescente apoio que tem angariado desde que Marine Le Pen assumiu a

---

<sup>23</sup> Esta foi uma das várias polémicas protagonizadas pelo Fidesz e pelo seu líder, após anos de tensão no seio deste grupo parlamentar do centro direita e de forte tradição europeísta e que é o maior do PE, 148 eurodeputados deste grupo votaram a favor da norma que possibilita a expulsão de elementos do grupo (28 votaram contra), conforme amplamente noticiado (<https://www.politico.eu/article/epp-suspension-rules-fidesz-european-parliament-viktor-orban-hungary/>). Viktor Orbán abandonaria o grupo após esta votação e responderia, explicando a sua decisão em carta na qual apoda de injusta, inaceitável e antidemocrática a decisão do grupo EPP (<https://twitter.com/KatalinNovakMP/status/1367053668458106881?s=20>).

liderança do partido. Tem sido notório na liderança de Le Pen a suavização da retórica, pretendendo desta forma dissociar-se das conotações negativas do tempo da liderança agressiva de Jean-Marie Le Pen. Com o pensamento posto nas próximas eleições presidenciais (em abril de 2022), Marine Le Pen tem-se esforçado por arredondar algumas arestas (para utilizar a expressão do jornal “Le Monde”: “arrondit les angles”<sup>24</sup>), como substituir a palavra “preferência” por “prioridade” ou ainda propor referendar as questões mais polémicas, principalmente a do restabelecimento da pena de morte, que até 2017 era parte central no discurso do partido. Esta estratégia para esbater algumas ideias e propostas mais radicais iniciou-se de forma muito concreta com a alteração do nome do partido, em 2018, de Front national (FN), para Rassemblement national (RN). O próprio logotipo do partido sofreu várias alterações ao longo dos anos, mantendo a inspiração na “chama” do partido neofascista italiano (Movimento Social Italiano) é, também desde 2018, mais sóbrio e discreto, dando maior destaque ao nome. Matteo Salvini utilizou este mesmo método para as eleições legislativas italianas de 2018, com excelentes resultados.

Esta estratégia tem sido amplamente sinalizada e analisada nos média franceses, entendida como forma de credibilizar o partido enquanto partido de “poder”, diabolizando a figura de Jean-Marie Le Pen, agregado a um passado obsoleto e creditado como fonte esgotada do discurso de ódio, racial homofóbico ou xenófobo que caracterizava a “antiga” FN. Os partidos europeus da direita populista que têm adotado esta tática de suavização tendem a ter maior sucesso na competição pelo eleitorado habitual dos partidos do poder, apresentando-se como acérrimos defensores da democracia, dos valores da nação e até da diversidade e da tolerância. Estaremos perante uma “fórmula vencedora” de Nacionalismo cívico, mais focado na ideologia do que na raça, enquadrando o pensamento anti-islâmico geral (Bonikowski et al., 2019). Esta estratégia tem de facto colhidos os seus frutos em termos eleitorais (conforme analisamos no ponto 2: “O Populismo Nacionalista: Ponto de situação”) e sublinhamos a ideia de que mesmo quando não vencem eleições, o impacto no discurso e nas políticas é significativo e duradouro, pois outros partidos vão aproveitar as ideias do nacional-populismo (Eatwell & Goodwin, 2018). Para além disto, sublinhe-se ainda que uma vez no poder estes partidos têm sabido manter-se no poder, procurando inimigos internos e externos para manter o apoio popular, falando sempre em nome do “povo” (J. Pinto, 2019).

---

<sup>24</sup> [https://www.lemonde.fr/les-decodeurs/article/2021/06/03/du-fn-de-2007-au-rn-de-2022-ce-qui-perdure-et-ce-qui-a-change-dans-le-programme-de-l-extreme-droite\\_6082676\\_4355770.html](https://www.lemonde.fr/les-decodeurs/article/2021/06/03/du-fn-de-2007-au-rn-de-2022-ce-qui-perdure-et-ce-qui-a-change-dans-le-programme-de-l-extreme-droite_6082676_4355770.html).

## 3.2. Programas e propostas de alguns partidos Europeus Populistas e Nacionalistas

---

Importa, pois, debruçarmo-nos sobre alguns dos programas e propostas apresentadas por partidos europeus identificados com o Populismo Nacionalista. Para perseguir este propósito foram visitadas as páginas oficiais dos partidos e enviados *emails* a alguns dos partidos cujos programas são de mais difícil compreensão (nalguns casos deparamo-nos com ideias muito gerais relativamente às quais não nos foi possível compreender uma posição clara para algumas questões concretas), por não dominarmos a língua (alguns destes partidos apresentam os seus programas apenas no idioma materno e não encontramos versões em línguas que nos fossem acessíveis), ou nos quais não nos foi possível entender cabalmente as ideias chave e ainda para podermos aprofundar algumas questões mais específicas cujas respostas não encontramos nas suas linhas orientadoras<sup>25</sup>.

É notório que em muitos dos casos analisados, quer nos programas, princípios ou manifestos, muitos destes partidos sublinham o respeito e apego à democracia assim como às instituições democráticas, a defesa do Estado de direito democrático, o Estado social e a separação de poderes executivo, legislativo e judiciário. Valores indiscutíveis para as democracias liberais e contraditórios com aspetos igualmente presentes em muitos dos

---

<sup>25</sup> Enviamos emails à AfD da Alemanha (kontakt@afd.de), ao Vox de Espanha (info@voxespana.es), ao Fidesz da Hungria (kapcsolat@fidesz.hu), ao PiS da Polónia (biuro@pis.org.pl), ao PVV da Holanda (pvv.pers@tweedekamer.nl), ao SPD da República Checa e ao FrP da Noruega (frp@frp.no). O email enviado foi o seguinte:

“Dear Sir/Madam,

My name is José Ribeiro and I'm a Master's Student in Public Administration at the "Instituto Politécnico de Leiria", in Portugal. My master's thesis will be in political science. I intend to make a comparative analysis of the programs of the main European political parties, especially in their views on essential issues for Europe

So, I would be extremely grateful if you could send me your views on:

- European emigration policies;
- Schengen area;
- The European Monetary Union;
- Quota system for the electoral lists of the political parties;
- Justice system (death penalty; life sentence; decriminalization of abortion, etc.);
- National health services and educational system.

And any other points that may be important to you.

I thank you in advance for your time,

Yours cordially,”

Não obtivemos qualquer resposta.

programas analisados e que não correspondem aos valores das democracias liberais, nem aos pilares fundamentais da UE (conforme expresso no ponto 2.4 “Preocupações para o futuro”), como sejam a defesa de políticas anti-imigrantes, nacionalistas ou anti-islâmicas (defendidas de uma ou outra forma na grande maioria dos programas que analisamos). Por exemplo, é frequente encontrarmos nos programas e manifestos alusões à herança judaico-cristã de determinado país, é evidente que esta referência é feita em termos de exclusão, pois aqueles que fazem parte da tradição judaico-cristã não são verdadeiramente cidadãos daquele país.

Ressalvamos que a nossa análise peca em larga margem por defeito, pois faltam aqui as situações da Polónia e de outros países mais do leste da Europa, assim como da Grécia, que poderiam e deveriam estar incluídos, no entanto, não nos foi possível encontrar documentação oficial dos partidos que nos fosse acessível ou totalmente compreensível. Optamos assim por selecionar doze partidos de dozes países na expectativa que possam ser representativos da realidade europeia<sup>26</sup>.

---

<sup>26</sup> No seu livro de 2017, “Populismo e Democracia: Dinâmicas Populistas na União Europeia” José Filipe Pinto traça de forma aprimorada e aprofundada a situação do Populismo na UE.

### 3.2.1. Rassemblement national (RN) – França<sup>27</sup>

---

Fundado em 1972, o RN (União Nacional), antes FN como vimos, teve em Jean-Marie Le Pen o seu líder histórico ao longo de vários anos, com um percurso marcado por inúmeras polémicas. Em 2002 foi à segunda volta das eleições presidenciais, tendo sido derrotado por Jacques Chirac.

Em 2010 Marine Le Pen é eleita presidente da FN e as tensões com o pai e ex-líder foram crescentes, o que se poderá inserir na estratégia mencionada de moderar o partido. Foi-se mostrando progressivamente mais liberal, nomeadamente em questões como o casamento entre pessoas do mesmo sexo, o aborto ou a igualdade de género. Pese embora a estratégia de suavização do discurso, o RN mantém centrais algumas das suas posições históricas, como sejam o discurso anti-imigração alicerçado na prioridade que deve ser dada à segurança<sup>28</sup> ou as questões relativas à política externa e em particular a relação com a UE ou com a NATO<sup>29</sup>.

Na carta de compromisso apresentada para as eleições presidências de 2017<sup>30</sup>, Marine Le Pen promete primeiro transparência, proximidade e restituir à França e ao povo francês a palavra, i.e., a sua liberdade. Sublinha ainda a indispensável correção à má gestão do dinheiro público, em particular, as políticas fiscais erradas, que empobrecem a classe média e os gastos com a imigração “descontrolada”. Coloca a decisão dos eleitores em termos de escolha entre dois modelos opostos, o seu e o de todos os outros concorrentes, na visão dicotómica comum nos partidos da direita mais radical, como já mencionamos<sup>31</sup>.

Deixamos alguns dos 144 compromissos que consideramos mais representativos da visão do RN:

---

<sup>27</sup> <https://rassemblementnational.fr>

<sup>28</sup> Segundo referiu a própria Le Pen em entrevista: “La sécurité est la première des libertés” (a segurança é a primeira das liberdades): <https://www.rtl.fr/actu/politique/presidentielle-2022-marine-le-pen-devoile-ses-propositions-sur-la-securite-7800163994>

<sup>29</sup> [https://www.lemonde.fr/les-decodeurs/article/2021/06/03/du-fn-de-2007-au-rn-de-2022-ce-qui-perdure-et-ce-qui-a-change-dans-le-programme-de-l-extreme-droite\\_6082676\\_4355770.html](https://www.lemonde.fr/les-decodeurs/article/2021/06/03/du-fn-de-2007-au-rn-de-2022-ce-qui-perdure-et-ce-qui-a-change-dans-le-programme-de-l-extreme-droite_6082676_4355770.html)

<sup>30</sup> <https://rassemblementnational.fr/pdf/144-engagements.pdf>

<sup>31</sup> No original: “Ce choix entre deux grandes visions, il sera le vôtre, ce sera un choix de civilisation. Et il engagera aussi l’avenir de nos enfants”.

- Devolver à França a sua soberania, defendem uma Europa de nações independentes, referem-se aqui ao fim da unidade monetária, legislativa, territorial e económica;
- Organizar referendo para a revisão constitucional e condicionar todas as futuras revisões constitucionais a um referendo, criar ainda um referendo de iniciativa popular;
- Várias propostas de alterações ao sistema eleitoral, como diminuir o número de deputados;
- Várias propostas anti-islâmicas (em matéria de direitos das mulheres, fechar mesquitas, proibir quaisquer organizações identificadas com ligações ao extremismo islâmico);
- Liberdade para os encarregados de educação escolherem ensino público ou privado;
- Rearmar massivamente as forças de segurança (em efetivos e meios);
- Várias propostas para reformar/reforçar as leis penais, como a prisão perpétua efetiva ou a expulsão automática de emigrantes que tenham cometido crimes;
- Saída da França do espaço Schengen<sup>32</sup>;
- Várias propostas anti-imigração (simplificar expulsão de emigrantes ilegais, impedir a naturalização dos mesmos ou mesmo a regularização da sua situação, eliminar o direito de solo, *jus soli*, política de incentivo à natalidade exclusiva para as famílias francesas);
- Em termos económicos defendem medidas protecionistas fortes, o regresso da moeda nacional, leis de trabalho mais flexíveis e libertas dos constrangimentos das leis da UE, redução de impostos para as empresas, revogação da Lei do Trabalho;
- Apresentam várias propostas relacionadas com a gestão energética, defendendo as energias renováveis (mas decretando uma moratória sobre a energia eólica e manter e modernizar as centrais nucleares) e o comércio justo e de proximidade
- Diminuir a idade de reforma para os 60 anos (atualmente está fixada nos 62);
- Reforçar a oferta hospitalar e proteger a oferta a complementaridade da oferta pública e privada, em termos de saúde;
- Várias medidas de incentivo e promoção da identidade nacional: colocar a bandeira francesa em todos os edifícios públicos e retirar a bandeira da UE; defesa da língua francesa,

---

<sup>32</sup> Criado em 1985 é um espaço sem fronteiras internas no qual há liberdade de circulação sem controlos fronteiriços. Pertencem ao espaço Schengen a maioria dos países da UE (exceções da Bulgária, Roménia, Chipre, Irlanda e Croácia) e outros países associados (Noruega, Suíça e Listenstaine). Segundo a página oficial da EU: “O espaço Schengen é um dos maiores feitos da UE” ([https://europa.eu/european-union/about-eu/countries\\_pt](https://europa.eu/european-union/about-eu/countries_pt)).

da intransigente laicidade do Estado, da unidade do território (incluindo aqui o ultramarino) e da história da França (contra o que consideram ser o arrependimento do Estado que promove a divisão da nação), retirar do ensino básico o ensino da língua e cultura de origem;

- Saída da França do comando militar da NATO, aumentar os gastos com defesa (até aos 3% do PIB, mas com 2% de investimento mínimo que deverá estar inscrito na Constituição).

### **3.2.2. Alternativa para a Alemanha (AfD) – Alemanha<sup>33</sup>**

---

A AfD, à semelhança do RN, merece-nos algumas considerações adicionais, pelas questões históricas da Alemanha com o Nacional Populismo, mas também pela importância que a Alemanha tem, juntamente com a França, na coesão da UE, sendo ainda cunhada de “motor da Europa” pela sua relevância económica.

A AfD foi fundada em 2013, define-se, no seu manifesto, como partido liberal e conservador, para além de acérrimo defensor da democracia. Apresentam-se ainda como alternativa inovadora e contra o poder vigente das elites, defensores do federalismo alemão, da cultura e tradição alemãs, contra o que entendem ser a perda dos valores identitários fundamentais da família, da liberdade e da democracia. Revelam-se eurocéticos, responsabilizando alguns tratados europeus pela perda de soberania (em particular os tratados de Schengen, Maastricht e Lisboa) e são contra a moeda única. As motivações dos eleitores alemães para votarem na AfD confirmam o que dissemos relativamente às razões do crescimento dos partidos da direita radical em geral; terrorismo, crime e influxo de emigrantes (Di Giuro, 2019). As tais circunstâncias históricas têm impedido os alemães de se orgulharem, abertamente, do seu Nacionalismo, evitando o risco de cair nas referências ao vergonhoso nacional-socialismo. No entanto, os sentimentos nacionalistas existem, assim como as motivações para acreditarem no Nacionalismo Populista. A AfD representa estes alemães. Mantêm um cuidadoso discurso relativamente à UE, capitalizam com o medo do

---

<sup>33</sup>[https://www.afd.de/wp-content/uploads/sites/111/2017/04/2017-04-12\\_afd-grundsatzprogramm-englisch\\_web.pdf](https://www.afd.de/wp-content/uploads/sites/111/2017/04/2017-04-12_afd-grundsatzprogramm-englisch_web.pdf)

terrorismo, em particular com propostas anti-islâmicas e anti-imigração, opõem-se à apodada “ideologia de género” pois defendem o papel tradicional da mulher e mantêm uma posição flexível em relação às uniões de casais do mesmo sexo.

A AfD tem crescido ao longo dos vários atos eleitorais, em 2013, nas primeiras eleições para as quais concorreram, falharam por muito pouco a entrada no *Bundestag*<sup>34</sup>, elegeram 11 eurodeputados em 2019 (mais 4 do que em 2014) que integram o grupo político ID e nas eleições legislativas passaram de 0 (zero) deputados em 2013, para 86 deputados em 2017<sup>35</sup>.

À semelhança do RN e do VOX apresenta um conjunto bastante alargado e minucioso de propostas que abarcam as mais variadas áreas de governação, desde a política energética à económica, as questões da Europa e da UE, a transição energética, a segurança, etc., reivindicando-se desta forma enquanto partido de poder.

Algumas das suas propostas:

- Defendem um governo liberal e limitado e um sistema de democracia mais direta, semelhante ao que existe na Suíça, os exemplos dados de questões sujeitas a plebiscito são alterações à Constituição, assinatura de tratados internacionais, decisões financeiras e sociais (as quais, sublinham, têm sido problemáticas). Este ponto não é negociável em possíveis coligações governamentais das quais a AfD possa fazer parte;
- Garantia da separação de poderes;
- Propõem políticas económicas liberais, desde a diminuição de impostos à restauração do sigilo bancário, promoção do federalismo e da autossuficiência;
- Limitações ao poder e ao financiamento partidário e ao poder político em geral (defendem, entre outras propostas, alterações ao sistema eleitoral com possibilidade de qualquer cidadão apresentar ao eleitorado, quer nas eleições federais, quer nas legislativas, a diminuição do número de deputados e dos mandatos em cargos políticos);
- Relativamente à UE são terminantemente contra a ideia da transformação da UE num Estado federado centralizado, sublinhando como essencial a soberania da Alemanha, referindo que caso tal não esteja assegurado procurarão a saída da UE e mesmo a dissolução

---

<sup>34</sup> A entrada no parlamento alemão exige um mínimo de 5% dos votos, a AfD obteve 4,7%.

<sup>35</sup> <https://www.bundestag.de/en/members>

da atual UE, defendendo uma nova União Económica Europeia. Propõem um referendo ao Euro;

- Propõem várias medidas que visam um sistema judicial mais forte e interventivo, com medidas como a diminuição da idade de responsabilidade criminal para os 12 anos, a reinstalação do *Jus sanguinis* (direito de sangue) e a perda da cidadania para quem cometa certos tipos de crimes, defendem ainda leis mais permissivas relativamente à posse de armas;

- Robustecer as forças armadas e reestabelecer o serviço militar obrigatório, rejeitam a ideia de um Exército Europeu;

- Leis laborais mais liberais;

- Defesa da ideia de família tradicional, incentivos à natalidade ao invés de incentivos à imigração, vista como ameaçadora e desestabilizadora. Claramente contra o aborto;

- Preservação e defesa da cultura alemã, em particular da língua, por oposição ao multiculturalismo. Várias propostas anti-islâmicas, restrições ao direito de asilo e leis de imigração mais restritivas;

- Contra a ideologia de género e qualquer tipo de quotas de género;

- Negam o aquecimento global, que consideram uma falácia política e defendem a revogação da lei alemã da transição energética e a revisão das restrições à exploração por *fracking* e à utilização da energia nuclear

### 3.2.3. VOX - Espanha<sup>36</sup>

---

O VOX também apresenta as suas circunstâncias muito próprias, tem igualmente crescido em popularidade e votos, não havendo dúvidas quanto ao seu cariz conservador e nacionalista, nem na centralidade do seu discurso em torno da emigração. Tal como a AfD foi criado em 2013, mas a Espanha tem as suas particularidades, trata-se de um país que saiu de uma ditadura há relativamente pouco tempo e depara-se com reivindicações independentistas, de várias províncias, com ênfase na Catalunha<sup>37</sup>. Esta crise independentista tem sido, segundo vários analistas, a variável que mais tem contribuído para o sucesso do VOX, os eleitores que até então pouco crédito tinham dado ao VOX, viram no seu programa nacionalista a reação certa para os movimentos pró-independentistas, pois estes representavam duas grandes ameaças, à unidade do país e uma ameaça económica pois a Catalunha é a região com maior PIB do país (Di Giuro, 2019).

Nas últimas eleições legislativas, em 2019, foi a terceira força política, obtendo cerca de 15% dos votos e elegendo 52 deputados para o “Congreso de los Diputados” (parlamento espanhol). Elegeram 4 eurodeputados nas eleições europeias de 2019, eurodeputados que integram o Grupo Político ECR.

Assentam nas políticas anti-imigrantes e no Nacionalismo centralizador as suas ideias nucleares, contrário às autonomias regionais e às tendências separatistas das regiões basca e catalã. Eis algumas das suas principais propostas<sup>38</sup>:

- Suspensão imediata da autonomia da Catalunha até serem extintos todos os movimentos e organizações separatistas e outras medidas que visam diminuir a autonomia das regiões e o incremento e defesa da soberania nacional. Máxima proteção jurídica aos símbolos da nação e outras medidas de teor nacionalista (como a proteção a identidade nacional ou devolução a Espanha do território Britânico de Gibraltar);

---

<sup>36</sup> <https://www.voxespana.es/espana/programa-electoral-vox>

<sup>37</sup> O referendo promovido em 2017 pela *Generalitat* catalã (o parlamento catalão) e cujo “sim” à independência ganhou por larga margem, iniciou uma onda de conflitos políticos, ainda por resolver, entre o governo central de Madrid e os partidários da secessão, com relevância para as ações de Carles Puigdemont (<https://www.elperiodico.com/es/politica/20171006/resultados-referendum-cataluna-2017-6319340>).

<sup>38</sup> [https://www.voxespana.es/biblioteca/espana/propuestas-memes/100medidasngal\\_101319181010040327.pdf](https://www.voxespana.es/biblioteca/espana/propuestas-memes/100medidasngal_101319181010040327.pdf)

- Suspensão das quotas em listas eleitorais;
- Deportação dos emigrantes ilegais e outras medidas que visam controlar e restringir a entrada e permanência de emigrantes em território espanhol (como a construção de muros em Ceuta e Melilla) assim como várias propostas anti-islâmicas;
- Suspensão do espaço Schengen;
- Medidas que visam uma significativa diminuição do Estado (diminuir gastos políticos; eliminação de cargos políticos e na Administração Pública; fusão de municípios);
- Redução geral de impostos;
- Várias propostas para a saúde, cultura e educação, que podemos classificar como liberais em termos económicos e conservadoras dos usos e costumes, como por exemplo: suprimir do serviço público de saúde intervenções consideradas supérfluas (como sejam o aborto e a reatribuição de sexo); cheque escolar para os pais escolherem o estabelecimento de ensino que querem para os filhos; instaurar PIN parental e autorização expressa para educandos poderem ou não participar em atividades com conteúdos éticos, cívicos, sociais, morais ou sexuais; defesa intransigente da língua e da cultura espanhola; proteção da tauromaquia enquanto património cultural assim como a caça;
- Suspensão de organismos “feministas radicais”, derrogação da lei da violência de género, proibição das “barrigas de aluguer” e outras medidas que visam a “proteção da família” no seu sentido mais tradicional;
- Reforço do poder judicial e propostas para agravar penas;
- Relativamente à UE propõe impulsionar um novo tratado europeu na linha do que defende o Grupo de Visegrado, reduzir os gastos políticos europeus, apostar na bilateralidade em termos de relações internacionais e abandonar organismos supranacionais.

### 3.2.4. Partido da Liberdade (FPO) – Áustria<sup>39</sup>

---

É um partido histórico da Áustria, fundado em 1956. Elegeu nas últimas legislativas, em 2019, 31 deputados, o que constituiu um decréscimo relativamente às anteriores eleições (menos 20 deputados e menos 10% de votos)<sup>40</sup>. Elegeram, em 2019, 3 eurodeputados que integram o grupo ID. O seu discurso contemporâneo é marcadamente anti-imigração, anti-islâmico e eurocético.

As suas linhas orientadoras passam pela máxima “Áustria primeiro”, defendendo uma agenda nacionalista em prol da liberdade, paz e bem-estar do povo austríaco, valorizando a sua história e tradições, a língua alemã e as suas raízes germânicas em geral<sup>41</sup>, afirmando que a língua, a história e a cultura da Áustria são alemãs.

No seu programa expressam a defesa do Estado social, da solidariedade e de ideias humanistas, como o direito das minorias étnicas ou o direito ao asilo político, mas ressaltam que a Áustria não é um país de imigração. Esta ressalva é de facto o que vai ao encontro da verdadeira identidade do partido, que no seio dos partidos populistas da extrema-direita, se distingue e assume de forma clara como nativista, antipluralista e defensor da ideologia supremacista branca, com históricas ligações ao nacional-socialismo (Wodak, 2019).

Elencamos de seguida algumas das suas principais propostas:

- Defendem políticas liberais que conglomeram em valores como a liberdade, a proteção da identidade e do território nacional e da família, também referem um serviço público de saúde. Em termos de política internacional, advogam a neutralidade e a defesa intransigente da autonomia da Áustria;
- Defendem o Estado de direito democrático, republicano e com separação de poderes, e as liberdades básicas de expressão, de reunião e da comunicação social;

---

<sup>39</sup> <https://www.fpoe.at/themen/parteiprogramm/parteiprogramm-englisch/>

<sup>40</sup> Após o bom resultado nas eleições de 2017, o partido coligou-se com o OVP (Partido Popular Austríaco, partido político democrata-cristão, do centro direita), mas o escândalo “Ibiza-gate” (<https://expresso.pt/internacional/2019-05-25-Ibiza-gate.-O-caso-que-dinamitou-a-coligacao-na-Austria-e-faz-tremer-a-extrema-direita>) levou à queda do governo e terá contribuído para o decréscimo assinalado na votação de 2019.

<sup>41</sup> Defendem, por exemplo, o movimento independentista do Tirol do Sul, com tradições germânicas.

- Veem a família enquanto núcleo “natural” e parceria entre homem e mulher que mantém o funcionamento da sociedade constituído pela parceria entre um homem e uma mulher com filhos comuns. Rejeitam as uniões de casais do mesmo sexo;
- São contra as quotas de género e a ideologia de género em geral;
- Redução geral de impostos e política orçamental liberal;
- Serviço militar obrigatório para os homens;
- Defendem políticas económicas liberais, impostos baixos para trabalhadores e empresas e incentivos à iniciativa privada;
- Rejeitam a utilização de energia nuclear e defendem várias medidas de proteção ambiental e animal;
- Rejeitam (veementemente) a pena de morte.

### **3.2.5. Partido dos Democratas Suecos (SD) – Suécia<sup>42</sup>**

---

É um partido com mais de 30 anos de existência e desde a sua fundação têm crescido em número de votos de forma continuada, sendo neste momento a terceira força política da Suécia com 62 deputados eleitos<sup>43</sup>. Elegeram ainda 3 Eurodeputados nas últimas eleições para o PE, que integram o grupo parlamentar ECR, eleições nas quais têm igualmente crescido.

Formaram juntamente com o DFP da Dinamarca e o PS da Finlândia (ver abaixo) o grupo “Nordic Freedom”, grupo que defende a liberdade, a democracia e a defesa de Estados independentes, atuam dentro do Conselho Nórdico que é um organismo oficial de cooperação interparlamentar entre a Dinamarca, Finlândia, Noruega, Islândia e Suécia, Ilhas Faroé e Ilhas Aland <sup>44</sup>.

---

<sup>42</sup> <https://sd.se/english/>

<sup>43</sup> <https://www.riksdagen.se/en/members-and-parties/>

<sup>44</sup> <https://www.norden.org/en/nordic-council>

Na sua página oficial (na qual só nos foi possível encontrar informações gerais acerca do seu programa e propostas) o SD sublinha que é um partido diferente dos outros, que não se condicionam em função de resultados eleitorais, característica da qual se orgulham, pretendem precisamente resolver os problemas criados pelos outros partidos. Referem alguns erros que terão cometido no passado, mas que a maturidade e experiência têm dirimido. O seu intuito é construir uma Suécia forte e segura. Dizem-se homens e mulheres de todas as origens sociais e profissionais, inclusive com origem estrangeira. Advertem para a situação de emergência atual do país, em particular, para o aumento dos crimes sexuais, do crime organizado e dos crimes de honra. Destacam ainda o extremismo religioso crescente e a despesa galopante com emigração enquanto o Estado é delapidado. Definem as seguintes linhas prioritárias, assentes na segurança e unidade do país:

- Moldura penal mais severa, em particular para crimes de índole sexual e que envolvam armas;
- Limitações e maior fiscalizações na atribuição de cidadania sueca;
- Defendem um Estado social que abarque toda a população sueca sem exceções, particularmente os cuidados de saúde;
- Pretende que o ensino priorize o conhecimento e a ordem;
- Combate ao islamismo e a outros extremismos,

### 3.2.6. Partido Popular Dinamarquês (DFP) - Dinamarca<sup>45</sup>

---

O Partido Popular Dinamarquês foi fundado em 1995. Em contracorrente relativamente a outros partidos da extrema-direita, o DFP sofreu uma forte derrota nas últimas eleições legislativas (em 2019), perdendo 21 deputados<sup>46</sup>, mantendo-se, no entanto, como a terceira força partidária do país. Perdeu igualmente 2 eurodeputados, elegendo 1 em 2019, que pertence ao grupo parlamentar ID. Entre 2001 e 2011 tiveram forte influência na governação do país através do apoio da solução governativa minoritária.

As suas ideias e propostas focam-se no bem-estar e na assistência do Estado aos cidadãos dinamarqueses, nas questões da emigração, na cultura nacional e na oposição à UE. No programa apresentado na página oficial do partido, que remonta a 2002, começam precisamente por sublinhar o amor e orgulho pátrios e a necessidade de preservar e proteger a história e a cultura dinamarquesas, o que só se consegue, conforme explicam, investindo na defesa e fortalecendo a segurança interna e externa do país. Neste sentido, apresentam principalmente um conjunto de ideias, na sua maioria, bastante gerais. Propõem:

- Preservar a monarquia constitucional dinamarquesa;
- Mencionam a Igreja Evangélica Luterana como a Igreja do povo dinamarquês, aparentemente não colocando em causa a laicidade do Estado e assegurando a liberdade religiosa, não obstante, sublinham que deve apoiar a Igreja Nacional;
- Opõem-se claramente à UE, mas não à NATO;
- Defendem a preservação e desenvolvimento da cultura nacional;
- No seu ponto de vista, a Dinamarca não é um país de emigração, manifestando-se contra a uma sociedade multiétnica e, em conformidade, pretendem limitar a atribuição de nacionalidade dinamarquesa;
- Defendem um serviço público de saúde eficaz e abrangente;

---

<sup>45</sup> <https://danskfolkeparti.dk/politik/in-another-languages-politics/1757-2/>

<sup>46</sup> <http://www.dst.dk/valg/Valg1684447/valgopg/valgopgHL.htm>

- Defendem as melhores condições para as famílias, definidas como o “coração da sociedade dinamarquesa”, sendo o marido, a esposa e os filhos os pilares desta sociedade;
- Defendem a proteção do meio ambiente e a utilização sensata e responsável dos recursos naturais.

### 3.2.7. Partido dos Finlandeses (PS) – Finlândia<sup>47</sup>

---

Fundado em 1995, o PS, Partido dos Finlandeses, anteriormente, Partido dos Verdadeiros Finlandeses, mantém desde 2011 resultados eleitorais estáveis nos vários escrutínios e em 2015 fizeram parte da coligação que governou o país durante 2 anos. Foram a segunda força mais votada nas eleições legislativas de 2019 e elegeram 2 eurodeputados, igualmente em 2019, que pertencem ao grupo parlamentar ID.

No programa eleitoral apresentado em 2019 começam por realçar o seu principal e primeiro propósito: a defesa e a promoção dos interesses da Finlândia e dos cidadãos finlandeses, este constitui o objetivo prioritária das políticas públicas. Apresentam neste programa medidas gerais centradas nesta ideia de melhorar o nível de vida dos finlandeses e diminuir a despesa com a emigração, cuidar dos finlandeses, ou seja, e nas suas palavras, a sua prioridade é desenvolver uma boa Finlândia. As questões associadas à emigração, sejam os custos públicos, o aumento da criminalidade ou instabilidade social, são aparentemente o *leitmotiv* de todo o programa apresentado:

- Diminuir a despesa e a dívida pública, que consideram mal geridas o que põe em causa o Estado social;
- Diminuir os custos associados à imigração, que caracterizam como nada benéfica para a Finlândia, pois serão pessoas que não pagam impostos (procuram sobretudo asilo, no seu entender) ou são mão-de-obra barata, pouco qualificada. Consideram assim que a emigração

---

<sup>47</sup>[https://www.perussuomalaiset.fi/wp-content/uploads/2019/06/Eduskuntavaaliohjelman-2019\\_SU\\_In\\_English\\_1.pdf](https://www.perussuomalaiset.fi/wp-content/uploads/2019/06/Eduskuntavaaliohjelman-2019_SU_In_English_1.pdf)

tem sido demasiado onerosa para o erário público, desviando dinheiro de outras necessidades. Este é o um aspeto longamente desenvolvido;

- Manter o Estado social, bons ordenados e boas escolas;

- Defendem taxas mínimas para o consumo doméstico de energia (combustíveis, eletricidade e aquecimento), ainda em relação às questões energéticas e às alterações climáticas em particular, afirmam que chaminés industriais na Finlândia representa um controlo positivo para as alterações climáticas, pois será mais limpa do que se a chaminé tivesse de ser transferida para outro país.

### 3.2.8. Liga Norte – Itália<sup>48</sup>

---

A Liga Norte, ou Liga do Norte para a Independência da Padania<sup>49</sup>, foi fundado em 1991 representando 6 regiões do norte de Itália, defendendo desde este início a transformação da Itália num Estado federado, com maior autonomia, em especial para as regiões do norte do país. Pese embora não ter alterado oficialmente o nome, apresentaram-se nas eleições legislativas de 2018 apenas como Liga retirando do seu logo a palavra “norte”<sup>50</sup>.

Nos anos mais recentes têm somado resultados eleitorais muito positivos, em particular nas eleições legislativas de 2018, nas quais foi a terceira força política mais votada. Após estas eleições, fizeram parte da coligação que governou o país até 2019. Nas eleições europeias de 2019 obtiveram igualmente um excelente resultado, foram o partido mais votado e elegeram 25 eurodeputados que fazem parte do grupo parlamentar ID. A liderança carismática de Matteo Salvini, desde 2013, tem marcado o percurso do partido com um discurso marcado pelo euroceticismo, contra a emigração clandestina e a favor do federalismo em Itália<sup>51</sup>.

---

<sup>48</sup> <https://www.leganord.org/index.php>

<sup>49</sup> Zona geográfica que engloba várias regiões do norte de Itália e cuja independência é reivindicada pela Liga Norte.

<sup>50</sup> Em 2017 Salvini em conjunto com outros membros do partido fundaram a “Lega per Salvini Premier”, partido “irmão” com vista à abrangência nacional.

<sup>51</sup> Importa referir, no espetro dos partidos da extrema-direita em Itália, o já mencionado partido “Fratelli d’Italia”. Não apresentado os resultados da Liga Norte, têm crescido paulatinamente nas intenções de voto, nas eleições europeias de 2019 elegeram 8 eurodeputados, que pertencem ao grupo parlamentar ECR e tiveram

Guiamo-nos precisamente pelo programa de governo apresentado às eleições de 2018 (“Salvini Premier”) para apresentar de seguida as principais propostas deste partido:

- Propõem alteração ao regime tributário: imposto fixo sobre o rendimento (“Flat Tax”) de 15% e agravamento das coimas para a evasão fiscal; Abolição do ónus da prova em matérias fiscais (será o Estado a ter de comprovar a dívida do contribuinte e não o contrário);
- Propõem várias alterações a regime de pensões (quota 100 e quota 41 sem penalizações, entre outras);
- Várias propostas anti-imigração, expressas na frase “África não cabe na Itália”, a título de exemplo: criar pelo menos um centro de identificação e expulsão (de emigrantes) por cada região; propor, sob a égide da ONU, a criação de centros de acolhimento próximos da Líbia; proibição do desembarque de embarcações de ONG’s que consideram coniventes com a emigração ilegal e com a exploração da mesma; limitar/proibir o acesso a benefícios assistenciais a emigrantes fora da UE;
- Várias propostas anti-islâmicas:
  - Relativamente à UE pretendem repor a soberania monetária e económica, territorial e legislativas e condicionam a permanência da Itália na UE à discussão/revisão de todos os tratados a partir do de Maastrich, defendendo o regresso à Comunidade Económica Europeia;
  - Saída do Euro;
  - Saída do espaço Schengen;
- Propõem diversas alterações à lei laboral, muitas das quais aparentemente favoráveis aos trabalhadores e ao combatente à precaridade laboral, para além da curiosa “la domenica è riposo” (o domingo é para descansar);
- Reforço de medidas de segurança, desde o aumento de molduras penais para diversos crimes, o aumento de investimento nas forças de segurança, na videovigilância, mas também propõem algumas medidas específicas para o aquilo que identificam como sendo vários problemas relacionados com pessoas de etnia cigana e propõem ainda a castração química para perpetradores de crimes sexuais;

---

igualmente um crescimento assinalável nas legislativas de 2018. Identificado como nacionalista, conservador e nativista e ainda próximo do neofascismo. Apresentam no seu programa (<https://www.fratelli-italia.it/programma.pdf>) ideias idênticas às da Lega, eurocéticos, com ênfase na segurança, nos interesses italianos e dos italianos, com propostas anti-imigração e anti-islâmicas.

- Defendem uma maior autonomia das regiões e o federalismo em Itália;
- Em termos de política externa defendem uma maior aproximação à Rússia;
- Maior investimento na defesa e serviço militar obrigatório;
- Propostas para fazer face à emergência climática e à transição energética, promoção da mobilidade elétrica da energia fotovoltaica e eólica, entre outras.

### **3.2.9. Liberdade e Democracia Direta (SPD) – República Checa<sup>52</sup>**

---

Partido recente, fundado em 2015, obtiveram nas primeiras eleições legislativas nas quais participaram, em 2017, mais de 10% de votos. Nas eleições europeias de 2019 o resultado foi semelhante, elegeram 2 eurodeputados que pertencem ao grupo parlamentar ID.

Descrevem-se como movimento patriótico e democrático, defensores da liberdade e da democracia, da democracia direta em particular, com o envolvimento dos cidadãos na governança do país, premente necessidade que veem como forma de acabar com as “máfias” partidárias. Rejeitam o multiculturalismo, entendem a islamização da Europa incompatível com os valores tradicionais que defendem, apoiam os princípios defendidos pelo Grupo de Visegrado e propõem a saída da República Checa da UE<sup>53</sup>.

Do programa apresentado no sítio oficial do partido, retiramos estes pontos principais:

- Exigem referendos para decidir várias questões relacionadas com a UE, inclusive a própria permanência do país na União, e ainda referendos para questões que consideram fundamentais para o futuro e soberania do país;

---

<sup>52</sup> <https://www.spd.cz/program-vypis/>

<sup>53</sup> Na República Checa parece-nos relevante referir ainda o atual primeiro ministro, Andrej Babis, fundador e líder do partido ANO 2011, caracterizado como centrista (os seus eurodeputados estão inseridos no grupo Renew Europe, grupo pró-europeísta), mas que tem adotado posições muito similares a alguns dos partidos mais nacionalistas (a título de exemplo: proximidade ao grupo de Visegrado, uma política de investimento na defesa e forças armadas, ver: <https://2021.programydovoleb.cz/strana/ano-2011/volebni-program>). Andrej Babis tem sido comparado a Trump e têm igualmente sido noticiada diversas polémicas assim como o seu estilo marcadamente populista.

- Defendem um Estado social que apoie as “pessoas decentes”, crianças ou idosos, e não aqueles que dizem que não querem trabalhar ou que são “preguiçosos” ou ainda que são criminosos. Apenas as pessoas que têm “uma vida adequada” e educam crianças merecem o apoio do Estado. São contra qualquer tipo de discriminação positiva;
- São contra a limitação do direito de posse legal de armas;
- Defendem diminuição generalizada dos impostos;
- Propõem endurecimento de medidas contra o que entendem ser a corrupção e o roubo de dinheiro público, perpetrado em particular pela “máfia” dos partidos;
- Rejeitam as políticas de emigração da UE e pretendem lutar o que consideram ser a islamização da Europa;
- Imposto fixo sobre o rendimento para trabalhadores por conta própria;
- Diminuição geral do “peso” do Estado, organismos e funcionários públicos;
- Rejeitam a ratificação da convenção de Istambul (para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica);
- Várias propostas de apoio à família, entendida como relação entre um homem e uma mulher com filhos (o mesmo entendimento em relação ao casamento), e à natalidade;
- Idade da reforma aos 65 anos exclusivamente garantida pelo Estado;
- Propõem o aumento da capacidade de produção de energia através de centrais nucleares.

### 3.2.10. União Cívica Húngara (Fidesz) - Hungria<sup>54</sup>

---

Fundado em 1988, partindo de um grupo de jovens da esquerda liberal (do qual fazia parte Viktor Órban), o Fidesz é um exemplo de sucesso entre os partidos da extrema-direita europeia. O seu líder pode mesmo ser considerado o populista pioneiro, pois foi o primeiro a chegar ao poder na Europa, lembrando que nos seus primeiros anos usufruiu, no PE, de proteção do grupo parlamentar ao qual pertencia, o PPE, uma estratégia que posteriormente foi corrigida, conforme mencionamos no ponto 3.1 “Estratégias para o futuro”.

Desde 2010 que se tem afirmado como o principal partido húngaro, governando o país com maioria parlamentar desde 2014. Definem-se como um partido que coloca em primeiro lugar a Hungria e os Húngaros. Apologistas do nativismo, da herança cristã, anticomunista e anti-imigração. Segue uma agenda democrática cristã, dizem-se defensores da liberdade, da democracia e de uma sociedade baseada no trabalho, apoiando e defendendo as famílias. A visão que têm da Europa baseia-se em Estados-nação soberanos. À semelhança de outros partidos, defendem políticas de promoção da natalidade e de proteção à família em geral, nomeadamente na defesa do casamento enquanto união entre um homem e uma mulher.

Em termos de política externa são entusiastas do Grupo de Visegrado, com posições polémicas e muitas vezes contrárias às defendidas pela UE, a quem frequentemente Órban apelida de “burocratas de Bruxelas”, como sejam o apoio à Rússia, contra as sanções impostas devido ao conflito com a Ucrânia, ou relativamente à crise migratória, promovendo inclusivamente a construção de uma barreira física na fronteira sul do país. Pese embora as políticas abertamente antieuropeístas foram o partido mais votado nas eleições para o PE de 2019, elegendo 12 eurodeputados, integrados no grupo dos deputados “Não Inscritos”, conforme já referimos no ponto 2. “O Populismo Nacionalista: ponto de situação”.

O Fidesz é de facto um caso paradigmático e que poderá ser uma representação bem real do caminho que os partidos populistas da extrema-direita tendem a enveredar. A consumação do almejado Estado iliberal estará para breve na Hungria, embora continue a fazer parte da UE, as ações do país revelam assiduamente uma conduta que viola os valores

---

<sup>54</sup> <https://fidesz.hu/int/add-tovabb/our-mission>

centrais da UE. A Hungria possui com certeza as instituições democráticas, mas falta-lhe os indispensáveis “checks and balances” o que tem permitido a Órban manter-se no poder e impor as suas ideias (Benkova, 2019)<sup>55</sup>.

As propostas do Fidesz têm-se centrado na forte retórica anti-imigração, na defesa dos interesses da Hungria e da sua herança e tradições, assumindo-se na liderança de política anti-imigração na UE. Opondo-se ao multiculturalismo e sublinhando a ameaça que as vagas de migrantes constituem para a civilização cristã, o Fidesz representa assim alguns dos princípios basilares do que temos abordado relativamente a extrema-direita europeia<sup>56</sup>.

### **3.2.11. Interesse Flamengo (Vlaams Belang) - Bélgica<sup>57</sup>**

---

O Vlaams Belang nasceu após a dissolução do Vlaams Block, partido condenado em tribunal por racismo em 2004, acontecimento marcante na política belga, e europeia, pela prova da compatibilidade entre a criminalização de políticas racistas e a defesa dos direitos fundamentais (Brems, 2006). Defendem o Nacionalismo e o separatismo flamengo, numa clara continuidade do programa do Vlaams Block, mas mais recentemente têm adotado um discurso mais moderado na tentativa de modificar a sua imagem de partido radical para um partido conservador de direita. Após resultados inconstantes, obtiveram, nas eleições legislativas de 2019, um dos seus melhores resultados elegendo 18 deputados, elegeram no mesmo ano 3 eurodeputados que integram o grupo parlamentar ID. Têm sido afastados de

---

<sup>55</sup> Orbán deixava claro, em 2014 (Cit. In Aurélio, 2021), a sua visão “pragmática” e antiburocrática das instituições, que podem não passar de obstáculos para quem quer servir os verdadeiros interesses do povo: “para relançar a economia não precisamos de teorias, precisamos é de 30 rapazes robustos que comecem a executar aquilo que todos sabemos que precisa ser feito”.

<sup>56</sup> Na Hungria já mencionamos o Jobbik, partido que se descreve como “radicalmente patriótico”, foram o segundo partido mais votado nas eleições legislativas de 2018. Partindo de um discurso por vezes identificado como neonazi, têm moderado as suas posições mais controversas, nomeadamente em relação ao holocausto e proferidas avulsamente por vários líderes do partido. Defendem, à semelhança do Fidesz, uma maior aproximação à Rússia, defendem medidas mais severas contra determinados grupos étnicos, em particular a etnia cigana (<https://www.jobbik.com/>).

<sup>57</sup> <https://www.vlaamsbelang.org/programma/>

soluções governativas, alvos do chamado “cordon sanitaire”<sup>58</sup>, mas após as eleições de 2019 especulam-se que possam entrar em futuras soluções de governo.

No seu programa acentuam as diferenças linguísticas enquanto fronteira igualmente política, social, jurídica e cultural, defendendo os interesses flamengos que sentem preteridos em relação à Valónia. Partindo deste ponto essencial, defendem as seguintes medidas:

- Estado flamengo independente;
- Opõem-se à ideia daquilo que entendem ser a atual construção de um superestado europeu<sup>59</sup>;
- Saída do Euro;
- Opõem-se ao espaço Schengen;
- Medidas anti-imigração (conforme enfatizam: “Flandres é nossa”);
- Endurecimento da moldura penal (concretizado na máxima: “qualquer pessoa com idade suficiente para cometer um crime também tem idade suficiente para ser punido pelos seus crimes”).

### **3.2.12. CHEGA - Portugal<sup>60</sup>**

---

O Chega é um dos mais recentes partidos conotados com a direita populista europeia. Formado em 2019 tem contado com a liderança carismática de André Ventura que militou no PSD e foi candidato por este partido à câmara municipal de Loures em 2017.

Com um percurso, agenda e atitude muito similares a outros partidos congéneres, o Chega tem igualmente crescido nas intenções de voto, conseguindo eleger 1 deputado nas eleições legislativas de 2019 e obtendo quase 12% de votos nas eleições presidenciais de 2021, apresentando precisamente André Ventura como candidato. Ainda relevante foi o

---

<sup>58</sup> <https://www.brusselstimes.com/news/belgium-all-news/57328/belgiums-far-right-not-ruled-out-of-potential-coalition/>

<sup>59</sup> A oposição à suposta criação de um “superestado europeu”, que a atual UE estaria a construir, é comum a muitos dos partidos que abordamos.

<sup>60</sup> <https://partidochega.pt/programa-politico-chega/>

resultado obtido nas eleições regionais nos Açores em 2020, nas quais foram a quarta força política mais votada, viabilizando o novo governo regional do PSD. As polémicas têm sido inúmeras e profusamente noticiadas, desde a defesa da castração química, à prisão perpétua, e outras questões que pontualmente vão marcando a agenda política, seja as recorrentes considerações relativas à etnia cigana ou à problemática da emigração. O Chega, sobretudo através do seu líder, não esconde a sua afiliação com Trump ou Bolsonaro, nem com outros partidos como a RN de França (o já referido apoio de Marine Le Pen a André Ventura nas eleições presidenciais), expressando as mesmas ideias anti-imigração, salvaguarda e louvor da nacionalidade, das tradições e da história portuguesas, ou a assunção de valores religiosos cristãos e católicos. O Chega tem adotado de igual forma um discurso amenizador, distanciando-se, por exemplo, do partido mais antigo da extrema-direita portuguesa, o Partido Nacional Renovador (agora “Ergue-te”) ou desvalorizando as questões mais polémicas.

No programa político apresentado na página oficial do partido, define-se como partido de direita, conservador, reformista, liberal e nacionalista, destacamos os seguintes pontos:

- Defende a inviolabilidade da vida humana, sendo, portanto, contra a despenalização da interrupção voluntária da gravidez;
- Rejeitam e repudiam a luta de classes, o “primado da vitimização” que refere se terá iniciado com a revolução comunista de 1917 na Rússia;
- Diz submeter-se ao dever da solidariedade, mas “não o considera um primado moral”, pois esta, a solidariedade, deve estar subjugada à autorresponsabilidade (este ponto, como os anteriores, inserem-se num primeiro capítulo do programa intitulado “A matriz moral do Chega – O primado da autorresponsabilidade”);
- No segundo capítulo do programa (“Matriz cívica do Chega”) defendem o princípio da separação de poderes;
- Defendem políticas económicas liberais (“o ideal da mão invisível”);
- Referem que ao Estado compete zelar pelo interesse geral e não pelos interesses de grupos, defender os interesses da maioria;
- O ensino e a saúde universais e gratuitos, mas em regime de livre concorrência entre público e privado;
- O Estado deve ser gerido à semelhança de uma empresa que produz serviços;

- Privilégio dos contactos e relações bilaterais em detrimento das relações multilaterais (a maioria dos partidos cujos programas e propostas analisamos assumem esta preferência, no caso do Chega não são expressas posições claramente antieuropeístas, mas manifestam a afinidade com o Grupo de Visegrado nas questões da emigração ou a proposta de transferir a embaixada portuguesa de Israel para Jerusalém);
- Criação do Ministério da Família, “família” entendida enquanto célula base da sociedade e relação íntima entre um homem e uma mulher;
- Limites mais estritos à emigração e à atribuição da nacionalidade;
- Defendem várias alterações fiscais, em particular o imposto único sobre o rendimento

### **3.3. Principais linhas orientadoras do Nacionalismo Populista Europeu**

---

Dos programas analisados, podemos destacar algumas das ideias mais marcantes e comuns a vários dos partidos, a começar pela defesa acirrada dos valores nacionais, da identidade nacional, da língua, da história e da cultura que se encontra presente, de formas muito idênticas, em todos os programas que vimos.

Encontramos depois semelhanças e diferenças. Em muitos destes partidos são defendidas propostas contra organizações supranacionais, NATO e UE (o RN e a AfD, por exemplo, defendem a saída da NATO) ou a saída do espaço Schengen (o RN, o VOX ou a Lega Nord), propostas estas diretamente relacionadas com a defesa do que entendem ser a identidade nacional e as respetivas tradições, sejam a língua ou a cultura. Estão igualmente presentes em vários dos programas propostas conservadoras, como sejam a proibição das barrigas de aluguer, contra os direitos dos homossexuais ou a defesa da família tradicional enquanto núcleo basilar da organização social, propostas mais populistas, como a redução geral de impostos encontram-se na maior parte dos programas que analisamos, ou ainda o endurecimento da moldura penal. Vários destes partidos questionam a transição energética e/ou o aquecimento global, expressando nalguns casos a desconfiança em relação aos dados científicos ou sublinhando o seu direito ao desenvolvimento e ao crescimento que as

restrições às emissões de gases com efeitos de estufa podem pôr em causa. A AfD da Alemanha propõe uma política energética de aposta no desenvolvimento do nuclear, por exemplo, mas o FPÖ na Áustria defende as energias mais verdes e uma economia mais sustentável. Alguns destes partidos manifestam-se abertamente contra o que designam ser a “ideologia de género”, contrária aos valores tradicionais que defendem. Ou propõem reformas aos sistemas políticos e/ou aos partidos que inclui por exemplo a redução do número de deputados. Em muitos dos programas é defendida uma democracia mais direta, em particular através de referendos (nomeadamente à constituição, à permanência ou não do país na zona Euro, a tratados Europeus, na França e na Alemanha propõem precisamente referendar vários dos tratados Europeus). Destacamos ainda que na França, na Alemanha e na Itália, i.e., nas três maiores economias da UE, é defendida a saída do Euro (o mesmo acontece com os partidos da Dinamarca, Bélgica e República Checa). Destacamos alguns partidos que defendem de forma mais pronunciada políticas de exclusão que rejeitam liminarmente a diversidade cultural e étnica, antes veem esta diversidade como ameaça à soberania e à segurança nacional, como são os casos da RN em França, da FPÖ da Áustria e do Vlaams Belang da Bélgica (exemplos práticos de um Populismo nacionalista excludente, conforme sublinha De Cleen (2017)).

Os conteúdos analisados confirmam a natureza populista e nacionalista destes partidos, sendo notórias algumas diferenças, conforme sinalizamos anteriormente. No quadro abaixo apresentamos um resumo de medidas mais comuns e mais emblemáticas nos programas analisados e respetiva posição dos diferentes partidos.

Propostas	Portugal Chega	Vlaams Belang	Hungria Fidesz	Checa República SPD	Itália Lega Nord	Finlândia PS	Dinamarca DFP	Eslováquia SD	Polónia FPO	Espanha VOX	Alemanha AFD	França RN
Realizar referendos populares (para alterações constitucionais e/ou para entrada/saída de acordos internacionais)				✓							✓	✓
Diminuir o número de deputados			✓								✓	✓
Propostas anti-islâmicas			✓	✓	✓		✓	✓	✓	✓		✓
Endurecimento da moldura penal			✓	✓	✓			✓		✓	✓	✓
Saída/suspensão do espaço Schengen					✓					✓		✓
Propostas anti-imigração			✓	✓	✓	✓	✓	✓		✓		✓
Redução geral de impostos, em particular para as empresas				✓	✓	✓			✓	✓	✓	✓
Flexibilização das leis laborais										✓	✓	✓
Promoção da identidade nacional, da língua, da história e outras propostas de teor nacionalista			✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Saída da NATO											✓	✓
Serviço militar obrigatório					✓				✓		✓	
Aumento dos gastos em defesa				✓	✓		✓		✓		✓	✓
Questionam transição enérgica e/ou aquecimento global, defendendo por exemplo a manutenção/incremento da energia nuclear				✓		✓					✓	✓
Saída do Euro				✓	✓		✓				✓	✓
Propostas contra a "ideologia de género"				✓					✓	✓	✓	
Proposta contra barriga de aluguer										✓		✓
Propostas contra direitos dos homossexuais (como o casamento)				✓					✓	✓		

## 4. Democracia liberal: esboço de um caminho

---

*...não me veio à mente a mim perguntar nem a ele ocorreu dizer em que parte do Novo Mundo fica situada a Utopia<sup>61</sup>*

*Thomas More, Utopia*

O que viria a ser conhecido como social-democracia nasceu no final do século XIX, no noroeste da Europa, numa era de acentuadas polaridades ideológicas e de conflitos sociais, e é frequentemente entendida como uma espécie de compromisso pragmático entre o capitalismo e o socialismo. É provável que se tenha inspirado em John Stuart Mill, cujas ideias, anteriores a Marx e à sua “repartição justa da produção entre todos os membros da sociedade, a eliminação dos privilégios de nascimento e a substituição gradual do egoísmo do indivíduo que trabalha e acumula unicamente em benefício próprio por um novo espírito comunitário” (Bobbio, N., Matteucci, N., & Pasquino, G., 1998, p. 705), vão ao encontro da ideologia social-democrata que almeja, através da ação democrática, cultivar os valores da liberdade e da igualdade na esfera política, assim como nas organizações económicas e na sociedade civil em geral, em particular pela oposição à desigualdade e opressão criadas pelo capitalismo (Jackson, 2013). A meio caminho entre o idealismo e o empirismo, tendo influenciado a trajetória política de vários países.

À rápida industrialização do final do século XIX opunha-se uma lenta e inconsistente emergência do constitucionalismo liberal e dos direitos de cidadania. Neste contexto, a classe trabalhadora politizada pôde reificar-se em partidos políticos influentes e sindicatos interventivos que pudessem representar e defender os seus direitos e interesses. A esperança era que estes movimentos democráticos alcançassem a erradicação da pobreza e da opressão social que os líderes da classe trabalhadora entendiam como inelutáveis consequências da industrialização. Desta forma, aos problemas criados pelo capitalismo, procuraram-se soluções para os trabalhadores, começando por exigir melhores condições de trabalho e mais direitos políticos. Os líderes e teóricos destes movimentos foram influenciados por várias

---

<sup>61</sup> Excerto da carta de Thomas More a Pedro Gilles e que serve de prefácio à sua obra “Utopia”.

tradições ideológicas, em particular o marxismo, mas também pelo liberalismo progressivo, o republicanismo e o socialismo utópico. Foi destas várias correntes, movimentos sociais e tendências que se começaram a esboçar as linhas gerais da teoria política social-democrata (Jackson, 2013)<sup>62</sup>.

De entre os pensadores e teóricos da nova democracia social, destaca-se Eduard Bernstein cujos pensamentos lançariam as bases para a social-democracia. Bernstein confrontou a ortodoxia marxista, opondo ao projeto marxista científico um projeto socialista ético, claramente influenciado pelo socialismo kantiano<sup>63</sup>. Um revisionismo empírico e antidogmático, um esforço de revisão e até correção das teses de Marx e Engels, das quais pretendeu destilar o conteúdo revolucionário, conforme transcrito por Jackson:

Social Democracy needs a Kant to judge the received judgment and subject it to the most trenchant criticism, to show where is apparent materialism is the highest and therefore most easily misleading ideology, and to show that contempt for the ideal and the magnifying of material factors until they become omnipotent forces of evolution is a self-deception which has been, and will be, exposed as such by the very actions of those who proclaim it (Jackson, 2013, p. 349)

Poder-nos-á parecer premonitória esta proclamação de Bernstein em finais do século XIX. Bernstein não subscrevia a tese da demonização do capitalismo, pelo contrário, defendia as suas potencialidades e possibilidades de modificação através da ação política, o socialismo seria o movimento em direção a uma ordem social cooperativa, conquistada de forma democrática através de reformas legislativas<sup>64</sup> (estando aqui implícita a crença de que o capitalismo evoluiria lentamente em direção a um modelo mais social de propriedade), sendo a social-democracia legítima herdeira do liberalismo, a liberdade individual seria assim conquistada democraticamente através de um sistema constitucional evoluído e não da revolução. Pese embora as intenções de Bernstein, tentando de certa forma conciliar o marxismo mais ortodoxo com o capitalismo e as reivindicações dos operários, a revolução russa veio marcar definitivamente a separação entre dois modelos de socialismo: um

---

<sup>62</sup> A questão é saber se a social-democracia transformou o capitalismo ou foi transformada por ele.

<sup>63</sup> Esta democracia social, por oposição ao marxismo, é expressa de forma enfática na máxima: “Kant against cant”, que numa tradução livre significa: Kant contra a hipocrisia.

<sup>64</sup> Ideia plasmada no conhecido aforismo de Bernstein: “O movimento é tudo, o objetivo final é nada” (Jackson, 2013).

reformista e outro revolucionário (Bobbio, N., Matteucci, N., & Pasquino, G., 1998).

Seguindo Bernstein, os sociais-democratas advogavam os meios constitucionais e pacíficos enquanto formas eficazes de reformar o capitalismo, através da representação parlamentar, e partidária, enquanto recursos mais plausíveis para a governação democrática. Esta ideia vai ao encontro ao que se entende por “democracia” *lato sensu*, recordando que de acordo com os parâmetros da “Freedom House”<sup>65</sup>, naquilo que entende ser o “conceito mínimo de democracia”, a mesma deve ter pelo menos uma das seguintes características:

- Um sistema político multipartidário;
- Sufrágio universal;
- Eleições regulares, com base em votos secretos, segurança de voto razoável e a ausência de fraude eleitoral;
- Acesso à informação por parte do eleitorado, através dos meios de comunicação e de campanhas políticas livres.

Estes princípios partem da base de que o poder político é preenchido através de eleições regulares, livres e justas entre partidos concorrentes e é possível que um governo possa ser destituído do cargo igualmente através de eleições.

O apelo dos sociais-democratas no início do século XX era dirigido ao “povo” e não uma classe social em particular, uma política interclasses, com vista a uma sociedade igualitária, que prioriza as políticas económicas redistributivas através da legislação e de políticas governamentais. A social-democracia encontrava-se estabelecida por volta da segunda guerra mundial, comprometida com um modelo de democracia parlamentar e não tanto com a democracia direta e ainda menos com insurreições violentas (Jackson, 2013). Após a segunda guerra mundial, com os traumas do capitalismo desregulado na década de 30, do surgimento do fascismo e das exacerbações nacionalistas e de seis anos de violência sem precedentes, difundiu-se o desejo de construção de um Estado mais justo e estável. As novas teorias económicas vieram igualmente cimentar a possibilidade de políticas públicas com vista a um maior controlo dos mercados, em particular o modelo keynesiano e os conceitos de redistribuição, investimento público e tributação progressiva (Jackson, 2013). Consolidam-se neste período algumas das aspirações básicas do modelo social-democrata: pleno emprego; distribuição económica equitativa e regulamentação do mercado de trabalho. Estão reunidas as condições para a criação do Estado social e conseqüente acesso universal aos cuidados de saúde, à educação, à habitação e à segurança social, consagrados enquanto

---

<sup>65</sup> <https://freedomhouse.org/>

direitos de cidadania, legalmente regularizados independentemente dos recursos dos cidadãos<sup>66</sup>. Pese embora o Estado social seja igualmente apadrinhado por democratas cristãos, liberais ou conservadores, os sociais-democratas não o concebiam sem as características da abrangência universal e igualitário nos seus propósitos distributivos (Jackson, 2013).

O crescimento económico no pós-guerra, supostamente assente na teoria keynesiana, ratificou a possibilidade de que o pleno emprego e a estabilidade económica podiam ser alcançados e preservados através de um sistema político baseado na economia de mercado, cabendo ao Estado regulamentar a atividade privada, prevenindo assim o desemprego massificado que se verificara nos anos 30 e equilibrando os ciclos económicos. Às alterações sociais e económicas, que se fizeram sentir sobretudo a partir dos anos 70<sup>67</sup>, a social-democracia respondeu com uma certa radicalização das suas ideias base, influenciada pela nova esquerda, enfatizando a democracia económica, particularmente respondendo à crise económica dos anos 70 através de medidas como a partilha dos lucros das empresas (na Suécia) e partilha do controlo das empresas, democratizando a economia e compensando assim a perda de rendimentos por parte dos trabalhadores e em simultâneo o aumento dos lucros das empresa. Uma radicalização das políticas redistributivas. O plano sueco<sup>68</sup> não chegou a ser posto em prática. Ficou claro que a responsabilidade política pelo crescimento económico anémico, pelo aumento da inflação e pelas relações laborais turbulentas seria outorgada à social-democracia e não ao capitalismo. Foi criado o espaço para o surgir de uma nova direita, cujas ideias políticas assentariam na contenção, desregulamentação e privatização. Este novo modelo, à semelhança do que sucedera no pós-guerra, ratificar-se-ia num corpo teórico económico de base, personificado nos dois pensadores neoliberais mais destacados: Friedman e Hayek (Jackson, 2013). Assim, seriam as trocas livres entre indivíduos, promovidas pelos mercados que melhor efetivariam a liberdade e a expressão individual. Impedir a intrusão do Estado nas questões económicas e diminuir os impostos que impedem os indivíduos de criar riqueza, seriam as únicas formas de alcançar o dinamismo e crescimento económico.

---

<sup>66</sup> De forma paradigmática os dois países, no pós-guerra, mais avançados em termos de Estado social, RU e Suécia, criaram o NHS (*National Health Service*) no RU e na Suécia um regime público de pensões em função dos rendimentos (Jackson, 2013).

<sup>67</sup> Algumas mensuráveis, como a diminuição de trabalhadores fabris, o aumento do sector terciário e o aumento do emprego feminino, assim como o incremento dos níveis de educação e de bem-estar material, outras mais intangíveis, como acentuadas mudanças culturais.

<sup>68</sup> Ficou conhecido como o plano Meidner (Jackson, 2013).

A social-democracia ter-se-ia de reinventar, num novo processo revisionista, que procurava responder à velha questão do precário equilíbrio entre eficiência económica e igualdade. Uma confluência entre Estado social democrático e empreendedorismo capitalista<sup>69</sup>. O neoliberalismo comprimira as políticas sociais-democratas, mas não as extinguiu, focadas agora no princípio segundo o qual uma maior igualdade poderá levar a maior prosperidade económica, promovendo o crescimento económico e o emprego através de políticas públicas de investimento na educação, infraestruturas, investigação e desenvolvimento<sup>70</sup>. Não abdicando em simultâneo dos princípios básicos orientadores da social-democracia: a redução das desigualdades económicas e sociais através do Estado social e a regulação do mercado de trabalho e absorvendo as reivindicações relativas à igualdade de género e à conciliação entre trabalho, vida pessoal e vida familiar, ampliando o âmbito de intervenção do Estado social. É nestes princípios que se reveem as atuais democracias liberais que representam um compromisso, complexo e sinuoso, de democracia popular (Mudde, 2004).

## 4.1. Democracia e liberalismo

---

Stuart Mill, juntamente com Tocqueville, são pensadores do século XIX associados ao liberalismo, sobretudo ao liberalismo democrático (Bobbio, 2000), mas a democracia e o liberalismo nem sempre estiveram do mesmo lado da barricada. O liberalismo ter-se-á mesmo desenvolvido em reação à pressão democrática ao longo do século XIX, o que terá levado precisamente Tocqueville a expressar-se contra o “despotismo democrático”, este silenciaria e ostracizava quem se atrevesse a ter opiniões contrárias aos princípios maioritários (Sá, 2021). O liberalismo seria assim o último reduto do direito à diferença e à liberdade individual. Conforme já referimos, “Liberais” nos EUA, numa reminiscência do sentido histórico do termo, são muitas vezes sinónimos de esquerda, mais do que associados ao sentido histórico da luta pela liberdade (Eatwell & Goodwin, 2018).

---

<sup>69</sup> A este propósito ficou famoso o slogan do partido social democrata sueco: “Secure people dare”.

<sup>70</sup> Ideia que se encontra em Giddens e no seu *social investment state* (Jackson, 2013).

A resenha histórica do ponto anterior, acerca da social-democracia, traz-nos à inevitável junção do liberalismo e da democracia no conceito de democracia liberal, que temos utilizado ao longo deste trabalho, sobretudo em contraponto à democracia iliberal que grassa por vários países europeus e cujo exemplo paradigmático é a Hungria de Viktor Órban. Por oposição, democracia e liberalismo mesclam-se (Bar On, 2019). Temos então como pedra-de-toque da democracia liberal a preservação da liberdade, e da liberdade individual, sem suprimir os valores democráticos assentes na vontade popular, esta seria a tarefa central da democracia. Liberdade e pluralidade (Sá, 2021), ou, seguindo Habermas, cabe à democracia conciliar a soberania popular e os direitos humanos (Ward, 2019). Assim, este modelo preconiza a abertura de fronteiras económicas e fiscais, adaptado por isso às exigências e novidades da globalização (Nogueira Pinto, 2019). Também já o mencionamos na nossa análise ao Populismo que a exclusão, a postura monista quer ao nível da política partidária, quer ao nível do próprio povo, é uma das suas características centrais (Müller, 2017), ao contrário do pluralismo como característica central da democracia liberal. A democracia liberal pressupõe, para concretizar os seus objetivos e manter-se “saudável”, uma razão pública<sup>71</sup> assente na expressão de uma cidadania empenhada no discurso político e no funcionamento das instituições democráticas de forma a facilitar a tomada de decisão (Ward, 2019).

Entender as principais características das democracias liberais contemporâneas é essencial para perceber as razões pelas quais o Populismo se tornou premente nas últimas décadas (Sá, 2021). O pensamento único, o unanimismo, ou “pensée unique”, ou ainda o famoso “There is no alternative” de Thatcher (que se transformaria no acrónimo ainda mais famoso TINA), é uma dessas características. O que provoca é o facto dos populistas se apresentarem como a novidade, a rutura tão atrativa para os eleitores quanto para os *mass media*. Outra questão muito apontada às atuais democracias liberais é a sua tecnocracia, governos de especialistas, trocando-se de certa forma decisões políticas por decisões legitimadas na tecnicidade, valores e fins são substituídos por racionalidade técnica e administrativa (Sá, 2021). É claro que neste cenário os populistas reclamem da falta de democracia e se apresentem como arautos da mesma. Finalmente, e seguindo o mesmo autor que temos referido neste parágrafo, a bipolarização dos sistemas políticos, a rotatividade e

---

<sup>71</sup> Não cabendo neste estudo, vale a pena referir John Rawls e Jürgen Habermas, dois pensadores contemporâneos centrais e a sua discordância relativamente ao que entendem ser esta “razão pública”, mais restritiva/elitista em Rawls e mais abrangente/igualitária em Habermas (Ward, 2019).

consequente ausência de debate político (ou conflitualidade nas palavras do autor) criam um espaço vazio também ocupado pelo populismo.

Concluimos com um interessante artigo de 2018 do *New York Times*<sup>72</sup>, de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, no qual alertam para duas regras implícitas em democracia, a começar pela tolerância mútua entre rivais políticos, aceitando-se como legítimos e leais cidadãos, que pela política procuram o melhor para o país, podendo haver discordância de ideias, esta tolerância e legitimidade são garantes básicos de saúde democrática. Os rivais políticos não podem transformar-se em fervorosos inimigos, que fazem das derrotas catástrofes inaceitáveis. Outra regra essencial é a parcimónia no exercício do poder, temos exemplos de como a utilização forte do poder pode minar e limitar a democracia, assim como corromper as suas instituições, utilizar a “força da lei” com toda a sua força, pode não ser benéfico para as instituições democráticas, podendo levar a polarizações extremas. Estas são características das democracias liberais que os diversos populismos têm desafiado.

## 4.2. Desafios atuais e próximos

---

Rever o último quarto de século aparenta ser um desfile de vitória da social-democracia. O Muro de Berlim caíra; a União Soviética colapsara; novas democracias surgiam em toda a Europa e a Rússia entrara igualmente em transição. O regime “apartheid” da África do Sul rendera-se à justiça e à igualdade. Apesar de Tiananmen, foi possível acreditar numa China mais próspera, com uma classe média em crescendo que acabaria por impor paralelamente um crescente democrático. Tudo parecia apontar para a vitória da democracia, da democracia liberal, e esta seria a única forma legítima de governo propagando-se pelo mundo em vagas sucessivas (Galston, 2018). A “primavera árabe” consolidou a esperança. Este contexto criou um clima de grande otimismo, Fukuyama chegou mesmo a anunciar o “fim da história”, ou seja, a vitória da democracia liberal, da tal “pensée unique” que referimos mais acima. No entanto, a história continuou, obrigando Fukuyama a adiar, *sin die*, o fim previamente anunciado (Gebhardt, 2019). Nesta época, final dos anos 80, princípios dos anos 90 do século

---

<sup>72</sup> <https://www.nytimes.com/2018/01/27/opinion/sunday/democracy-polarization.html>

passado, com a derrota do socialismo soviético assistir-se-ia a uma convergência de modelos na democracia liberal, mas nem o liberalismo económico trouxe igualdade, nem resolveu as questões básicas da democracia (J. F. Pinto, 2017). Depois sucedeu a crise financeira de 2008 o que constituiu um golpe para esta nova visão da social-democracia. Para além disto, os regimes autoritários revelar-se-iam mais resilientes do que seria de supor, ou a social-democracia e a nova vaga de democracia liberal fora sobreavaliada, ao ponto de a ameaça de regimes iliberais e autoritários pairar no coração da própria democracia liberal.

Na Europa Ocidental e nos EUA medram as ideias antielites, anti-intelectuais e a xenofobia. A AfD cresce na Alemanha, Le Pen prepara-se para as presidenciais de 2022, o RU já não faz parte da UE, na Itália e em Espanha crescem os partidos populistas da extrema-direita, mais a leste na Hungria e na Polónia já temos praticamente instalados regimes de democracia iliberais, nos EUA tivemos Trump e o *Tea Party* que claramente não estão definitivamente derrotados, o futuro da democracia está em causa (Rosenberg, 2019).

A expectativa de muitos analistas era de que a profundidade e natureza global da crise proporcionariam o terreno ideal para o retorno e a consolidação de políticas de esquerdas, no entanto, o Populismo da direita mais radical ganhou maior impulso após a crise de 2008 (Öniş, 2017) e este coloca um desafio interno para a democracia liberal: os populistas procuram criar uma barreira entre a democracia e o liberalismo, i.e., consideram que normas e políticas liberais enfraquecem a democracia e prejudicam as pessoas. Assim, as instituições liberais devem ser questionadas, pois impedem o povo de agir democraticamente no seu próprio interesse (Galston, 2018). Esta inversão do ónus é particularmente complexa, pois questionando as instituições democráticas legitimam a sua depauperação, como é exemplo o ataque frequente destes líderes aos meios de comunicação, sendo o “quarto poder” essencial nos “checks and balances” das democracias liberais, este tem sido alvo de limitações evidentes, como as que se verificam atualmente na Hungria (Surowiec & Štětka, 2020).

Os partidos nacionalistas e populistas representam uma ameaça para a democracia liberal e para as instituições democráticas, defendendo visões antipluralistas, xenófobas e/ou racistas, o que verificamos nos programas de vários dos partidos analisados e testemunhamos nas ações de campanha (com referências pejorativas a minorias étnicas ou como nalguns dos “rallies” de Trump em 2019 nos quais a assistência cantava “send her back”, dirigindo-se a uma congressista de origem africana). Esta postura é claramente antidemocrática, pois na

base da democracia está precisamente a defesa das minorias (Portes, 2020). Outro nível de ameaça diz respeito à ciência e ao desenvolvimento científico: assistimos ao ceticismo de vários líderes mais populistas relativamente à eficácia das vacinas desenvolvidas para a COVID-19 (Kennedy, 2019)<sup>73</sup>, sendo ilustrativo desta constatação as posições públicas de Trump ou de Bolsonaro, entre outros. No entanto, estes líderes não têm pejo em utilizar a tecnologia para disseminar as suas mensagens, muitas vezes anticientíficas ou pseudocientíficas. Vimos igualmente a forma como alguns partidos negam as alterações climáticas, associando esta “ideia” às elites que combatem e abominam, o que também foi materializado no afastamento dos EUA, em 2017, do Acordo de Paris para as alterações climáticas (Portes, 2020).

Não menos preocupantes são as potenciais consequências que este crescimento poderá ter na estabilidade e a paz mundial, após a Segunda Guerra Mundial e muito em particular com a construção da UE, temos assistido a um período de paz relativamente longo, no entanto, as prioridades destes partidos, conforme vimos na generalidade dos programas analisados, são os interesses próprios e não a cooperação pacífica, privilegiando igualmente um estilo confrontativo (motes como “American first” ou “Brexit Regardless” são bem ilustrativos desta postura<sup>74</sup>). Para além dos programas políticos, na rua, nas escolas, nos jornais, na televisão podemos testemunhar a desconfiança: “precisamos mesmo da Europa?”; “para que serve a UE”; “a Itália estaria melhor sem a UE a impor regularmente sanções” e o mesmo em relação à Espanha, à Alemanha, à França ou a qualquer outro país da UE, todos questionam o funcionamento e a utilidade da UE (Di Giuro, 2019). Após a vitória do Brexit foram vários os líderes que deram os parabéns ao RU, Le Pen, Geert Wilders ou Beppe Grilo (líder do “Movimento 5 estrelas”) anunciaram mesmo a intenção de promoverem o seu próprio referendo nos respetivos países (J. F. Pinto, 2017).

---

<sup>73</sup> No estudo de Kennedy, J. (2019) conclui-se que existe uma correlação positiva significativa entre votantes nos partidos populistas que acreditam que as vacinas não são nem importantes, nem eficientes. O estudo vai mais longe e afirma que o ceticismo em relação às vacinas e o Populismo político são motivados pelo mesmo princípio: profunda desconfiança relativamente a peritos e às elites (neste caso, científicas). O estudo exclui ainda outros fatores que poderiam ser tidos em conta para explicar o fenómeno, como o nível educacional ou a percentagem de população islâmica, mas revela que a correlação entre estas variáveis e o descrédito relativamente às vacinas não é significativa.

<sup>74</sup> Lembrando o nefando “Deutschland uber alles” de Hitler (Portes, 2020).

No seu livro “National Populism – The Revolt Against Liberal Democracy” (2018) Roger Eatwell<sup>75</sup> e Matt Goodwin<sup>76</sup> acrescentam a este panorama quatro mudanças sociais/históricas que no seu entender explicam o forte enraizamento do Populismo Nacionalista nos países ocidentais e que, segundo os autores, não aparenta que possa ser debelado num futuro próximo, pois proveem de fortes e legítimos sentimentos de injustiça.

A primeira destas mudanças é a natureza elitista das democracias liberais que tem promovido a desconfiança relativamente aos políticos e às instituições democráticas, sejam elas o Congresso Americano ou a UE. Esta desconfiança alicerça a ideia de distanciamento e de não pertença: o cidadão comum sente não ter voz, nem no discurso político, nem nas instituições. Paradoxalmente, as políticas progressistas que têm em vista dar voz a grupos historicamente marginalizados (como as mulheres ou as minorias étnicas) têm levado ao recrudescer do sentimento de não pertença de um elevado número de pessoas. Sendo certo que nunca houve qualquer sistema político que fosse representativo de todas as pessoas, o esforço pela representatividade dos tais grupos, tem levado ao crescimento da ideia de que o sistema político atual não representa uma vasta percentagem da população, que tem encontrado voz, conforme já abordamos, no discurso populista.

A segunda grande mudança que os autores apontam é o medo extremado da possível destruição das identidades/culturas nacionais face ao aumento da imigração e da transformação étnica radical (a já referida *hyper ethnic change*). Este medo encontra suporte na crença de que os políticos e as políticas liberais, em particular as que dizem respeito aos aspetos culturais, assim como as organizações transnacionais (como a UE) e o sistema financeiro estão a deteriorar as nações ao promoverem e facilitarem a imigração. É de realçar que estes receios nem sempre se apoiam em dados reais, pois manifestam-se tanto em países como o RU, que de facto têm experienciado mudanças étnicas, como a Hungria ou a Polónia que têm um número relativamente baixo de emigrantes.

A terceira mudança referenciada relaciona-se com os efeitos da economia global neoliberal, cujas consequências ao nível das desigualdades e da perda de esperança no futuro (influências emocionais subjetivas) têm influenciado fortemente os apoiantes das soluções populistas, pese embora na sua maioria possuam níveis de vida acima da média, os sentimentos de perda relativa e a mencionada desesperança, contribuem para o receio

---

<sup>75</sup> É professor emérito de Política Comparada da Universidade de Bath com obra publicada sobre fascismo e Populismo contemporâneo.

<sup>76</sup> É professor de Política na Universidade de Kent, com livros publicados sobre o Brexit e as fragilidades na política das democracias ocidentais.

relativamente ao seu futuro e ao dos seus filhos. A globalização é assim o culminar da expansão do sistema capitalista, por força dos avanços tecnológicos, que provocou importantes mudanças no mundo ocidental do início do século XX, como sejam a desindustrialização progressiva (com a deslocalização das manufaturas para outras regiões do mundo cuja mão de obra é mais barata) ou a alteração dos padrões de consumo (Portes, 2020). É claro que se trata de processos de mudança complexos que ajudam a compreender os atuais sentimentos dominantes. A economia global, com os efeitos sublinhados em termos das desigualdades, tem a sua gênese nestes processos. O crescimento das elites financeiras e tecnológicas tem caminhado lado a lado com o aumento da precarização do emprego entre vastos setores da população, levando inevitavelmente à raiva e ao desespero (Portes, 2020).

Compreende-se a forte ligação destes sentimentos com a forma como são vistos os emigrantes, enquanto ameaças, e a própria identidade. A narrativa de que o passado foi melhor do que o presente e de que este, apesar de sombrio, será melhor do que o futuro, passa e difunde-se facilmente. O Populismo Nacionalista alimenta-se nesta insatisfação difusa, do medo do futuro, sublinha-se que os seus apoiantes não são desempregados ou beneficiários de apoios sociais, pois para esses haveria soluções tangíveis, são a chusma de certa forma confortável, mas insegura.

Esta última análise leva os autores à quarta grande mudança: o enfraquecimento dos laços entre os partidos tradicionais do poder e o povo. A relativa estabilidade política, os partidos fortes do centro e os eleitores leais, são características da social-democracia que têm vindo a desvanecer. Assistimos a uma volatilização e fragmentação dos sistemas políticos ocidentais, os resultados tornaram-se bem mais impressíveis (ver os exemplos supracitados do referendo no RU e das eleições norte americanas de 2016). Esta tendência tem sido construída paulatinamente e não aparenta que venha a desaparecer<sup>77</sup>.

As quatro mudanças sinalizadas pelos autores que têm favorecido o Populismo Nacionalista confluem com as características centrais do que temos denominado de direita radical: o nativismo, o autoritarismo e o populismo (Mudde, 2010). Estas mudanças têm

---

<sup>77</sup> O otimismo que as gerações mais velhas, atualmente no poder, depositam nos *millennials*, apoiado nas análises aos resultados eleitorais e na convicção de que será a primeira geração verdadeiramente diversa em termos étnicos, tolerante e liberal, pode não conseguir competir com o facto de que em muitos países será também a primeira geração a estar financeiramente pior do que os seus pais, para além do evidente distanciamento ao *mainstream* da política. Olhando ainda para os apoiantes dos partidos populistas, e até para os seus líderes, verificamos como estes partidos têm conseguido estabelecer laços com esta geração (Eatwell & Goodwin, 2018).

aberto o espaço necessário para o seu crescimento, encontrando-se enraizadas e têm acompanhado em paralelo a democracia, coartando a mesma e provando que as análises simplistas, imediatista ou casuísticas ao fenómeno e em particular ao seu significativo desenvolvimento nos anos recentes, não explicam nem esclarecem de forma satisfatória os fatores dos quais os populistas têm fruído para passarem a sua mensagem, nem tão pouco o que é possível esperar. O forte sentimento de afastamento da população em relação aos partidos do centro, os efeitos da globalização com as crescentes desigualdades, o medo do “outro” e a desconfiança em relação às elites, aparentam assim ser fatores determinantes para o ressurgimento, manutenção e crescimento do Populismo Nacionalista.

Os líderes do Populismo Nacionalista tendem a rejeitar as políticas mais centristas e de consenso, utilizando a retórica divisionista aliada ao Nacionalismo. A linguagem do ódio substitui a linguagem do compromisso e do consenso, na defesa de uma sociedade monocultural em substituição do multiculturalismo, identificado como ameaça a combater (Öniş, 2017). A não observância/cumprimento dos valores europeus e a procura de tratamentos de exceção, como tem acontecido com a Hungria (e mais recentemente com a Polónia), a rejeição do diálogo, das normas e convenções acordadas, dificulta ou impossibilita a negociação com estes partidos, ameaçando o projeto europeu de paz e cooperação e preparando o caminho para a tal democracia iliberal defendida por Orbán, normalizando um discurso que talvez fosse impensável há uns anos atrás (Wodak & Krzyzanowski, 2017). A esta não observância dos valores europeus e das democracias liberais em geral, soma-se o facto de que uma vez no poder a tendência é o definhamento democrático, como é evidente em países como os já mencionados, Hungria e Polónia, que têm descido abruptamente em vários índices, como sejam os da liberdade de imprensa ou no índice de democracia (J. Pinto, 2019). Afirmamos que, até agora, os resultados das eleições têm sido respeitados, mas a verdade é que uma vez no poder (o que é possível verificar uma vez mais na Hungria e na Polónia) os governos liderados por estes partidos tendem a corroer as normas democráticas mais informais, incluindo as leis relativas aos conflitos de interesses, à transparência financeira, ao respeito pela oposição, ao acesso à informação e à liberdade de imprensa em geral (conforme sublinhamos acima), ao mérito em vez de lealdade partidária como base para a adjudicação de licitações ou de contratos (Grzymala-Busse, 2017). Por aqui podemos não sentir tanto otimismo, os danos podem ser mais profundos e ser muito menos reversíveis.

Ao contrário do que alguns analistas defendiam, que estes partidos nunca se conseguiriam manter muito tempo no poder, a realidade tem mostrado que tal conclusão pode ser precipitada, até porque, conforme analisamos, os líderes destes partidos têm revelado grande maleabilidade, conseguindo adequar o discurso mais disruptivo a um discurso de “poder”, bem mais contido, pondo de lado até a habitual retórica antissistema assim que estão perto de atingir o poder, falando em nome do povo, mas nem sempre no interesse do povo (J. Pinto, 2019). Releva ainda acrescentarmos os efeitos negativos que a pandemia tem provocado na qualidade das democracias, explanados no relatório do “The Economist”, “Democracy Index 2020. In sickness and in health?” de 2020<sup>78</sup> o que poderá igualmente concorrer positivamente para a popularidade destes partidos.

### 4.2.1. Possibilidades de ação

---

*A liberdade é a razão de ser da política*

*Hannah Arendt*

É evidente que uma parte substancial da população não está satisfeita com a democracia liberal, com as suas burocracias e debates, com os lobbies e jogos de interesses, esvaziando a política dos cidadãos e conseqüentemente afastando os cidadãos da política, criando o sentimento que já referimos de “se sentir estrangeiro na própria terra” (Gebhardt, 2019). Para fazer face as ameaças, alicerçadas nos partidos populistas e nacionalistas que temos analisado, são necessárias novas políticas, novas narrativas que possam contrapor a normalização de projetos antieuropeístas assentes no discurso do medo, novos espaços públicos e novas formas de comunicação (Wodak, 2019), só uma reforma do sistema económico e do próprio sistema político, tornando-o mais representativo, poderão travar o crescimento dos partidos populistas (Kennedy, 2019).

Talvez se imponha uma nova revisão da social-democracia que possa proteger os valores das democracias liberais e plurais. Tal implica que a democracia liberal tenha consciência das suas próprias limitações e dos perigos inerentes, permitindo agir

---

<sup>78</sup> <https://www.eiu.com/n/campaigns/democracy-index-2020/>

criticamente para a sua própria defesa (Sá, 2021). Esta crítica terá de passar por analisar o que falhou e que tem contribuído para o crescimento das democracias iliberais, em particular a incapacidade de atuar perante monopólios económicos, em regulamentar as empresas de tecnologia, a incapacidade, conforme referimos, de assegurar a independência do “quarto poder” e de implementar serviços públicos de informação independentes, estas falhas e incapacidades poderão levar a novo paradigma global de política e não apenas uma tendência regional ou circunstancial (Surowiec & Štětka, 2020). É igualmente essencial pensar no carácter centrípeta das democracias liberais que produz e negligencia em igual medida as “margens”, aqueles que não estão no “meio”, no pensamento consensual, estes marginalizados, representam a grande massa turva de apoiantes das políticas e ações alternativas, nas quais se sentem com voz (Gebhardt, 2019).

Para a UE os perigos são eminentes. Vimos no ponto anterior e ao longo desta reflexão que organizações supranacionais, como a UE, são alvos frequentes de críticas e de iniciativas muito concretas por parte dos partidos populistas, vimos como os partidos eurocéticos têm crescido no PE (ver anexo 3), para além do Brexit, pese embora as previsões mais catastrofistas não levou a nenhuma debandada, mas assistimos a tensões frequentes com vários países, lideradas pela Hungria e Polónia, que desafiam a UE, que não seguem as regras, nem orientações e que preferem o caminho solipsista de acordos bilaterais ou decisões unilaterais. Como poderá a UE responder, continuar e até sobreviver? Sem dúvida que as opções dos parágrafos anteriores se aplicam, mas também há que refletir em pontos mais globais acerca do projeto europeu. A coesão social será umas das questões inelutáveis, sendo imperativo o seu fortalecimento, alterar as atitudes/perceções negativas para com a UE é igualmente essencial, isto passará pela questão dos direitos sociais, para além das liberdades de circulação de bens, serviços, trabalho e capitais, de que outros direitos poderão os cidadãos europeus usufruir, direitos de cidadania, uma cidadania europeia. Em simultâneo a UE deve ser um espaço de criatividade e inovação, i.e., atrativo para os seus cidadãos, a coesão também se promove com uma cultura de gestão económica e empresarial semelhante entre os Estados membros (Pohoryles, 2019).

Habermas fala-nos no “patriotismo constitucional” como forma de integrar os cidadãos numa cultura política comum, numa esfera pública alargada, definindo a partir daqui democracia enquanto “forma jurídica de integração política”, ou ainda, da “democracia radical” e radicalmente integradora como única forma de preservar o Estado de direito (Ward, 2019). Continuando com Habermas, a defesa da democracia liberal, em

particular contra as ameaças do Populismo Nacionalista, passa por esta intransigente defesa da democracia, que se deve fundamentar na centralidade dos processos legislativos enquanto suporte básico da legitimidade democrática e na comunicação clara entre governantes e as suas bases, debelando uma das mais pertinentes fragilidades das atuais democracias liberais que Eatwell e Goodwin sublinham: o distanciamento entre governantes e povo. A ameaça pendente encontra-se nas limitações democráticas e no esvaziamento do discurso político na sociedade civil, o que poderá levar à subjugação do processo político aos interesses particulares.

Talvez a democracia radical de Habermas seja utópica e por isso impraticável, ou até ingênua e demasiado eurocêntrica, será, contudo, uma linha de defesa dos valores liberais da liberdade, da afirmação pessoal e da dignidade humana, contra os movimentos antidemocráticos em crescendo. Talvez possamos ainda adotar uma postura mais otimista, à semelhança de alguns pensadores atuais como Rutger Bregman, cuja visão positiva da humanidade e da sua capacidade de reinvenção acabará por debelar o nosso impulso de morte freudiano. As utopias servem para nos manter a caminhar, como dizia Galeano, seja a utopia de More e o seu país justo dos sábios, a utopia de Bacon baseada na técnica dos inventores, ou outras que vão surgindo e que se vão aprimorando à medida que se caminha. No caminho as utopias, meras ficções, transformam-se em distopias bem reais, como são casos modelares a utopia socialista e a utopia nacional-socialista. Realcemos também as novas formas de democracia que despontam, como os exemplos das petições eletrónicas e o crescimento da democracia digital, com o envolvimento dos cidadãos que desta forma sentem que têm voz e ação nos processos de tomada de decisão. Sendo essencial não esquecer que a montante destas transformações e novas possibilidades democráticas, a educação é central, uma educação para a cidadania, envolvente e autorreflexiva que faça de cada pessoa um elemento essencial da construção democrática. O desafio à democracia e às suas instituições talvez permite a tal reflexão crítica que encaminhe estas mesmas instituições na direção do aperfeiçoamento, mais do que necessário, fundamental.

O futuro e a defesa da democracia liberal passarão não necessariamente por discursos revolucionários, mas pelo maior envolvimento dos cidadãos nos processos de decisão e nos processos legislativos, constituem bons exemplos desta hipótese as leis acerca das petições eletrónicas que referimos acima e que têm sido aplicadas no Canadá, Escócia e RU, obrigando a um debate público efetivo e ao envolvimento efetivo da tal esfera pública alargada de Habermas (Ward, 2019). Assim, as democracias da Europa e dos EUA, algo

adormecidas e apáticas, ou acomodadas, e também por isto à mercê dos movimentos populistas, beneficiarão de um alargamento democrático, de uma revisão dos procedimentos eleitorais que preferencialmente deverão ser cada vez mais representativos e proporcionais na sua representatividade e deverão ainda favorecer um maior e mais clarificado acesso à informação. Esta mudança implica a tal capacidade de crítica.

## Conclusão

---

Os desafios do milénio e da globalização passam pela sobrevivência do Estado tal como o conhecemos, pois, as soberanias encontram-se diluídas em instituições multilaterais, por força da economia global (BCE, FMI, G7) e da geopolítica global (NATO, ONU, UE), para além das mudanças aceleradas dos tempos atuais, da sociedade pós-industrial e da desmaterialização, da emergência climática e das assimetrias locais e transnacionais evidentes. Estes constituem os novos desafios para a democracia e será com certeza árdua a tarefa de responder a mudanças tão rápidas quanto imprevisíveis, efeitos da “Era da Informação” e do desenvolvimento tecnológico com os subsequentes desequilíbrios extremamente complexos de debelar (Castells & Espanha, 2007).

É neste contexto que tem prosperado novamente o Populismo, em particular o Populismo Nacionalista que temos analisado ao longo deste trabalho. Já o referimos, o Populismo existe há mais de 100 anos, remontando as suas raízes ontogénicas à antiguidade clássica, com altos e baixos, mas com êxitos assinaláveis e tem surgido nos mais diversos contextos sociais e políticos, a questão que se coloca é porque está a surgir agora, porque se manifesta neste momento com grande popularidade e aceitação enquanto voz dos que a não têm, contra as “elites corruptas” que se servem sem servirem o “povo”, ou seja, apresentando-se paradoxalmente como última linha de defesa da democracia (Latsch, 2020). Rosenberg (2019) vaticina sem pejo que: “...democratic governance will continue its inexorable decline and will eventually fail...” e a alternativa que se perfila, sem qualquer sombra de dúvida para este autor, é precisamente o Populismo de direita, pois oferece uma alternativa compreensível e defende valores com os quais as pessoas se conseguem identificar facilmente. Assentam a sua mensagem na retórica *anti-establishment*, “nós” contra “eles”, criando ou forçando uma identidade coletiva concretizada de formas diversas, mas na base contra os partidos tradicionais, incapazes de fornecer elementos identificativos, sendo assim os populistas de direita os únicos que sobram e com os quais os cidadãos se conseguem identificar (Chantal Mouffe, in Pinto, 2017, p. 16). Fica a questão se este percurso será inevitável e será este o paradigma da Nova Ordem Mundial como profetiza Rosenberg?

Sublinhamos ao longo deste trabalho este inegável crescimento dos partidos de cariz populista e nacionalista, conotados com a direita radical, crescimento global que não se explica apenas com fatores conjunturais, nem se limita a áreas geopolíticas específicas. Desde o início deste século que vários destes partidos entraram em governos nacionais como parceiros de coligação ou como únicos partidos do poder, o que levanta novas questões sobre o impacto desses partidos na formação de políticas públicas em geral, nas políticas de imigração e integração em particular (Akkerman, 2012). Na Europa este crescimento tem sido evidente na generalidade dos países e o futuro da UE pode igualmente ser questionado pela crescente popularidade de partidos como o RN em França, a AfD na Alemanha, a Lega em Itália e mesmo o VOX em Espanha. Estes partidos, de cariz antieuropeístas, questionam nas suas propostas e manifestos quer os tratados europeus quer a funcionalidade da UE, postura condicente com a desconfiança relativa às organizações supranacionais em geral e que se prende à intransigente defesa dos interesses nacionais. Em suma, a chamada “vaga populista” não está contida, nem desvanece, antes pelo contrário. Estaremos a caminho do tal *tsunami* que evocamos no início deste trabalho?

Verificamos que quando estes partidos não chegam ao poder, conseguem ainda assim influenciar de forma não negligenciável o discurso político e as políticas públicas. Parte do seu sucesso é explicado pelas generalizações abusivas acerca do nacional-populismo, este tipo de generalizações podem polarizar e excluir ainda mais certas partes do eleitorado, o que, em última análise, tem beneficiado estes partidos (Eatwell & Goodwin, 2018). Esta reflexão alerta para a necessidade de novas abordagens ao Populismo em geral. Tentamos assim contribuir para a compreensão de um termo tão vasto e vago como o Populismo, característica imanente dos partidos que analisamos, e o Populismo nacionalista em particular, pois estes partidos/movimentos devem ser vistos e estudados enquanto elementos efetivos e preponderantes do sistema político e não apenas como epifenómenos ou novidades transitórias (J. Pinto, 2019).

Abordamos como o crescimento destes partidos representa uma ameaça para as democracias liberais, sobretudo nos seus valores pluralistas, o que se verifica de forma muito concreta nos países governados por partidos deste espectro político, nos quais vigora já um regime democrático iliberal, como são exemplo os casos diversas vezes mencionados da Hungria e da Polónia. As democracias liberais não têm conseguido responder ao seu crescimento e as previsões apontam para o seu continuado desenvolvimento. Apontamos algumas das razões que possam explicar quer o sucesso dos partidos populistas, quer o

descontentamento em relação aos partidos mais moderados e tradicionais: A erosão dos sistemas partidários tradicionais; a desconfiança dos cidadãos em relação ao sistema política em geral e às instituições democráticas e o desinteresse pelas questões políticas, desinteresse relacionado com o não envolvimento dos cidadãos nos processos de decisão; a percepção generalizada de corrupção e ineficiência e ainda a percepção de desigualdades crescentes (que conforme referimos, corresponde à realidade dos números), tudo isto aliado ao sentimento último de não representatividade e/ou exclusão por parte de quem governa. Esta conjuntura complexa e intrincada, espoletada por crises diversas, tem sido fértil para a mensagem do Populismo Nacionalista, que fala em nome do “povo” não representado e insatisfeito. Estas são as principais razões que encontramos explicativas do sucesso e previsões de sucesso continuado destes partidos.

Os partidos europeus do espectro do Populismo Nacionalista que analisamos, pese embora as diferenças, confirmam, primeiro, que a tendência é de crescimento nas intenções de voto e, segundo, o seu teor populista e nacionalista, expressando de forma muito clara a defesa dos interesses nacionais em detrimento da cooperação e a clivagem em detrimento da integração e união. Estes não são os valores nos quais assentam os pilares da UE nem os valores da democracia liberal o que coloca em causa a futura coesão da própria UE.

O sucesso da democracia liberal mais capitalista dos anos 80 do século passado, que levou Fukuyama a prever, erroneamente, o fim da era de conflitos e uma pacificação global neste modelo, modelo centralizador de *mainstream*, não se confirmou. Sobejam os excluídos, os não representados, as assimetrias várias, exigências velhas e novas que não encontram respostas no modelo vigente, ressentidos destas exclusões, desconfiados de um sistema fechado sobre si próprio num elitismo distanciador. Este manancial sustenta os populismos nas suas variadas formas, enquanto alternativas eloquentes às elites indiferentes, demasiado preocupadas com as grandes questões macropolíticas, tecnocratas e distanciadas, sem tempo para o dia-a-dia comezinho do povo. Os populistas oferecem a magia das soluções fáceis para os pequenos e grande problemas, recorrendo ao vetusto e doloso “nós contra eles”, arregimentando seguidores de todos os espectros sociais e políticos, instigando o descontentamento, afrontando a democracia e as suas instituições e, finalmente, instituindo regimes iliberais e autoritários, reminiscentes de outros tempos, contra os valores e ideais da construção europeia. Esta realidade deve merecer uma urgente e séria reflexão, focada nalgumas destas soluções ou hipóteses de abordagem às quais aludimos no último ponto, sabendo que a democracia é uma reinvenção e construção constantes e que, apesar de tudo,

Trump não derrubou a República, a democracia sobreviveu, mas não devemos tê-la como garantida.

Parafraseando Goethe “com o conhecimento, as dúvidas aumentam”, neste trabalho não foi possível aprofundar vários aspetos que mereciam outra atenção, tão pouco foi possível abordar as vastíssimas hipóteses de análise que o tema suscita e que foi suscitando à medida que cada ponto era desenvolvido. O Populismo na sua miríade de formas e conteúdos (em particular o Populismo de esquerda que apenas afluímos), nas suas ligações ou não ao fascismo, nas suas expressões alternativas inclusive dentro dos mesmos países, estes são, entre outros, aspetos que mereciam mais desenvolvimento. Ou ainda perceber até que ponto o Populismo em geral e o Populismo Nacionalista se podem tornar efetivas soluções que respeitem as instituições democráticas e supranacionais. Pretendemos por isso continuar a estudar a questão do Populismo Nacionalista e, por contraste, a evolução da democracia liberal nas soluções que poderá apresentar. Parece-nos que ficou patente que as atuais soluções políticas da social-democracia são insuficientes quando não desadequados para fazer face ao Populismo Nacionalista.

Ficam-nos assim várias questões sobre as evoluções próximas que poderão suceder: vão adotar os partidos moderados o modelo vencedor, i.e., as estratégias dos partidos populistas que têm provado a sua eficácia, fundindo-se Populismo e política, tornando-se completamente indiferenciados, como defendia Laclau (in De Cleen, 2017)? Como se irá reinventar a social-democracia em geral e os sistemas-político-partidários em particular? Será capaz a UE de continuar a responder aos desafios que países como a Hungria e a Polónia têm colocado? Outros países poderão seguir o mesmo caminho? Teremos mais “exits” na UE? Logrará a UE sobreviver a esta “onda” populista? E escapará Portugal a esta “onda” ou as próximas eleições legislativas serão a afirmação do Chega? Como se reestruturará o Estado perante estas mudanças? Estaremos no alvor de mudanças políticas e sociais à escala mundial, uma verdadeira mudança de paradigma, à semelhança daquelas que sucederam na Europa dos anos 30 do século passado com o reavivar das tais “raízes do fascismo” de Hannah Arendt?

Esperamos, com o entusiasmo próprio que o gosto pelo saber suscita, poder observar os próximos passos da história, acompanhados, no entanto, pela preocupação inata de quem acredita na democracia e no seu constante aprimoramento.

# Bibliografia

---

- Akkerman, T. (2012). Comparing Radical Right Parties in Government: Immigration and Integration Policies in Nine Countries (1996-2010). *West European Politics*, 35(3), 511–529. <https://doi.org/10.1080/01402382.2012.665738>.
- Aurélio, D. P. (2021). O povo do populismo. In A. Barata, L. P. Coutinho, & M. N. de Brito (Coord.), *Populismo e Democracia* (Edições 70, pp. 129–160). Lisboa.
- Bar On, B. A. (2019). But Is It Fascism? *Journal of Social Philosophy*, 50(4), 407–424. <https://doi.org/10.1111/josp.12322>
- Barata, A. (2021). Populismo, democracia e transformação. In A. Barata, L. P. Coutinho, & M. N. de Brito (Coord.), *Populismo e Democracia* (Edições 70, pp. 47–69). Lisboa.
- Benková, L. (2019). Hungary-Orbán's Project towards 'Illiberal Democracy.'. *AIES Fokus*, (2).
- Bobbio, N., Matteucci, N., & Pasquino, G. (1998). *Dicionário de Política*. 11ª Edição. Brasília: Editora UnB.
- Bobbio, N. (2000). *Liberalismo e democracia*. [Tradução de Marco Aurélio Nogueira]. São Paulo: Brasiliense.
- Bonikowski, B., Halikiopoulou, D., Kaufmann, E., & Rooduijn, M. (2019). Populism and nationalism in a comparative perspective: a scholarly exchange. *Nations and Nationalism*, 25(1), 58–81. <https://doi.org/10.1111/nana.12480>.
- Brems, B. E. (2006). Belgium: The Vlaams Blok political party convicted indirectly of racism. *International Journal of Constitutional Law*, 4(4), 702–711. <https://doi.org/10.1093/icon/mol032>.
- Brubaker, R. (2020). Populism and nationalism. *Nations and nationalism*, 26(1), 44-66.
- Castells, M., & Espanha, R. (2007). *A era da informação: economia, sociedade e cultura* (Vol. 1). Fundação Calouste Gulbenkian. Serviço de Educação e Bolsas.
- De Cleen, B. (2017). Populism and nationalism. In C. Rovira Kaltwasser, P. Taggart, P. Ostiguy, & P. Ochoa Espejo (Eds.), *Handbook of populism* (pp. 342-362). Oxford: Oxford University Press.

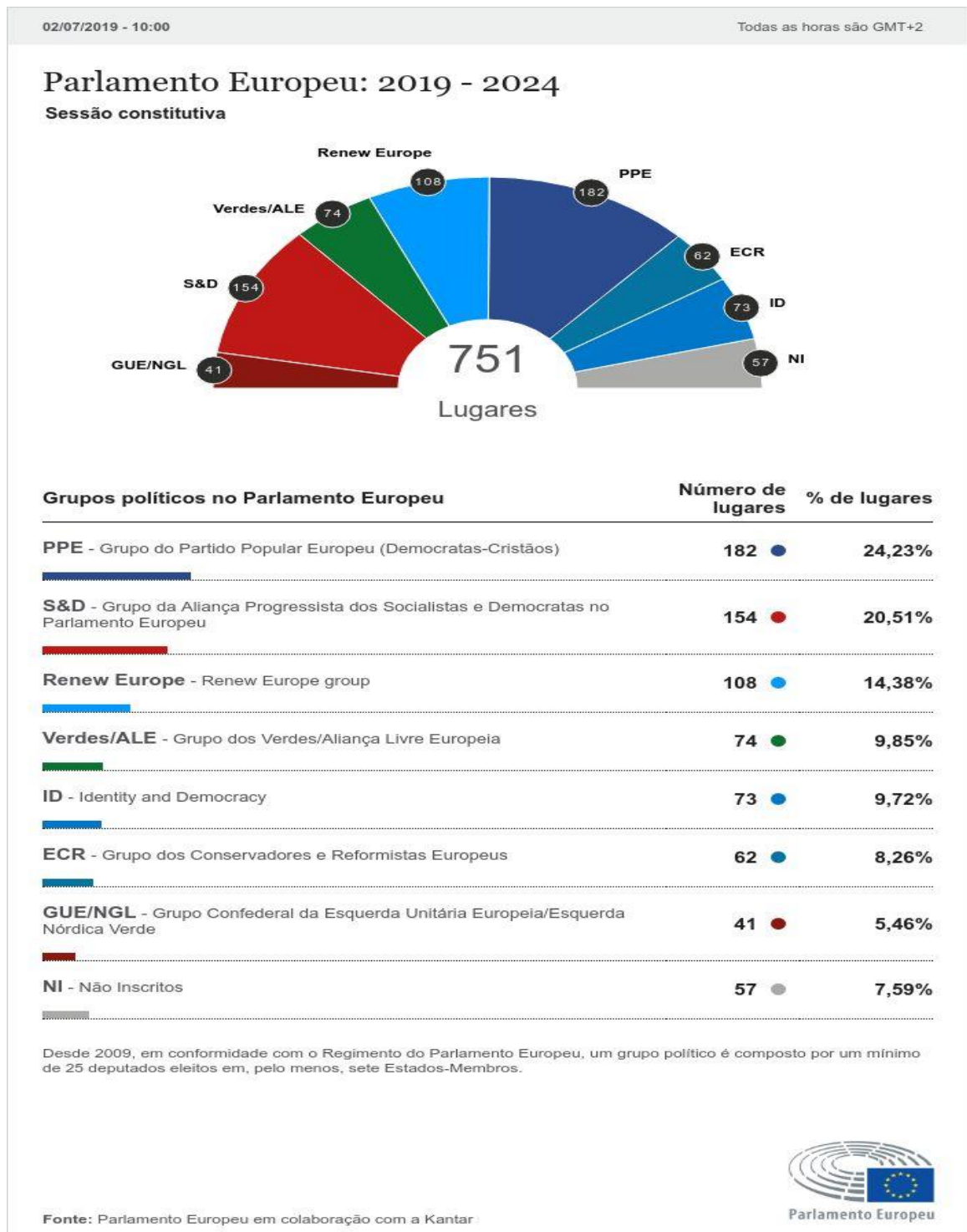
- De Cleen, B., Glynos, J., & Mondon, A. (2018). Critical research on populism: Nine rules of engagement. *Organization*, 25(5), 649–661. <https://doi.org/10.1177/1350508418768053>.
- Di Giuro, I. (2019). A comparative analysis of two populist parties in two ex fascist nations: AfD in Germany and VOX in Spain: coming to terms with the past.
- Duarte, M. C. (2019). Sociedade civil e democracia: o Grupo de Visegrado em perspectiva comparada. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (120), 33-52.
- Eatwell, R., & Goodwin, M. (2018). *National Populism - The Revolt Against Liberal Democracy*. Penguin UK.
- Galston, W. A. (2018). The populist challenge to liberal democracy. *Journal of Democracy*, 29(2), 5-19.
- Gebhardt, M. (2019). Democracy. In Paul, H. (Ed.) *Critical Terms in Futures Studies* (Palgrave, pp. 79-86). Chamomix.
- Grzymala-Busse, A. (2017). The Erosion of Democracy in Poland and in Hungary. *How Do Democracies Fall Apart (And Could It Happen Here?)*, 1–7. Retrieved from [https://www.dropbox.com/s/fber4hk5hfjs5k4/%282%29Grzymala-Busse\\_The Erosion of Democracy in Poland and Hungary\\_Yale2017-10-06.pdf?dl=0](https://www.dropbox.com/s/fber4hk5hfjs5k4/%282%29Grzymala-Busse_The Erosion of Democracy in Poland and Hungary_Yale2017-10-06.pdf?dl=0)
- Jackson, B. (2013). Social democracy. In M. Freedman, L. Tower, & M. S. Sargent (Eds.), *The Oxford Handbook of Political Ideologies* (pp. 348–363). Oxford: Oxford University Press.
- Kattago, A. (2019). *The Rise of Right-Wing Populism in Contemporary Europe*. <https://doi.org/10.13140/RG.2.2.33963.39208>. Porto: University of Fernando Pessoa.
- Kennedy, J. (2019). Populist politics and vaccine hesitancy in Western Europe: an analysis of national-level data. *European journal of public health*, 29(3), 512-516.
- Latsch, N. (2020). *Crisis State : Locating Populism 's Conceptual Core Crisis State*. WWU Honors Program Senior Projects. 414.
- Mudde, C. (2004). The populist zeitgeist. *Government and Opposition*, 39(4), 541–563.
- Mudde, C. (2010). The populist radical right: A pathological normalcy. *West European Politics*, 33(6), 1167–1186. <https://doi.org/10.1080/01402382.2010.508901>

- Müller, J. W. (2017). The wrong way to think about populism. *Social Science Research Council Democracy Papers*. 7. Princeton University.
- Nogueira Pinto, J. (2019). *Bárbaros e iluminados: populismo e utopia no século XXI* (3ª). Leya: Alfragide.
- Norris, P. (2020). Measuring populism worldwide. *Party politics*, 26(6), 697-717.
- Öniş, Z. (2017). The Age of Anxiety : The Crisis of Liberal Democracy in a Post-Hegemonic Global Order. *The International Spectator*, 52(3), 118–135. <https://doi.org/10.1080/03932729.2017.1325133>
- Pappas, T. S. (2016). Are Populist Leaders “Charismatic”? The Evidence from Europe. *Constellations*, 23(3), 378–390. <https://doi.org/10.1111/1467-8675.12233>
- Pinto, J. (2019). The Siren Song of Populism. *Global Journal of Human-social Science*, 19 (2).
- Pinto, J. F. (2017). *Populismo e Democracia: Dinâmicas Populistas na União Europeia*. Lisboa: Sílabo.
- Pinto, J. F. (2018). Democracia e populismo na Europa e na América: equilíbrio instável. *Instituto D.João de Castro*, 12.
- Pohoryles, R. J. (2019). How to cope with the rise of populism in Europe. *Innovation*, 32(2), 165–167. <https://doi.org/10.1080/13511610.2019.1607985>
- Portes, A. (2020). A Hundred Years from Weber: Science as Vocation and the Resurgence of National Populism1. *Sociological Forum*, 35(4), 1079–1092. <https://doi.org/10.1111/socf.12638>
- Rosenberg, S. (2019). Democracy Devouring Itself: The Rise of the Incompetent Citizen and the Appeal of Right Wing Populism. *Psychology of Political and Everyday Extremism*. UC Irvine. Retrieved from <https://escholarship.org/uc/item/8806z01m>
- Rzepakowska, A. (2019). Racism and xenophobia experienced by Polish migrants in the UK before and after Brexit vote. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 45(1), 61-77.
- Sá, A. F. de. (2021). Populismo e liberalismo: entre direita conservadora e esquerda progressista. In A. Barata, L. P. Coutinho, & L. M. de Brito (Coord.), *Populismo e Democracia* (Edições 70, pp. 17–45). Lisboa.

- Stone, C., Trisi, D., Sherman, A., & Taylor, R. (2018). A guide to statistics on historical trends in income inequality. *Center on Budget and Policy Priorities* (Sept. 11, 2013). Available at: <http://www.cbpp.org/files/11-28-11pov.pdf>.
- Surowiec, P., & Štětka, V. (2020). Introduction: media and illiberal democracy in Central and Eastern Europe. *East European Politics*, 36(1), 1–8. <https://doi.org/10.1080/21599165.2019.1692822>
- Taguieff, P.-A. (1997). Populism and Political Science: From Conceptual Illusions to Real Problems. In *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*, 56(4), 33. Retrieved from [www.cairn-int.info](http://www.cairn-int.info)
- Ward, L. (2019). Rekindling “Radical Democratic Embers”: Rawls and Habermas on Public Reason. *European Legacy*, 24(7–8), 819–839. <https://doi.org/10.1080/10848770.2019.1648964>
- Wiesehomeier, N. (2016). Measuring Populism using Expert Surveys. *Team Populism Conference*, 1–18.
- Wodak, R., & Krzyzanowski, M. (2017). Right-wing populism in Europe & USA Contesting politics & discourse beyond ‘Orbanism’ and ‘Trumpism.’ *Journal of Language and Politics*, 16(4), 471–484. <https://doi.org/10.1075/jlp.17042.krz>
- Wondreys, J., & Mudde, C. (2020). Victims of the Pandemic? European Far-Right Parties and COVID-19. *Nationalities Papers*, 1–18. <https://doi.org/10.1017/nps.2020.93>
- Zaptsi, A. (2020). The extreme far-right in Greece: the case of Golden Dawn. *Más sobre periodismo y derechos humanos emergentes* (pp. 339-353). Universidad de Sevilla.

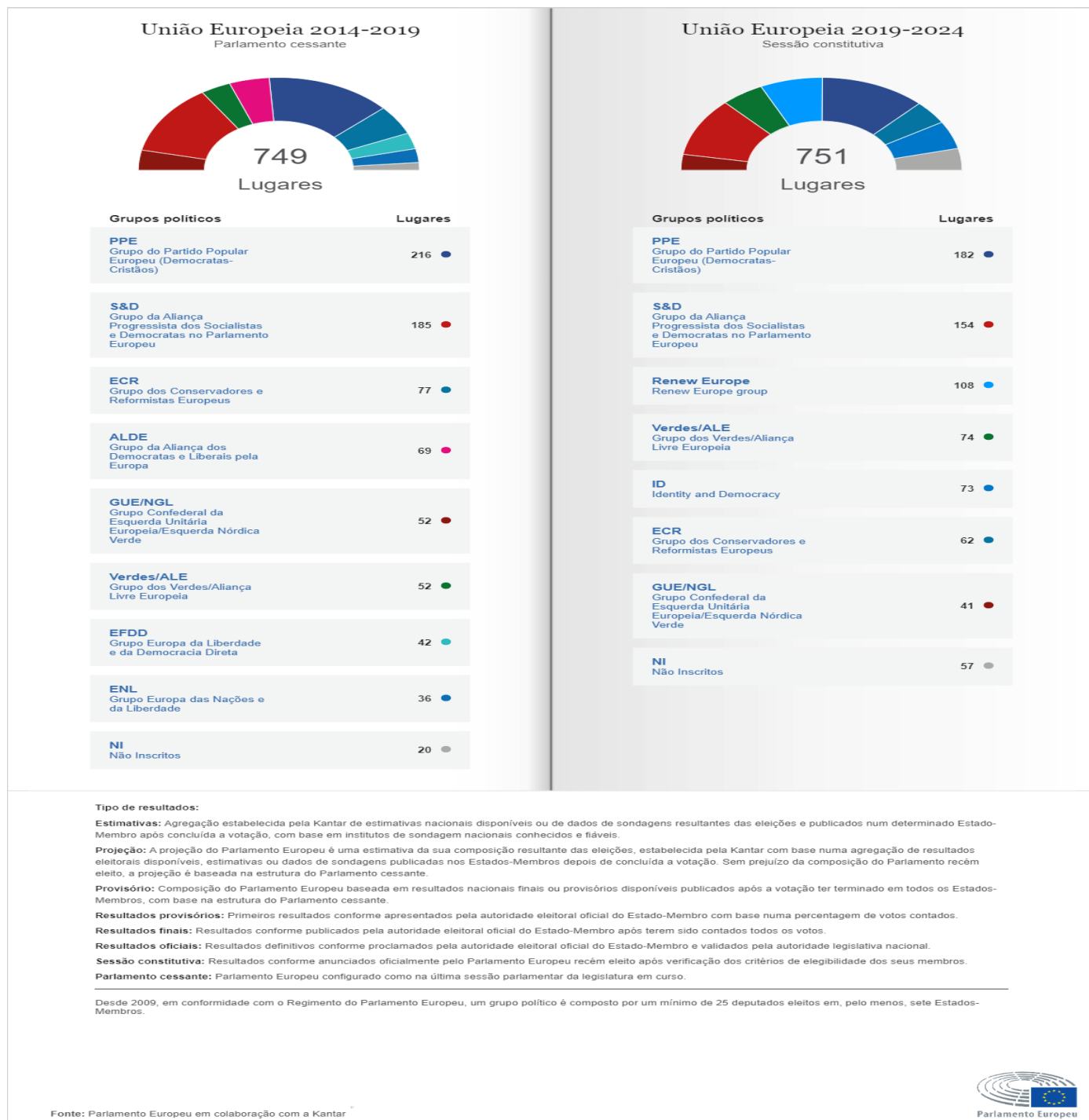
# Anexos

## 1. PE 2019: distribuição dos Eurodeputados por grupos políticos



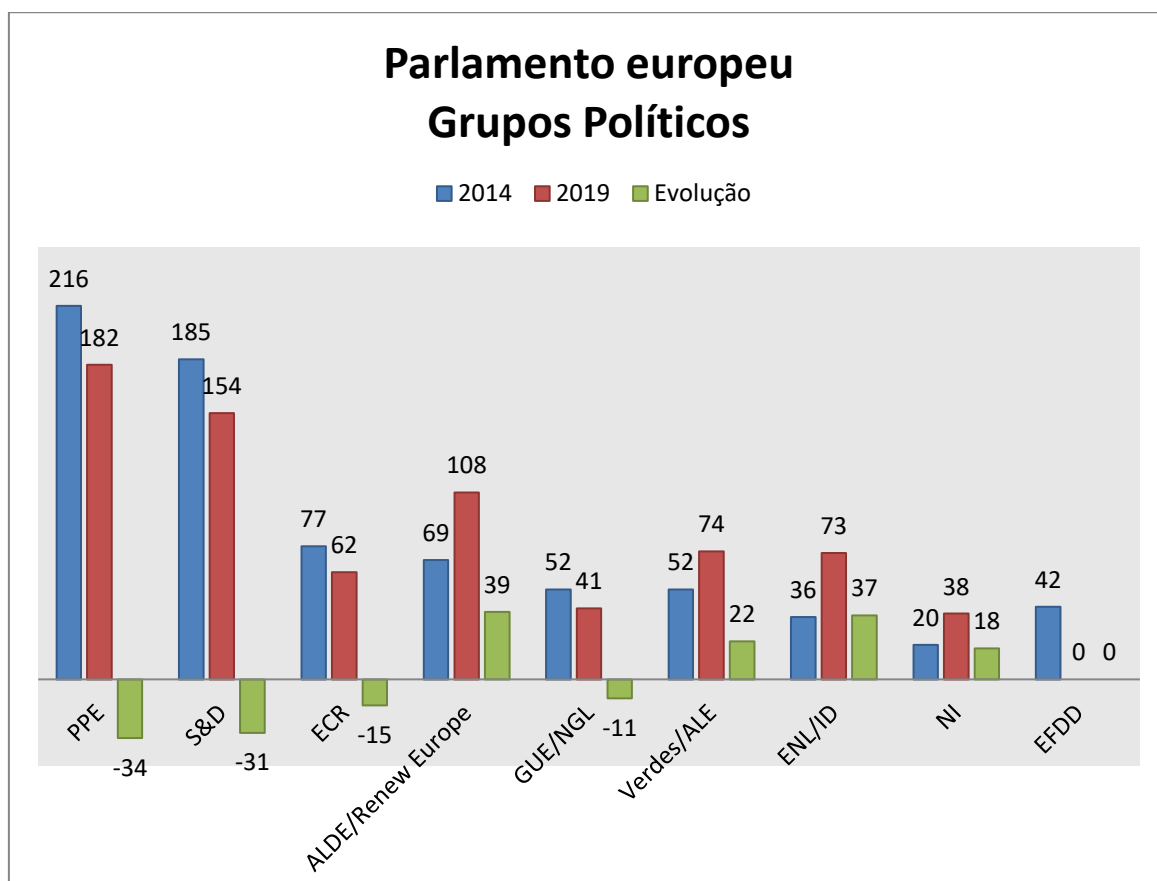
Fonte: retirado de <https://www.europarl.europa.eu/election-results-2019/pt/resultados-eleitorais/2019-2024/>

## 2. Resultados comparativos das eleições para o PE em 2019 e 2014 <sup>79</sup>

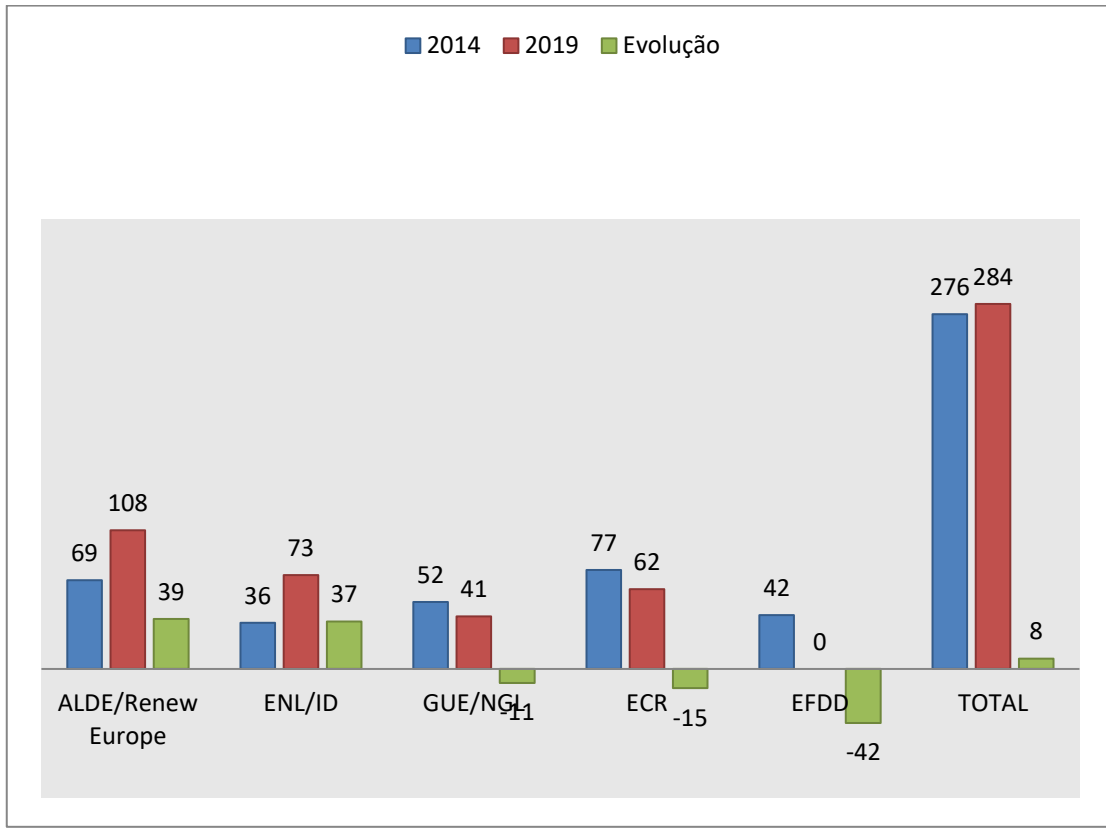


<sup>79</sup> O grupo político EFDD foi extinto, sendo que a maior parte dos seus eurodeputados pertenciam ao partido do Brexit do RU e do movimento 5 estrelas de Itália e foi liderado por Nigel Farage.

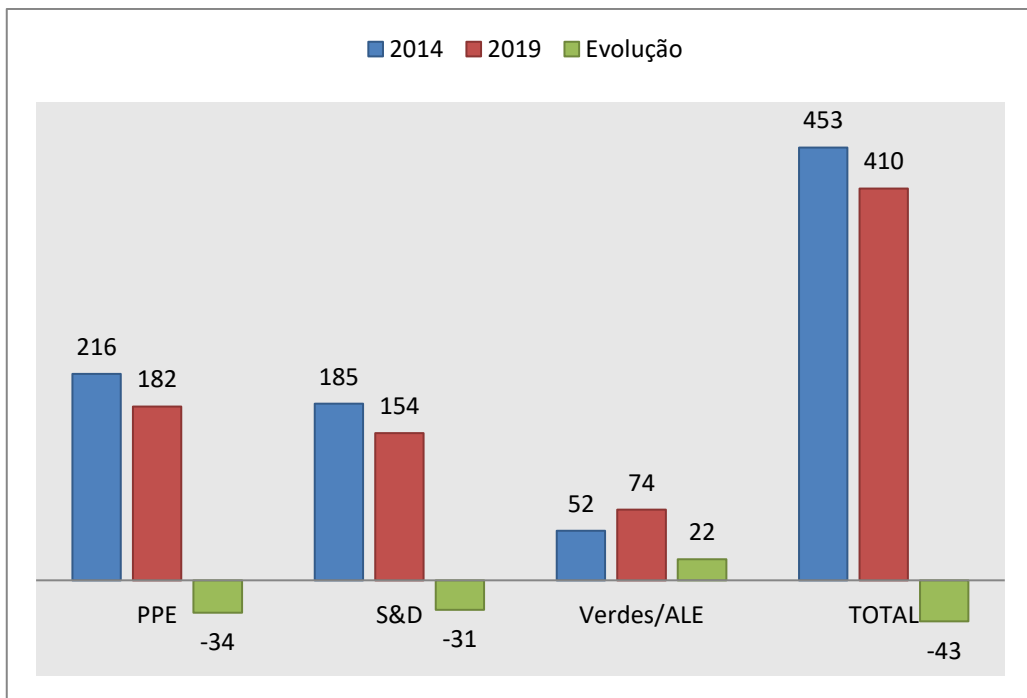
### 3. Evolução da representação dos vários grupos políticos no PE



## a. Grupos políticos eurocéticos



## b. Grupos políticos pró-UE



### c. Grupos políticos populistas-nacionalistas

---

